

UNIVERSIDADE ABERTA



**Europa das Regiões – Galiza e Norte de Portugal.
Coesão territorial, económica, social, política e cultural**

Mário Álvaro Braga Silva Aguiar

Dissertação de Mestrado em Estudos Sobre a Europa

Orientador: Professor Doutor João Carlos Relvão Caetano

Fevereiro de 2024

UNIVERSIDADE ABERTA



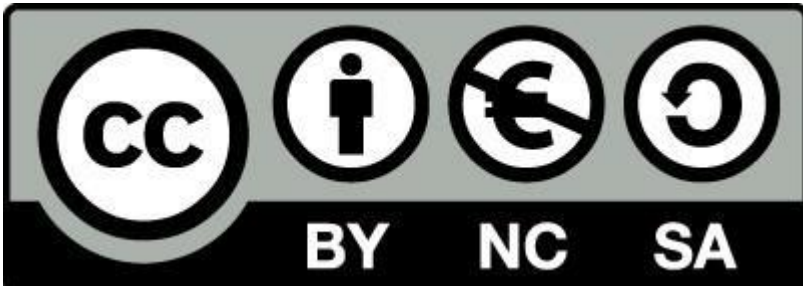
**Europa das Regiões – Galiza e Norte de Portugal
Coesão territorial, económica, social, política e cultural**

Mário Álvaro Braga Silva Aguiar

Dissertação de Mestrado em Estudos Sobre a Europa

Orientador: Professor Doutor João Carlos Relvão Caetano

Fevereiro de 2024



Agradecimentos

Agradeço

À Universidade Aberta, por fazer parte de um percurso académico, retomado há anos, e que tem contribuído para uma consciência ativa do mundo.

Agradeço

Ao Professor Doutor João Carlos Relvão Caetano, pela sapiência, amizade, preocupação e deferimento no tratamento.

Agradeço

Ao meu pai, Fernando Aguiar, pelo exemplo de vida e pelo mundo que me deu e dá. À (memória da) minha mãe, Virgínia Aguiar, pelo apego que me transmitiu à família e à terra - minha pátria pequena.

Agradeço

Ao meu núcleo familiar, mundo do meu mundo, as minhas filhas Maria Vitória Aguiar e Benedita Aguiar, e Liliana Henriques Aguiar, pilar da minha vida.

A minha vida é feita das minhas próprias circunstâncias, de aprendizagem contínua, dos meus tempos e da minha busca de aperfeiçoamento. Agradeço a todos os que, de forma positiva, me têm acompanhado ao longo da vida.

Dedicatória

Às minhas filhas,

Maria Vitória Aguiar e Benedita Aguiar: vivam e sejam felizes!



DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

STATEMENT OF INTEGRITY

Declaro ter atuado com integridade na elaboração da presente dissertação/tese. Confirmando que em todo o trabalho conducente à sua elaboração não recorri à prática de plágio ou a qualquer outra forma de falsificação de resultados.

Mais declaro que tomei conhecimento integral do Regulamento Disciplinar da Universidade Aberta, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 215, de 6 de novembro de 2013.


I hereby declare having conducted my thesis with integrity. I confirm that I have not used plagiarism or any form of falsification of results in the process of the thesis elaboration.

I further declare that I have fully acknowledged Disciplinary Regulations of the Universidade Aberta (regulation published in the official journal Diário da República, 2.ª série, N.º 215, de 6 de novembro de 2013).

Universidade Aberta, 05 de fevereiro de 2024

Nome completo/Full name: Mário Álvaro Braga Silva Aguiar

Assinatura/Signature:


manuscrita ou digital / handwritten or digital

Europa das Regiões – Galiza e Norte de Portugal. Coesão territorial, económica, social, política e cultural.

Resumo

Este trabalho procede a uma reflexão crítica sobre as condições políticas e socioculturais da constituição e consolidação da Euroregião Galiza-Norte de Portugal como um território de partilha que a história afirma como pertença de dois países e que a geografia determina como uma continuidade.

Durante séculos, a vida desta comunidade foi construída de modo informal, por oposição às estruturas formais que a definiam como território de dois países diferentes. As relações entre a Galiza e o Norte de Portugal, com maior ou menor intensidade, sempre existiram, à margem de uma definição política consentânea. Com a União Europeia, com a necessidade da Europa das Regiões e com a oportunidade da Política de Coesão, conjugadas com a adesão de Portugal e Espanha às Comunidades Europeias, em 1986, este espaço adquiriu uma nova dinâmica, uma nova dimensão, outra escala.

Agora é a Europa, a das regiões, a da coesão, a das pessoas.

É a Europa que se concretiza, uma Europa unida, um caminho conjunto que se faz pela cooperação, pela necessidade e pela oportunidade.

Conclui-se neste trabalho que, ao longo das últimas décadas, a Euroregião, beneficiando da Política de Coesão da UE, tem conseguido registar progressos consideráveis e convergido para a média europeia, através do apoio de quadros europeus que promovem o desenvolvimento e a implementação da transição para uma coesão territorial, económica, social, política e cultural.

A metodologia usada nesta dissertação é baseada na análise documental, tanto de textos oficiais como de instrumentos de política e de discursos dos principais agentes políticos e sociais que revelam a opção por uma Europa com menos assimetrias e vocacionada para as pessoas.

Palavras-chave

União Europeia; políticas de coesão; Euroregião; Euroregião Galiza e Norte de Portugal; Europa das regiões.

Europe of Regions – Galicia and Northern Portugal. Territorial, economic, social, political and cultural cohesion.

Summary

This work carries out a critical reflection on the political and sociocultural conditions of the constitution and consolidation of the Euroregion Galicia-North of Portugal as a shared territory that history affirms as belonging to two countries and that geography determines as a continuity.

For centuries, the life of this community was built informally, as opposed to the formal structures that defined it as the territory of two different countries.

Relations between Galicia and the North of Portugal, with greater or lesser intensity, have always existed, apart from a consistent political definition. With the European Union, with the need for a Europe of Regions and with the opportunity of Cohesion Policy, combined with the accession of Portugal and Spain to the European Communities in 1986, this space acquired a new dynamic, a new dimension, another scale.

Now it is Europe, that of regions, that of cohesion, that of people.

It is Europe that is coming to fruition, a united Europe, a joint path that is made through cooperation, necessity and opportunity.

This work concludes that, over the last few decades, the Euroregion, benefiting from the EU Cohesion Policy, has managed to register considerable progress and converged towards the European average, through the support of European frameworks that promote the development and implementation of transition to territorial, economic, social, political and cultural cohesion.

The methodology used in this dissertation is based on documentary analysis, both of official texts and policy instruments and speeches by the main political and social agents that reveal the option for a Europe with fewer asymmetries and focused on people.

Key words

European Union; cohesion policies; Euroregion; Euroregion Galicia and Northern Portugal; Europe of regions.

Resumo

Este traballo realiza unha reflexión crítica sobre as condicións políticas e socioculturais da constitución e consolidación da Eurorrexión Galicia-Norte de Portugal como un territorio compartido que a historia afirma como pertencente a dous países e que a xeografía determina como unha continuidade.

Durante séculos, a vida desta comunidade construíuse de forma informal, fronte ás estruturas formais que a definían como territorio de dous países diferentes. As relacións entre Galicia e o Norte de Portugal, con maior ou menor intensidade, existiron sempre, á marxe dunha definición política coherente. Coa Unión Europea, coa necesidade dunha Europa das Rexións e coa oportunidade da Política de Cohesión, sumada á adhesión de Portugal e España ás Comunidades Europeas en 1986, este espazo adquiriu unha nova dinámica, unha nova dimensión, outra escala.

Agora é Europa, a das rexións, a da cohesión, a das persoas.

É Europa a que está chegando a bo porto, unha Europa unida, un camiño conxunto que se fai a través da cooperación, a necesidade e a oportunidade.

Este traballo conclúe que, ao longo das últimas décadas, a Eurorrexión, beneficiada da Política de Cohesión da UE, logrou rexistrar avances considerables e converxer cara á media europea, a través do apoio de marcos europeos que promoven o desenvolvemento e implantación da transición cara ao territorio. , cohesión económica, social, política e cultural.

A metodoloxía empregada nesta tese está baseada na análise documental, tanto de textos oficiais como de instrumentos políticos e discursos dos principais axentes políticos e sociais que revelan a opción por unha Europa con menos asimetrías e centrada nas persoas.

Palabras clave:

Unión Europea; políticas de cohesión; Eurorrexión; Eurorrexión Galicia e Norte de Portugal; Europa das rexións.

Índice

Introdução	1
1 Objeto de estudo	3
1.1 Problema de investigação	9
1.2 Limitações do estudo.....	13
1.3 Questão de partida	14
2 Metodologia a usar.....	14
3 Do conceito à realidade das Eurorregiões	15
3.1 A Europa das regiões	17
3.2 Política de Coesão da UE	20
3.2.1 Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional – FEDER.....	22
3.2.2. Fundo Social Europeu – FSE Fundo Social Europeu Mais - FSE+ .	24
3.3.3. Fundo de Coesão – FC.....	25
3.3.4. POCTEP E INTERREG.....	27
4 Origens, fases, a dimensão da Eurorregião G/NP	29
4.1 O Norte de Portugal.....	37
4.2 A Galiza.....	41
4.3 A dimensão da Eurorregião G/NP	44
4.3.1 O que se está a fazer	56
5 O Futuro	69
6 Conclusão	77
Referências bibliográficas	86

Índice de Tabelas

Tabela 1 Elaboração própria. Fonte INE e IGE 2019	45
Tabela 2 Percentagem de habitantes por idades. © GNP-AECT dados Eurostat	49
Tabela 3 Taxa de emprego com baixas qualificações. © GNP-AECT dados Eurostat.....	50
Tabela 4 Camas de hospital disponíveis por cada 100000 habitantes © GNP- AECT dados Eurostat.....	51
Tabela 5 Valor hora em 2017 © GNP-AECT dados Eurostat.....	52
Tabela 6 Produtividade. Valor da produção em horas trabalhadas. © GNP- AECT dados Eurostat.....	53
Tabela 7 Empresas por dimensão e número de empregados © GNP-AECT dados INE e IGE	54
Tabela 8 Percentagem de população ativa empregada no setor científico e tecnológico © GNP-AECT dados Eurostat	56
Tabela 9 Posição no Regional Innovation Scoreboard 2012 2020 © GNP-AECT dados Regional Innovation Scoreboard 2020.....	58
Tabela 10 Percentagem de casas com acesso à internet © GNP-AECT dados Eurostat.....	59

Índice de Figuras

Figura 1 Mapa da Euroregião © Eixo Atlântico	9
Figura 2 Dotações do FEDER e do Fundo de Coesão face ao investimento público, nos períodos de 2007-2013 e de 2014-2020	22
Figura 3 POCTEP 2014/20 © INTERREG	28
Figura 4 Organigrama Comunidade de Trabalho – disponível em https://galicia-nortept.xunta.es/pt-pt/organograma	33
Figura 5 Comissão Executiva do Eixo Atlântico. Disponível em https://www.eixoatlantico.com/pt/secretaria-geral/estrutura	36
Figura 6 Assembleia Geral do Eixo Atlântico. Disponível em https://www.eixoatlantico.com/pt/secretaria-geral/estrutura	37
Figura 7 Mapa da Região Norte de Portugal © INE	37
Figura 8 Rendimento per capita em PPS © Eurostat	39
Figura 9 Distribuição investimento região norte © PORDATA	39
Figura 10 Modelo de governação regional e suas articulações com os níveis nacional e local CCDR-n	41
Figura 11 SEQ Figura * ARABIC Estrofe do Hino da Galiza O nome de Galiza não consta do poema, sendo substituído por fogar de Breogán. Disponível em https://www.xunta.gal/o-himno-de-galicia	41
Figura 12 Mapa das Províncias Galegas © Eixo Atlântico	42
Figura 13 Galiza Rendimento per capita em PPS © Eurostat	43
Figura 14 Barómetro regional e local. Comité das Regiões 2022	47

Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos

AD&C -Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P

ARE Assembleia das Regiões da Europa

ARFE Associação das Regiões de Fronteira da Europa

C4C – Cities for Cooperation platform

CCDR-N Comissão de coordenação de Desenvolvimento Regional do Norte

CEER – Centro de Estudos Eurorregionais Galiza Norte de Portugal

COTER - Comissão de Política de Coesão Territorial

CTE Cooperação Territorial Europeia

DRCN - Direção Regional de Cultura do Norte

ECICII - Estrutura Empresarial Conjunta para o Impulso e a Captação de Investimento Internacional na Eurorregião Galiza-Norte de Portugal

FC – Fundo de Coesão

FEADER - Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural

FEEI - Fundos Europeus Estruturais e de Investimento

FED - Fundo Europeu de Desenvolvimento

FEDER - Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

FSE - Fundo Social Europeu

GNP - AECT - Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial Galiza-Norte de Portugal

IA Inteligência Artificial

I&D Investigação e Desenvolvimento

IGE- Instituto Galego de Estatística

INE - Instituto Nacional de Estatística

JOUE - Jornal Oficial da União Europeia

MIE – Mecanismo Interligar a Europa

NUTS Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos

OCDE Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económicos

PIC – Plano de Investimentos Conjuntos. Galiza-Norte de Portugal

RIET - Rede Ibérica de Entidades Transfronteiriças de Cooperação

RIS Regional Innovation Scoreboard

TFUE- Tratado Sobre o Funcionamento da União Europeia

TUE - Tratado da União Europeia

UEM - União Económica e Monetária

Introdução

A presente dissertação de mestrado em Estudos sobre a Europa tem como objeto de reflexão a Europa das regiões - Galiza e Norte de Portugal, Coesão territorial, económica, social, política e cultural.

Título extenso para uma realidade que se tenta compreender.

Estamos perante uma geografia em constante contradição com a história. E, todavia, trata-se de um território com fortes ligações linguísticas, culturais, com um passado em comum, com um caminho trilhado lado a lado, com um destino muitas vezes também em comum.

Este território está na Europa e, concretamente, na União Europeia.

Que Europa é esta?

É a Europa que sempre se soube reinventar perante as adversidades. A Europa que viveu tantas guerras, tantas lutas pelo poder, tantos confrontos fronteiriços, com alianças forjadas pela espada, mas que, após duas guerras mundiais, com um manto de destruição quase total, se procurou reinventar e entrar no caminho da paz, da democracia e da cooperação.

Foi assim que nasceu a ideia de União Europeia (não só a atual, mas em todos os seus antecedentes, desde a criação das Comunidades Europeias iniciais, na década de 1950), de uma Europa que promove as relações comerciais, a livre circulação de pessoas e bens. Uma Europa livre e democrática, de pessoas e para as pessoas. Um espaço de cooperação e de tolerância. Falamos de uma organização supranacional e de integração na qual coexistem, à data em que escrevemos a presente dissertação, 27 países (eurocid, s.d.) que se expressam em 24 línguas diferentes, mas que, apesar de tudo, mantém uma matriz cultural e de conhecimento que unifica.

Falamos de uma Europa que se constrói todos os dias, que aposta na política de coesão como forma de diminuir as diferenças sociais e económicas, assim como o desenvolvimento dos diferentes países e regiões.

Quando falamos de Europa e de União Europeia, temos sempre presente a ideia das várias Europas que existem dentro da Europa. Pensamos sempre no norte e no sul da Europa, na Europa periférica, como é o caso de Portugal, e na Europa central. Pensamos nas grandes diferenças que ainda existem entre

os Estados-membros mais desenvolvidos e os menos desenvolvidos. É por isso que importa, cada vez mais, afirmar a mais-valia que as políticas de coesão da UE trazem, como seja a de se perceber que, através da equidade das suas políticas, se conseguirá, na diversidade, encontrar uma Europa comum, democrática, desenvolvida, livre e onde as pessoas, mais do que os Estados, são o mais importante.

A Euroregião G/NP, aqui analisada, pode e deve ser vista como um exemplo da Europa das regiões, que se constrói todos os dias, com a motivação de crescer e de se desenvolver e que, acima de tudo, acredita que é possível ter uma identidade própria acrescida da sua matriz judaico-cristã (ou religiosa) e humanista.

O que esta dissertação quer trazer ao conhecimento é a importância da política de coesão, no caso específico da Euroregião Galiza-Norte de Portugal, e o impacto que causa na vida de mais de 6,3 milhões de pessoas.

Temos necessariamente de esclarecer conceitos, como, desde logo, saber o que é uma Euroregião, o que é a Europa das regiões, o que é a política de coesão da União Europeia e quais são os instrumentos financeiros que lhes servem de apoio.

Vamos, também, procurar compreender o que são o Norte de Portugal e a Galiza e se, juntos, são só a soma das partes ou se são mais do que isso. Vamos também discernir sobre alguns dos principais atores do território, dificuldades e oportunidades relacionados com o tópico em apreço, assim como com os problemas que identificam e as soluções que propõem para a melhoria do desenvolvimento dos territórios que gerem ou a que, simplesmente, estão ligados, por várias razões.

Começamos por explicar a etimologia da palavra “coesão”, como um conceito que se liga a outros como “adesão”, “força”, “ligação entre partes”, “associação” e “harmonia”. Fazemo-lo não por uma questão meramente linguística, mas porque a palavra contém em si a origem e significado do que queremos explicar no presente trabalho: só faz sentido falar de uma região unindo territórios de dois países diferentes se houver fortes e inequívocos sinais de coesão entre eles.

Vamos também aportar ideias de governação que não são as correspondentes aos atuais governos. Refletiremos sobre a eventual necessidade de se falar de

novas fronteiras ou da ausência delas, assim como de novos desafios e de uma maior criatividade na governação. Vamos, sobretudo, prestar atenção ao que mais importa – as pessoas. Sem a consciência e a vontade destas, o território não tem densidade política. Isso vale tanto para um Estado como para uma comunidade política menor, ainda que transnacional.

1 Objeto de estudo

A presente dissertação incide sobre a Euroregião (Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, 2022) Galiza e Norte de Portugal¹(G/NP), território partilhado por dois países e com uma matriz identitária muito semelhante. Há que compreender e contextualizar o território do Noroeste peninsular desde os primeiros povoados até à atualidade, ou seja, da *Gallaecia* à Euroregião.

A Euroregião G/NP assume características que a tornam única.

Geograficamente fica situada no noroeste peninsular, entre a costa cantábrica e o Rio Douro, território de dois países com formas de Estado distintas e sistemas políticos também com diferenças.

Portugal, republicano e de governação fortemente centralizada, com duas regiões autónomas (Açores e Madeira) e de forte matriz municipalista, e a Espanha, monárquica, com governo nacional, mas de forte pendor autonómico, expresso nas suas 17 regiões autonómicas.

A Euroregião Galiza e Norte de Portugal tem uma área de cerca de 51000 Km², com uma população de aproximadamente seis milhões e trezentos mil habitantes, e uma densidade populacional de 123,4 hab/km². Partilha uma identidade comum anterior à existência dos dois países – Espanha e Portugal. Falamos de vidas que se interligam na proximidade linguística, na gastronomia, na vocação atlântica das suas gentes, na proximidade que o Rio Minho sempre garantiu, nas ligações terrestres que sempre uniram as duas regiões, nas aldeias, como Rio de Onor, que sempre juntaram as famílias de ambos os lados da fronteira política. Falamos de tradições, costumes e cultura que se expressam até na arraigada religiosidade da sua população. A todas estas

¹ Doravante, será referida como Euroregião G/NP.

características próprias e únicas da região, temos ainda de acrescentar o Caminho de Santiago, primeiro itinerário cultural europeu², património da humanidade classificado pela UNESCO³ e veículo secular de aproximação e partilha.

A Euroregião em causa, uma região periférica da Europa, viveu desde sempre dependente de si mesma. Território antigo, povoado por milhares de castros, com presença humana de milénios, foi com a chegada dos romanos que conheceu o seu primeiro grande impulso de desenvolvimento. Grandes centros urbanos das atuais Braga, Lugo e Astorga (esta última agora pertencente à comunidade autónoma de Castela e Leão), tendo o latim como principal base linguística, ampla rede viária, cristianismo como religião predominante (ainda que com uma forte herança pagã), sistema jurídico e sistema monetário. Foram estes os grandes contributos dos romanos e que constituem a génese do que, no plano político-jurídico, pode ser a Euroregião, consolidando a centelha que une os seus territórios, mesmo que se expressem administrativamente como partes de dois países. Com efeito, há uma matriz social, histórica e humana que a materializa numa só realidade cultural, mas que necessita de ser concretizada politicamente, com o consentimento expresso das populações.

Das serras ao mar, do interior ao litoral, das zonas quase desertificadas às cidades cosmopolitas, das aldeias de pastores e agricultores às universidades, do rural ao urbano, dos caminhos às autoestradas, assim se faz a Euroregião. O que aqui se vai expor é o papel da Euroregião G/NP na consolidação do projeto europeu de integração, ou seja, o seu contributo para a coesão territorial, económica, social, política e cultural. Ou ainda a relevância para o dia-a-dia de mais de seis milhões de pessoas, através de um contributo inequívoco para o seu desenvolvimento. Nas palavras de José Manuel Fernandes,

Nem sempre temos consciência que as estradas onde passamos, a água que bebemos, o tratamento das águas residuais, as creches, os lares, os hospitais, as escolas e as universidades, a formação

² De acordo com o Conselho da Europa em 1987.

³ Espanha, 1993.

profissional, as bolsas de estudo, os programas de apoio à juventude, o apoio para as PME, são financiados pela Política de Coesão (que congrega FEDER--Fundo Europeu de desenvolvimento Regional, FSE-Fundo Social Europeu e FC-Fundo de Coesão) (Fernandes, 2015)

A Europa das regiões é a Europa das pessoas⁴, expressão do que a União Europeia tem feito nos últimos anos com vista à sua consolidação como projeto político. E vemos muitas coisas. Desde fluxos migratórios caracterizados pela tragédia, intolerância e xenofobia, até uma crise económica que tarda em dissipar-se, passando pelo renascimento de nacionalismos exacerbados ou a consumação do *Brexit*⁵, cujo alcance tardará ainda a ser verdadeiramente sentido.

Na altura em que é escrito o presente trabalho, o mundo continua a assistir ao conflito que opõe a Federação Russa à Ucrânia, quando se esperava e desejava uma retoma pós-Covid, que trouxesse de novo a Europa ao caminho do desenvolvimento e da plenitude das suas políticas de coesão. Ora, esta guerra veio suspender e atrasar o caminho desejado. No entanto, este conflito trouxe também à colação o espírito e os valores europeus de solidariedade e liberdade.

A Europa, como espaço físico, tem nas políticas de coesão um forte aliado do processo de materialização da ideia de União Europeia, especificamente em caso de guerra. Com efeito, os órgãos de poder local e regional estiveram na linha da frente do acolhimento de refugiados da guerra. Mais de três quartos (76%) dos representantes locais e regionais que responderam ao Barómetro Regional e Local do CR afirmaram que o órgão de poder local ou regional tinha recebido refugiados da Ucrânia, 50% afirmaram que o órgão de poder local ou regional tinha enviado ajuda material para a Ucrânia, 53% apoiavam ativamente os cidadãos e as organizações locais da sociedade civil e 57% tinham demonstrado solidariedade política com a Ucrânia. Os fundos da UE apoiam muitos destes esforços: 39% dos inquiridos afirmaram que o

⁴ Inforegio - Política de coesão da UE: mais de 1,5 milhões de projetos financiados pela UE acessíveis na nova plataforma pública (europa.eu) [Consult. 16 de março de 2023].

⁵ Saída do Reino Unido da União Europeia. In <https://www.portaldiplomatico.mne.gov.pt/politica-externa/brexit> [Consult. 15 de março de 2020].

financiamento da política de coesão está a ser utilizado pela sua região ou município para apoiar os refugiados da guerra contra a Ucrânia; para 8% dos inquiridos, esta foi a única fonte de financiamento, enquanto 21% afirmaram estar a utilizar fundos da UE em conjugação com outras fontes” (Regiões, 2022).

Concomitantemente, a União Europeia e os Estados-membros têm sentido dificuldade política de aproximação aos seus cidadãos. Como ficou expresso na apresentação do Portal Mais transparência, «Não há democracia sem cidadania e a democracia só subsiste quando os cidadãos veem reforçada a sua confiança no funcionamento das instituições», disse o Primeiro-Ministro António Costa acrescentou que «só há uma forma de os cidadãos ganharem essa confiança, que é poderem ter um controlo efetivo sobre o funcionamento das instituições» (Costa, 2021). Dificuldade essa acrescida à circunstância de existirem diferentes velocidades e diferentes graus de desenvolvimento dos seus Estados-membros.

A ideia inerente ao projeto de construção europeia é a de estabelecer proximidade entre os cidadãos e as instituições, promovendo a participação ativa, democrática e esclarecida dos seus membros. Citando Ursula von der Leyen, presidente da Comissão Europeia:

As pessoas têm de estar no centro de todas as nossas políticas. Por isso, desejo que todos os europeus contribuam ativamente para a Conferência sobre o Futuro da Europa e desempenhem um papel de liderança na definição das prioridades da União Europeia. Apenas em conjunto conseguiremos construir a nossa União de amanhã. (Baltazar⁶, 2022)

A matriz do projeto de construção europeia tem como objetivo da sua ação elevar a qualidade de vida dos cidadãos europeus, eliminando as assimetrias económicas e promovendo a diversidade cultural, a tolerância e a paz. Foi com esta finalidade que, em 1994, com o Tratado de Maastricht, foi formalmente

⁶ Que valores nos unem? A participação dos cidadãos no projecto europeu. <https://www.publico.pt/2022/01/02/mundo/ensaio/valores-unem-participacao-cidadaos-projecto-europeu-1990358> [Consult. 2 janeiro de 2024]

criado o Comité das Regiões⁷, com três pilares de identidade expressos no princípio da subsidiariedade, no princípio de proximidade entre cidadãos e instituições e através da realização de parcerias entre as diferentes unidades políticas.

No âmbito da Europa das Regiões, a criação da Euroregião Galiza e Norte de Portugal, surgida antes do Comité das Regiões, procurou constituir-se como um exemplo de boas práticas de cooperação, coesão e sustentabilidade, e, nesse sentido, de materialização do projeto europeu.

Foi assim que, em 1991, a CCDR-Norte e a Junta da Galiza criaram a Comunidade de Trabalho Galiza/Norte de Portugal, pensada desde o seu início como um fator potenciador das duas Regiões⁸.

Quase que em ato contínuo, a 28 de setembro de 1992, foi assinado em Viana do Castelo o tratado constitutivo do Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular, cujos princípios se destinaram a aproximar os cidadãos. Convidando-os ao debate sobre a comunidade alargada, e criar a partir daí a massa crítica que permita resolver questões comuns desenvolvendo sinergias também comuns. Basicamente, apostando no reforço das relações institucionais, promovendo uma maior proximidade à comunidade alargada e fortalecendo as relações de interdependência transversais aos dois lados da antiga fronteira.

Foi com este enquadramento que, em 2008, foi criado o Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial Galiza Norte de Portugal (GNP-AECT)⁹, que, no entanto, só em 2010, com a tomada de posse dos órgãos sociais, iniciou a sua atividade, contribuindo para a valorização da competitividade, para a racionalização do uso das valências transfronteiriças e para o incremento da coesão social.

Posteriormente, também em 2010, foi criado o Observatório Transfronteiriço Galiza/Norte de Portugal, importante pela edição do Anuário estatístico e de toda a base de informação para trabalho, análise e investigação que daí advém.

⁷ Comité das Regiões. Eurogoogle - Dicionário de termos europeus. [[Consult.](#) 9 de setembro de 2020].

⁸ Galiza e Norte de Portugal. CCDRN.

⁹ Doravante, GNP-AECT.

O caminho percorrido pela Eurorregião é, ainda, um pequeno passo tendo em vista a sua afirmação plena. Há, no entanto, sinais evidentes, até para o senso comum, das vantagens resultantes do fomento e desenvolvimento cooperativo entre a Galiza e o Norte de Portugal.

Podemos afirmar que fazer parte do projeto europeu é, em parte, abdicar de uma soberania única nacional e total para integrar uma realidade que confere aos cidadãos e governos europeus uma múltipla consciência identitária. Nas palavras de Hermenegildo, «A compatibilização do interesse nacional e da soberania no contexto europeu é possível. O plano europeu não limita a soberania dos Estados, mas pelo contrário fortalece-a» (Hermenegildo, 2012, 16¹⁰).

Esta condição de europeus, enquanto nacionais de um país, acresce à condição identitária de cada um, como um valor universal, mais abrangente, plural e multicultural. Somos, como cidadãos, de uma cidade ou região, de um país e, em simultâneo, de uma Europa que se concretiza num complexo e intrincado processo - A União Europeia.

Esta multiculturalidade é revelada numa diversidade linguística expressa nas 24 línguas oficiais¹¹ da UE, de diferentes raízes e geografias diversas. Com quase 446 milhões de habitantes¹² residentes nos seus 27 países, a UE é uma das maiores economias mundiais¹³, realizando cerca de 64% do total do seu comércio no seu próprio interior, numa economia circular alargada e de proximidade, com padrões elevados de qualidade e exigência muito próximos dos cidadãos.

A UE é um processo de evolução contínuo que, de acordo com os seus princípios, deve concretizar-se todos os dias em ações concretas visando o bem-estar das pessoas.

¹⁰ Para mais informações, ver Hermenegildo, Reinaldo Saraiva, Interesse Nacional e Soberania no plano europeu: Ainda são compatíveis? *Revista Militar*, pp. 401-420. *Revista Militar* n.º 2523, abril de 2012, pp 401-420.

¹¹ As línguas da UE - Disponível em URL https://europa.eu/european-union/about-eu/eu-languages_pt [Consult. 7 de maio de 2021].

¹² População total da UE. Disponível em URL https://european-union.europa.eu/principles-countries-history/key-facts-and-figures/life-eu_pt [Consult. 18 de março de 2023].

¹³ Qual a dimensão da economia da UE? Disponível em URL https://europa.eu/european-union/about-eu/figures/economy_pt [Consult. 18 de março de 2020].



Figura 1 Mapa da Euroregião © Eixo Atlântico

1.1 Problema de investigação

Qual é o papel da Euroregião G/NP como fator de coesão territorial, económica, política, social e cultural na concretização da Europa das regiões? Galiza e Norte de Portugal apresentam características similares. Com um PIB (PPC)¹⁴ de 65% na região Norte de Portugal e de 82% na Galiza (2017), ambas abaixo da média europeia, uma (Galiza), que corresponde a uma Região Autónoma em Espanha, mas que em simultâneo está distante dos mais importantes centros de decisão e longe em termos de desenvolvimento de outras regiões autónomas de Espanha, e outra, a parte portuguesa, que é uma região sem autonomia que está, também ela, afastada do Governo central

¹⁴ My Region, My Europe, Our Future. Seventh report on economic, social and territorial cohesion. European Commission. http://ec.europa.eu/regional_policy/en/information/cohesion-report/ [Consult. 10 de janeiro de 2023].

da República e onde os indicadores económicos não são de todo os mais desejados, como à frente iremos expor.

Em termos de crescimento e desenvolvimento, apresentam as duas regiões valores afastados da média europeia, quer se trate de indicadores económicos, polos industriais, sistemas de ensino ou outras variáveis.

De acordo com o relatório socioeconómico do eixo Atlântico de 2022:

O Produto Interno Bruto da economia da região Norte ascendeu, no ano de 2021, a 64 708 553 milhares de euros, representando 30,17% do PIB português, sendo a sub-região da Área Metropolitana do Porto a que apresentou maior representatividade (53,40%); do lado da Galiza e ainda de acordo com a mesma fonte, “A taxa de crescimento da economia galega ao longo de 2022 cresceu 3,8%; embora esteja quase dois pontos abaixo da média espanhola (5,5%)”. Em suma, a Galiza apresenta um maior dinamismo em comparação com a média europeia e a zona euro; e, sobretudo, em relação a países como Alemanha, França e Itália. No entanto, Portugal apresenta um crescimento significativamente superior (6,7%).

O crescimento agregado do PIB em 2022 baseia-se no contributo da procura externa, que contribui com 3,7 pontos contra apenas um décimo no caso da procura interna. Esta circunstância contrasta com a apresentada por Espanha, que regista não só um desempenho mais equilibrado, mas também um maior peso da procura interna (2,9 e 2,6 pontos, respetivamente) (Peninsular, 2023¹⁵).

Perceber as eventuais vantagens acrescidas resultantes da existência de uma Eurorregião coesa no sul da Europa para o crescimento sustentado do seu território, que seja capaz de se contrapor ao atraso estrutural comparativamente às médias nacionais portuguesa e espanhola e europeia, e, desse modo, para o prestígio do projeto de construção europeia, é a principal motivação deste estudo.

É também importante evidenciar o contributo para a formação do sentimento de pertença e partilha que o Caminho de Santiago acrescenta à coesão territorial,

¹⁵ Cadernos de Cooperação do Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular. <https://www.eixoatlantico.com/pt/biblioteca> [Consult. 23 de novembro de 2023].

económica e social da Eurorregião, transportando consigo a herança cultural de uma Europa que forjou a identidade cristã de um continente que se deu ao mundo.

A Europa e as suas raízes cristãs são, aliás, uma importante centelha que, ao longo dos séculos, tem contribuído para a ideia de se ser europeu. Nas palavras de João Paulo II¹⁶,

A história da formação das nações europeias caminha a par com a sua evangelização, até ao ponto de as fronteiras europeias coincidirem com as fronteiras da penetração do Evangelho. Depois de vinte séculos de história, não obstante os conflitos sangrentos que enfrentaram os povos da Europa, e apesar das crises espirituais que marcaram a vida do continente — até pôr à consciência do nosso tempo graves interrogações sobre o seu futuro destino — deve-se afirmar que a identidade europeia é incompreensível sem o cristianismo, e que precisamente nele se encontram aquelas raízes comuns das quais amadureceram a civilização do continente, sua cultura, seu dinamismo, sua atividade, sua capacidade de expansão construtiva também nos outros continentes; numa palavra, tudo aquilo que constitui a sua glória. E ainda nos nossos dias, a alma da Europa permanece unida porque, além da sua origem comum, tem idênticos valores cristãos e humanos, como são os da dignidade da pessoa humana, do profundo sentimento da justiça e liberdade, da laboriosidade, do espírito de iniciativa, do amor à família, do respeito à vida, de tolerância e de desejo de cooperação e de paz, que são notas que a caracterizam (João Paulo II, 2022).

Esta matriz cristã europeia está patente num ícone europeu que é o Estado Social, claramente uma influência cristã, expressão máxima de “todo o homem é meu irmão”. Por outras palavras, ajudar quem mais precisa, para que todos vivam bem.

A ligação dos valores cristãos à Europa é expressa também por Adriano Moreira, nos seguintes termos:

¹⁶ João Paulo II, P. (2 de outubro de 2022). Discurso do Papa João Paulo II por ocasião do ato europeísta. Obtido de The Holy See: https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/speeches/1982/november/documents/hf_jp-ii_spe_19821109_atto-europeistico.pdf [Consult. 15 de março de 2023].

Hoje não se pode falar de Europa e mesmo de Ocidente sem falar nos valores cristãos. Mas isso não foi admitido na Constituição Europeia, que se chama Tratado de Lisboa....Porque a Europa não tem limites geográficos ou físicos, costumo dizer que conheço a Europa quando vejo um campanário – pode ser ortodoxo, protestante ou católico, mas, se vir um campanário, digo “a Europa está aqui” (Moreira¹⁷, 2022).

Contudo, é importante observar que, embora o Tratado de Lisboa destaque a importância da herança cultural e religiosa na identidade europeia, não faz uma referência explícita à herança cristã. Refere-a indiretamente no conjunto das tradições religiosas e valores humanistas, como parte do património cultural e histórico da Europa.

Ora, quando falamos da herança cristã da Europa, não falamos unicamente de religião. Temos de associar também a arte, a filosofia, os princípios de solidariedade e do Estado Social e até os princípios de organização administrativa e política, apoiados na ideia do Estado de direito.

Vejamos. Desde o Império Romano até à atualidade, com períodos de maior ou menor fulgor, até com imposição pela força, a Europa foi-se construindo com avanços e recuos. Motivada pela necessidade e pela expansão da fé cristã, lançou-se ao mundo. Primeiro, foram os portugueses e os espanhóis, depois os ingleses, holandeses, franceses, italianos e alemães; todos correram mundo, criando colónias, desenvolvendo o comércio, promovendo o que hoje chamamos de globalização.

Com o fim do ciclo expansionista, com a perda das colónias, a Europa voltou-se de novo para si, recuperando o que desde sempre foi a sua mais-valia: o capital humano.

Foi esta força que permitiu que, após a catástrofe da Segunda Guerra Mundial, por cima de uma Europa em cinzas, se construísse a ideia de uma Europa unida que, apesar de todas as contrariedades, foi capaz de uma vez mais, se superar. A Europa da coesão é expressão disso mesmo.

¹⁷ “A teóloga mais importante da minha vida foi a minha mãe”- António Marujo 23 Out 2022 <https://setemargens.com/adriano-moreira-19222022-a-teologa-mais-importante-da-minha-vida-foi-a-minha-mae> [Consult. 3 de janeiro de 2024].

1.2 Limitações do estudo

A presente investigação tem como principal objetivo perceber de que modo a criação e o desenvolvimento da Euroregião Galiza/Norte de Portugal pode promover a coesão territorial, económica, social, política e cultural, de acordo com o desígnio europeu. Atendendo ao condicionalismo próprio de uma dissertação de mestrado, que obriga ao cumprimento de regras específicas quanto à dimensão da investigação, o tempo para a sua conclusão é limitado. Ora, a Euroregião G/NP não é, em si só, um universo fechado. Em termos administrativos e políticos, faz parte de dois países e da UE. Para o funcionamento da Euroregião, há um conjunto de instituições e organismos com diferentes raios de intervenção que, com maior ou menor autonomia relativamente à governação nacional e europeia, são preponderantes para o seu desenvolvimento. A propósito da atuação destas entidades, utiliza-se um conjunto vasto de conceitos que, apesar de serem importantes para a investigação em curso – como por exemplo o conceito da desterritorialização do poder, que se manifesta através da atuação de instituições que são de escala eurorregional –, não podem ser aqui analisados de forma exaustiva, ainda que sejam necessários para compreender a lógica da governança da Euroregião. Para isso será necessária uma investigação mais profunda em que se cruzem, de forma sistemática, as esferas de ação de cada uma dessas entidades, tendo em conta os respetivos quadros de atribuições e competências, e desse modo percebendo os seus limites de ação e os condicionalismos impostos pelo poder governativo, legislativo e institucional, assim como por outras circunstâncias.

Esta é, sem dúvida, uma limitação do presente estudo.

Ainda assim, a recolha de dados nesta pesquisa constituirá uma boa base de reflexão sobre a natureza e limites dessa futura investigação mais alargada e profunda sobre o papel da Euroregião da Galiza e Norte de Portugal e, nesse sentido, é um passo necessário e útil.

1.3 Questão de partida

A principal questão levantada nesta investigação é a de saber se a criação da Euroregião Galiza e Norte de Portugal materializa – e de que modo o faz – os propósitos da União Europeia no fomento dado à criação das Euroregiões, a saber, o seu desenvolvimento integrado, no quadro de uma integração europeia harmoniosa. Procuraremos, de um modo particular, tentar perceber que outras vertentes deverão presumivelmente acrescer à vertente económica com vista ao objetivo da coesão de um território que faz parte de dois países independentes. Fá-lo-emos tento em conta o que dispõem os tratados europeus em vigor e o direito derivado, assim como instrumentos variados de política europeia e regional.

2 Metodologia a usar

Na presente dissertação, faremos uso de metodologias qualitativas de análise documental com vista ao estudo de instrumentos oficiais e privados relacionados com a criação e consolidação das Euroregiões em geral e, em particular, da Euroregião Galiza/Norte de Portugal.

A análise documental incidirá em documentos oficiais de diversas entidades europeias, nacionais, regionais ou da própria Euroregião, bem como em documentos da autoria de especialistas, académicos, designadamente apresentações realizadas em sede de encontros, seminários e debates. Serão tidas em conta publicações em jornais ou revistas generalistas e especializadas, artigos científicos publicados em plataformas digitais e teses ou dissertações académicas com referência à temática em equação.

Recolhemos muita informação *on-line*, mas recorreremos também a acervos especializados, bem como a informação retida num diálogo informal com o Diretor-geral do Eixo Atlântico – Xoán Vázquez Mao.

3 Do conceito à realidade das Euroregiões

Numa primeira aproximação à questão, podemos definir Euroregião como um território de partilha entre zonas periféricas de dois ou mais países, organizado politicamente e administrativamente com o objetivo de promover a defesa de assuntos relevantes e comuns. É frequente estes territórios estarem longe dos chamados centros de decisão, embora nem sempre tal ocorra. As questões tratadas neste contexto são mais questões entre vizinhos e família do que com estrangeiros. Apreciam-se questões comuns, como a construção de uma ponte, de uma estrada, de uma escola; é, na verdade, esta a essência, com o grau de consciência e de debate a uma escala de aproximação maior. É objetivo das Euroregiões trazer a Europa às pessoas. Em regra, os cidadãos europeus têm uma perceção de pertença à União Europeia, mas como “algo que está lá”, não “aqui” onde as pessoas vivem e trabalham; é uma espécie de governo central, que está longe.

Esta perceção está em linha com a visão de Telle (2017) das Euroregiões como *soft spaces*, entrelaçados por iniciativas de consolidação e de transformação. Este autor perspetiva as Euroregiões como espaços de oportunidade de pensamento criativo e de criação de massa crítica, atuando diretamente na resolução dos problemas das populações, não transformando o poder central nem o reduzindo a uma escala menor, mas criando centros de poder ágeis e flexíveis para acudir às circunstâncias das comunidades políticas menores ligando os seus interesses aos interesses da governação central (*hard spaces*) e às políticas supranacionais da UE.

Soft spaces é um termo que pode ser interpretado de diversas maneiras em diferentes contextos. Na geografia e nas ciências sociais, o conceito de *soft spaces* refere-se frequentemente a espaços que não são definidos por fronteiras físicas ou limites precisos, mas por características mais fluidas e dinâmicas.

O conceito também pode estar relacionado com redes e conexões, onde as interações e relações entre diferentes elementos são mais significativas do que as fronteiras físicas. Isso pode ser observado em áreas urbanas onde, por exemplo, a conectividade é mais relevante do que os limites administrativos.

No contexto de governança, *soft spaces* podem referir-se a formas mais flexíveis de coordenação e cooperação entre diferentes atores. Em vez de estruturas hierárquicas rígidas, esses espaços podem envolver colaboração e parcerias informais.

Este interessante conceito entronca num outro desenvolvido por Ramos¹⁸ (2014) sobre policentrismo no contexto europeu e o fio condutor do que devem ser as políticas de ordenamento de território, estabelecendo o princípio de territórios polarizados e estabelecendo uma ligação em rede das principais cidades, criando uma sinergia única e verdadeiramente adaptada às circunstâncias intrínsecas de cada Euroregião.

O policentrismo é aliás apresentado como um dos princípios dinamizadores da coesão territorial e fator de aproximação entre comunidades. Defende a autora que o policentrismo contribui de forma decisiva para a coesão territorial, bem como para a conservação e gestão do espaço natural e do património cultural. É com base neste conceito de Euroregiões policêntricas que devemos conceber as cidades como locais de origem das grandes problemáticas sociais onde tudo se desenvolve e resolve, ou seja, funcionando como massa crítica para a sociedade e que depois se difunde ao restante território.

A Europa multicultural e multilinguística que existe, com países de diferentes dimensões e graus de desenvolvimento económico e social, é um processo político e social que se concretiza através da aproximação dos níveis de igualdade entre os Estados-membros. A UE pretende o desenvolvimento de todos os Estados, mas com maior apoio direto aos que têm menor grau de desenvolvimento. A política de coesão materializa-se assim na equidade e equilíbrio dos apoios.

A comparação do grau de desenvolvimento de cada Estado-membro é feita através da análise do valor médio do rendimento *per capita* da UE. Os diversos instrumentos de apoio ao desenvolvimento implementados pela Política de Coesão contribuem para que todos os países possam vir a ser considerados desenvolvidos e o bem-estar dos seus cidadãos seja pleno.

Parece paradoxal no mundo global em que vivemos, onde tudo acontece de forma síncrona a toda a hora e em todo lugar, que ainda haja necessidade de

¹⁸ Ramos, A. E. 2014. Redes urbanas policêntricas: <http://hdl.handle.net/10362/13923> [Consult. 3 de janeiro de 2024].

proximidade entre as instituições e os cidadãos. Se, por um lado, temos as tecnologias que nos comunicam tudo o que acontece a todo o instante, como se vivêssemos num permanente *reality show*, a verdade é que a Europa tem como matriz própria a promoção de um Estado social que cuida dos seus cidadãos através de políticas sociais, como a saúde pública, a educação pública, a segurança e a garantia do acesso à justiça. Daí esta necessidade de proximidade, pertença e presença constante das instituições e dos seus representantes entre os cidadãos.

É neste contexto que temos de perceber a Eurorregião que aqui se analisa. Estão em causa dois territórios contíguos, de dois países soberanos, que são em simultâneo duas regiões com diferentes graus de desenvolvimento. No entanto, estamos a analisar uma realidade que já existia mesmo antes de ser institucionalizada, mesmo antes de ser admitida como tal. Galiza e Norte de Portugal estiveram sempre irmanadas na mesma raiz e na distância ao governo central dos respetivos países, duas regiões não diremos que abandonadas, mas que disfrutavam de um menor grau de preocupação por parte dos governos centrais.

O próprio sistema de governação não ajuda a um maior “peso” político para a tomada de decisões. A região norte, conjugando o número de deputados eleitos pelos 5 distritos que a compõem (Porto, Braga, Viana do Castelo, Vila Real e Bragança), tem um total de 73 deputados em 230 na Assembleia da República.¹⁹ É óbvio que esta questão política não é exclusiva da região norte, mas ajuda a explicar a sua dimensão política.

3.1 A Europa das regiões

Em Rocha (2003), temos o conceito de Europa como uma invenção cultural, uma ideia de *polis* grega, uma ideia de cidade livre, de comércio livre, de universidades e catedrais.

O conceito de Estado-nação é recente. Nascido na transição de finais do séc. XVIII para os inícios do séc. XIX, é oriundo do conceito de Estado da razão,

¹⁹ Porto, com 40; Braga, com 19; Viana do Castelo com 6; Vila Real com 5; e Bragança com 3. <https://sol.sapo.pt/2021/12/08/legislativas-quantos-deputados-poe-cada-distrito/> [Consult. 10 de janeiro de 2024].

criando o efeito de pertença a um território, a uma língua, a uma cultura e a uma história comum. Nesse sentido, abandonou-se a ideia das Cidades-Estado que proliferavam na Europa.

Este princípio trouxe consigo a inevitável oposição entre “nós” e “os outros”. A divisão e as fronteiras são disso testemunha.

Mas a Europa foi sempre palco de afinidades. Quer sejam culturais, religiosas, geográficas, económicas e sociais, houve sempre ligações que não se confinavam a uma questão administrativa de governação de um território.

Houve sempre uma Europa multicultural. Uma Europa do norte e do sul, do leste e do oeste, do Atlântico, do Báltico, do Mediterrâneo. Uma Europa da música, da filosofia, da arte, do comércio, da política, da religião e das alianças. Mas a Europa é também uma construção de vontades, de esforço e trabalho de muitos que pensam a paz como uma das matrizes necessárias ao desenvolvimento e bem-estar dos europeus. Em Fontaine (2017), somos confrontados com a Europa que todos desejam de liberdade, de segurança e de justiça. A estes princípios devemos acrescentar outros valores fundamentais – a democracia, a igualdade e a fraternidade.

À anterior ideia da *polis* grega, acrescentou-se a desterritorialização do poder e a ideia da soberania. Uma Europa sem fronteiras, principal e maioritariamente as fronteiras mentais entre nós e os outros, passou a ser prosseguida.

Em Banjac²⁰ (2012), temos o interessante conceito de cooperação como tecnologia governativa que combina a ideia de incorporação e inclusão dos diferentes agentes dos territórios através dos programas de desenvolvimento de projetos em comum. Ainda o mesmo autor, citando Hutton, conduz-nos à ideia da irrelevância das fronteiras tal como as definimos administrativamente, atribuindo à globalização essa atual insignificância.

As fronteiras têm-se diluído do ponto de vista económico, político e social, por força não só da globalização, mas também pelo tempo e pela oportunidade ou necessidade de se construírem novas alternativas ao modelo de governação de cada país.

²⁰ Banjac, M. 2012. Building Cross-Border Communities Through Cooperation: EU Regional Policy and Cross-Border as Spaces of Government. *Journal of Comparative Politics*, pp. 42-60. <https://www.cpubi.si/assets/jcp/JCP-Issue-8-July-2012.pdf> [Consult. 10 de outubro de 2023].

Uma Europa das regiões é um fator decisivo e contributivo para eliminar as disparidades de desenvolvimento existentes, sobretudo nas regiões periféricas, onde sucessivos distanciamentos aos centros de decisão criaram uma maior clivagem estrutural económica e social.

A Europa das regiões é a materialização do princípio de subsidiariedade²¹, que traz o grau de realização política para o mais próximo possível dos cidadãos e comunidades. O princípio da subsidiariedade é, sem dúvida, um dos melhores exemplos do que se pretende quando se afirma que é preciso aproximar os cidadãos das instituições.

A Europa das regiões é a Europa na sua plenitude, na sua total afirmação. A Europa é diversa, policêntrica, dinâmica. Nunca se confinou à geografia, nunca se fechou em si. Ainda assim, a dinâmica própria de cada região, motivada ou não por conflitos, ou por políticas próprias, criou uma Europa a diferentes velocidades e com diferentes desenvolvimentos.

É esta a razão para se procurar através de políticas de coesão que a Europa cresça e se desenvolva de forma sustentada, reforçando o apoio às regiões mais necessitadas, favorecendo o seu crescimento, sem prejuízo do necessário desenvolvimento das regiões mais desenvolvidas.

Há a vontade de, em bom português, “se nivelar por cima” a qualidade de vida dos cidadãos europeus. Cordeiro aborda a imperatividade da coesão:

Sem coesão, não há União. As disparidades de desenvolvimento entre as regiões e entre os Estados-Membros continuam a ser significativas e serão ainda mais visíveis à medida que combatemos os efeitos da pandemia. A UE deve apoiar o desenvolvimento regional, a fim de poder combater as desigualdades e as disparidades sociais, económicas e territoriais, e prestar aos seus cidadãos o apoio de que necessitam e que reclamam. É por isso que, enquanto representantes políticos locais e regionais, defendemos um orçamento europeu forte e descentralizado, com recursos adicionais consagrados às novas prioridades que se impõem nos setores da saúde, do clima e da migração (Cordeiro, 2020, p. 11).

²¹ Subsidiariedade in <https://eurocid.mne.gov.pt/artigos/subsidiariedade> [Consult. 18 de setembro de 2022].

3.2 Política de Coesão da UE

“A COESÃO ECONÓMICA, SOCIAL E TERRITORIAL

Artigo 174.º

(ex-artigo 158.º TCE)

A fim de promover um desenvolvimento harmonioso do conjunto da União, esta desenvolverá e prosseguirá a sua ação no sentido de reforçar a sua coesão económica, social e territorial.

Em especial, a União procurará reduzir a disparidade entre os níveis de desenvolvimento das diversas regiões e o atraso das regiões menos favorecidas.

Entre as regiões em causa é consagrada especial atenção às zonas rurais, às zonas afetadas pela transição industrial e às regiões com limitações naturais ou demográficas graves e permanentes, tais como as regiões mais setentrionais com densidade populacional muito baixa e as regiões insulares, transfronteiriças e de montanha” (Tratado de Lisboa, 2007).

A UE realiza o seu maior investimento através da política de coesão. O objetivo é claro: a redução das assimetrias entre as regiões, que podem ser multinacionais, não apenas as assimetrias entre os Estados. A política de coesão inscreve-se num esforço partilhado da UE com os governos nacionais para que haja uma elevação qualitativa e quantitativa da qualidade de vida dos seus cidadãos. A ideia subjacente é a de eliminar ou pelo menos atenuar as diferenças que existem entre os países mais e menos desenvolvidos no espaço comum. Havendo uma grande disparidade não só entre os países, mas, de forma mais clara, entre as diversas regiões da União, pode mesmo haver um risco para a consolidação do mercado único.

Num relatório recente, citado pela Euractiv, o banco central considera que “a situação orçamental na maioria dos países da zona euro continua muito frágil, com os défices orçamentais associados à crise do coronavírus a reduzirem-se lentamente e níveis de dívida que em muitos países estão perto dos limites da sustentabilidade”. No mesmo documento, a instituição também salienta que a união monetária continua a não fazer os progressos que devia no fortalecimento da sua arquitetura, mesmo depois das lições tiradas durante a crise da dívida da década passada (Caetano, 2024).

A execução dos fundos da política de coesão impõe o cofinanciamento dos projetos, o que estabelece uma maior confiança nos investidores por haver ligação entre o investimento privado e o apoio ao investimento público num esforço partilhado de melhoria da qualidade de vida de pessoas e empresas. Estabelecida pelos artigos 174.º a 178.º do Tratado Sobre o Funcionamento da União Europeia²², a política de coesão económica, social e territorial é expressa como um desígnio fundamental e que três Fundos primordiais criados pela UE concretizam:

- Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional – FEDER;
- Fundo Social Europeu – FSE;
- Fundo de Coesão – FC.

O FEDER e o FC contribuem para o aumento do emprego ao potenciar o crescimento económico através do apoio às PME e ao empreendedorismo. O FEDER serve também para apoiar a inovação e investigação, assim como o combate às alterações climáticas. O FSE, fundo mais antigo da UE, está mais direcionado para políticas de emprego, educação e inclusão social.

Sobre a política de coesão, importa referir a importância do Tratado de Lisboa, que entrou em vigor em 2009. O tratado de Lisboa reforçou a posição da política de coesão como uma das prioridades da UE, confirmando o seu papel no desenvolvimento económico e social dos Estados-membros.

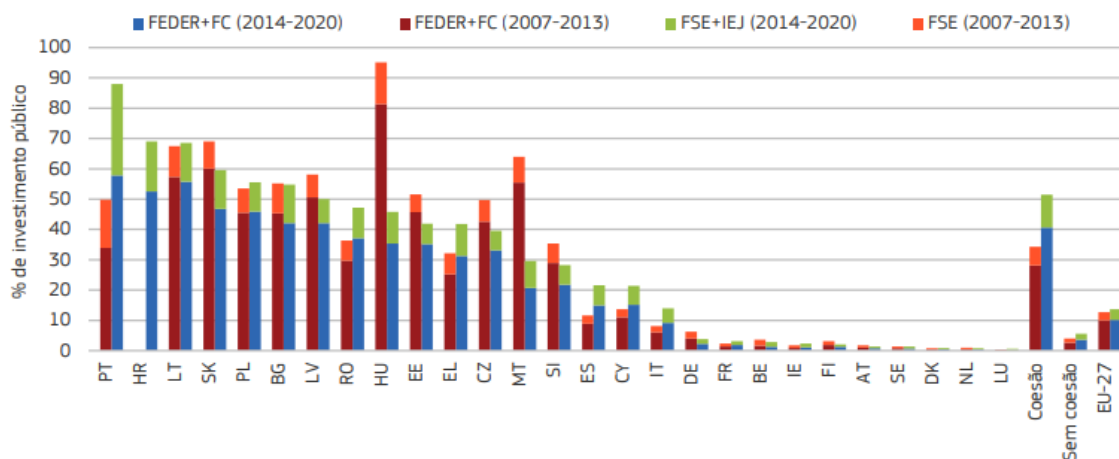
Além disso, o tratado criou uma base legal mais sólida para a política de coesão, reforçando a responsabilidade da UE em garantir o cumprimento dos objetivos da coesão²³, nomeadamente o expresso nos já referidos artigos 174.º a 178.º do Tratado de Lisboa²⁴. No entanto, o Tratado também estabeleceu regras mais rigorosas para condicionalismos financeiros, o que pode ter um impacto negativo na eficácia da política de coesão, especialmente em relação aos países menos desenvolvidos da UE.

Na figura 2, podemos observar, de forma sintética, as dotações do FEDER e do Fundo de Coesão relativamente ao investimento público nos Estados-membros em dois períodos distintos: de 2007 a 2013 e de 2014 a 2020.

²² Jornal Oficial da União Europeia C 202/127 7.6.2016.

²³ Ver <https://www.europarl.europa.eu/about-parliament/pt/powers-and-procedures/the-lisbon-treaty> [Consult. 18 de maio de 2021].

²⁴ Vide Tratado de Lisboa, título XVIII, A Coesão Económica, Social e Territorial.



Fonte: Eurostat [gov_10a_main] e <https://cohesiondata.ec.europa.eu>

Figura 2 Dotações do FEDER e do Fundo de Coesão face ao investimento público, nos períodos de 2007-2013 e de 2014-2020

3.2.1 Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional – FEDER

O FEDER é um dos principais instrumentos financeiros da UE para a concretização da sua política de coesão. Tem base jurídica no articulado dos artigos 174.º a 178.º do TFUE já citados, e tem como dinâmica de concretização o objetivo de tornar a Europa mais inteligente, mais ecológica, mais conectada e mais social, ou seja, cada vez mais próxima dos seus cidadãos.

Os programas financiados pelo FEDER são de responsabilidade partilhada entre a Comissão Europeia e as autoridades nacionais e regionais, ficando estas responsáveis pela escolha e gestão dos programas.

Uma das principais motivações para estes apoios surge da noção de que, havendo prosperidade em todas as regiões e Estados-membros, haverá um maior sucesso na ação conjunta de tornar a Europa mais competitiva e inteligente, o que potenciará uma mais rápida transição ecológica e hipocarbónica para uma economia líquida sem emissões de carbono e uma Europa resiliente e menos dependente de recursos externos.

A estes objetivos, que podemos considerar políticos, devemos acrescentar os objetivos específicos da sua realização, que passam pelo apoio ao desenvolvimento e ajustamento estrutural das regiões menos favorecidas, designadamente apoiando a reconversão de indústrias em declínio. Ao investir

no crescimento económico e no emprego, a intenção é a de consolidar o mercado laboral e as economias regionais.

Através da política de coesão, há também um incentivo à cooperação territorial europeia através do reforço de cooperação transfronteiriça, transnacional e inter-regional da UE. Há uma clara intenção de continuidade no aumento da qualidade de vida dos europeus, independentemente da região ou país onde residem.

Os recursos financeiros afetos ao FEDER são distribuídos por todos os Estados-membros de modo equitativo. As regiões são classificadas de acordo com o seu PIB *per capita* e o nível de cofinanciamento dos projetos depende sempre do grau de desenvolvimento das regiões²⁵.

Por regiões mais desenvolvidas, consideram-se as que têm o PIB *per capita* superior a 90% da média do rendimento *per capita* da UE. As regiões em transição são aquelas em que o PIB *per capita* se situa entre os 75% e os 90% da média da UE. As regiões menos desenvolvidas têm um PIB *per capita* inferior a 75% da média da UE.

Esta distinção entre regiões é importante para o tema em análise, porque temos na Eurorregião G/NP uma Região de Portugal classificada como menos desenvolvida e uma Região de Espanha classificada como de transição, com óbvias implicações que sublinharemos adiante.

Sobre o FEDER e a sua relevância, importa ainda referir que 5% da sua dotação orçamental é para apoio às zonas urbanas, para que possam melhor responder aos desafios económicos, ambientais, climáticos, demográficos e sociais.

Este importante instrumento de apoio financeiro estende-se por dois períodos recentes e distintos. Primeiro, num plano temporal de 2014 a 2020, com prioridades bem definidas, como o apoio à investigação e à inovação, o apoio à utilização de tecnologias de informação e comunicação, o apoio às PME e a promoção de uma economia hipocarbónica. Para este período em que o orçamento da UE foi de 350 mil milhões de euros, a percentagem atribuída ao FEDER foi de 32,5%, ou seja, 199 mil milhões, dos quais 9,4 mil milhões foram utilizados para a cooperação territorial.

²⁵ FEDER <https://www.europarl.europa.eu/factsheets/pt/sheet/95/fundo-europeu-de-desenvolvimento-regional-feder-> [Consult. 4 de janeiro de 2024].

Para o período de 2021 a 2027, surge um novo regulamento relativo ao FEDER e ao Fundo de Coesão, que estabelece normas específicas à 6.ª geração INTERREG²⁶, mantendo no essencial os anteriores objetivos e apoio ao cofinanciamento. Esta nova fase tem uma lista de atividades a não apoiar, tais como centrais nucleares e infraestruturas aeroportuárias, incentivando inclusive ao seu desmantelamento.

O objetivo é claro: apoiar, de forma mais eficaz, a inovação e a transição para uma economia mais digital, uma especialização inteligente das PME, uma economia mais verde e mais hipocarbónica, uma economia circular, a cooperação transfronteiriça e a aproximação das pessoas às instituições e às regiões.

Para este período, a dotação orçamental foi reforçada com 200,36 mil milhões de euros, sendo 8 mil milhões consignados para a cooperação territorial. O Parlamento Europeu, num esforço assinalável, conseguiu aumentar o nível de cofinanciamento dos projetos e tornou mais flexível a aplicação das regras. Além disso, foi instituído um reforço no apoio às cidades e às políticas urbanas integradas.

As políticas urbanas integradas são um conjunto de políticas e medidas destinadas a enfrentar os desafios complexos das áreas urbanas de forma abrangente e coordenada. Estas políticas focam-se na melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, na promoção do desenvolvimento sustentável e na criação de cidades inclusivas e resilientes.

3.2.2. Fundo Social Europeu – FSE Fundo Social Europeu Mais - FSE+

O Fundo Social Europeu é o mais antigo dos fundos estruturais, instituído pelo Tratado de Roma em 1957, tendo sempre como principal objetivo o aumento do emprego associado ao aumento do fluxo de pessoas dentro do espaço europeu.

Atualmente, e perante novos desafios, o FSE é o principal instrumento financeiro de investimento nas pessoas, promovendo o emprego e

²⁶ Ver <https://eurocid.mne.gov.pt/interreg> [Consult. 18 de março de 2022].

concretizando a Europa dos cidadãos e dos direitos sociais. Ou seja, é o Fundo que fornece o mais importante apoio às políticas da UE em matérias de carácter social, de emprego, de educação e de desenvolvimento de competências pessoais e laborais. É também o Fundo capaz de fornecer o devido apoio a reformas estruturais que conduzam a uma melhoria nas matérias atrás referenciadas.

Sendo muito importante do ponto de vista da recuperação da UE, o FSE foi uma das formas mais eficazes de resposta às consequências negativas da pandemia e à conseqüente perda de empregos, provocando uma crise social e da economia. As crises têm uma tendência natural para agudizar as assimetrias, pelo que os fundos europeus são muito relevantes, apesar de nem sempre serem bem utilizados.

Para o período de 2021 a 2027, o agora denominado Fundo Social Europeu+ tem uma dotação orçamental de quase 99,3 mil milhões de euros, de que destacamos o apoio a mais emprego e inovação social com uma verba prevista de 762 milhões de euros para áreas de apoio que incidam na inclusão social, inclusão ativa, educação e competências e emprego²⁷.

Devemos destacar, igualmente, o apoio concedido ao Incentivo ao Emprego Jovem – IEJ²⁸, ao Fundo de Auxílio Europeu às Pessoas Mais Carenciadas – FEAD²⁹ e ao Programa para o Emprego e Inovação Social – EaSi.³⁰

3.3.3. Fundo de Coesão – FC

O Fundo de Coesão³¹ foi criado em 1994, com a finalidade de reforçar a coesão económica, social e territorial da União Europeia tendo em vista promover um desenvolvimento sustentável. Com dois períodos recentes de programação 2014-2020 e 2021-2027, e destinado unicamente a países cujo

²⁷ Fundo Social Europeu Mais https://www.europarl.europa.eu/erpl-app-public/factsheets/pdf/pt/FTU_2.3.2.pdf [Consult. 4 de outubro de 2023].

²⁸ Iniciativa para o emprego dos jovens. <https://ec.europa.eu/social/main.jsp?langId=pt&catId=1176> [Consult. 4 de outubro de 2023].

²⁹ Fundo de Auxílio Europeu às Pessoas mais Carenciadas (FEAD). <https://ec.europa.eu/social/main.jsp?langId=pt&catId=1089> [Consult. 4 de outubro de 2023].

³⁰ Programa da UE para o Emprego e a Inovação Social EaSi). <https://ec.europa.eu/social/main.jsp?langId=pt&catId=1081> [Consult. 4 de outubro de 2023].

³¹ Fundo de Coesão. <https://www.europarl.europa.eu/factsheets/pt/sheet/96/fundo-de-coesao> [Consult. 4 de maio de 2023].

rendimento *per capita* seja inferior a 90% da média europeia, a sua criação tem como fundamento o 177.º do TFUE.

Para o período de programação de 2014-2020, a intenção política do financiamento por via deste fundo consistiu em dar um contributo decisivo na implementação e concretização de projetos no domínio do ambiente que promovessem o desenvolvimento sustentável, seja em matéria de eficiência energética, seja visando o reforço da produção e utilização de energias renováveis, particularmente no domínio dos transportes não abrangidos nas redes transeuropeias, como os transportes ferroviários, fluviais e marítimos. Este fundo também apoiou neste período os sistemas de transporte intermodais e as ligações entre os diferentes meios de transporte, sistemas de gestão do tráfego rodoviário, marítimo e aéreo, o transporte urbano de baixo impacto ambiental e os transportes públicos. Esta primeira fase do programa teve uma dotação orçamental de 63,4 mil milhões de euros e a garantia nos projetos cofinanciados de um financiamento que podia ascender a 85% do valor total.

Durante este período, Portugal teve como verba destinada 2861,7 milhões de euros. A Espanha, por ter um rendimento *per capita* superior a 90% da média europeia, esteve desde o início excluída das verbas do Fundo de Coesão. Para o período de programação de 2021 a 2027, ainda a decorrer, a dotação é de 42,6 mil milhões de euros, com Portugal a ter uma dotação prevista de 3964 milhões de euros. A aposta nesta segunda fase é direcionada para o investimento no crescimento económico e no emprego. Trata-se de uma nova política de coesão vocacionada para a criação de uma economia mais ecológica, com redução substancial no impacto do carbono, assim como a aposta numa economia circular de maior proximidade, com vista a criar uma Europa conectada de modo mais eficiente. Como exemplo desta nova vontade política, ficaram desde logo excluídos de qualquer tipo de apoio a construção de centrais nucleares – apoiando-se inclusive o desmantelamento das existentes. Exclui-se também o apoio à construção de estruturas aeroportuárias e de tratamento de resíduos que envolvam o processo de aterro sanitário.

Estando este trabalho focado na Eurorregião G/NP, não podemos deixar de verificar a diferença económica entre os dois países ibéricos, com um maior

desenvolvimento por parte de Espanha. Tal é evidenciado pelo critério do rendimento *per capita* no Fundo de Coesão, que não abrange Espanha, mas sim Portugal.

3.3.4. POCTEP E INTERREG

Quando falamos de fundos europeus e programas que diretamente afetam a Eurorregião em análise, não podemos deixar de mencionar um programa que, não sendo específico da Eurorregião, é essencial. Referimo-nos ao POCTEP³² – Programa Operacional de Cooperação Transfronteiriça Espanha-Portugal, assim designado durante o período de 2007 a 2013, passando depois a chamar-se (no período 2014-2020) Programa de Cooperação Espanha-Portugal INTERREG³³.

Esta cooperação transfronteiriça entre os dois países é desenvolvida ao longo da extensão total das suas fronteiras terrestres continentais, que correspondem em simultâneo à maior fronteira terrestre entre dois países da UE.

Divide-se em 6 áreas de ação: Galiza / Norte de Portugal; Norte de Portugal / Castela e Leão; Castela e Leão / Centro de Portugal; Extremadura / Alentejo; Alentejo / Algarve / Andaluzia; Plurirregional.

A sua atuação para o período de 2014 a 2020 (ver fig. 3) visou como objetivos a melhoria em cinco áreas importantes: potenciar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação; melhorar a competitividade das PME; promover a adaptação às alterações climáticas em todos os setores; desenvolver ações de proteção do meio ambiente; e melhorar a capacidade institucional e a eficiência da administração pública.

³² POCTEP. https://2007-2020.poctep.eu/sites/default/files/poctep_2021_2027_pt_05_08_2022.pdf [Consult. 7 de setembro de 2021].

³³ INTERREG <https://euroid.mne.gov.pt/interreg-vi-a-espanha-portugal-poctep> [Consult. 7 de setembro de 2021].

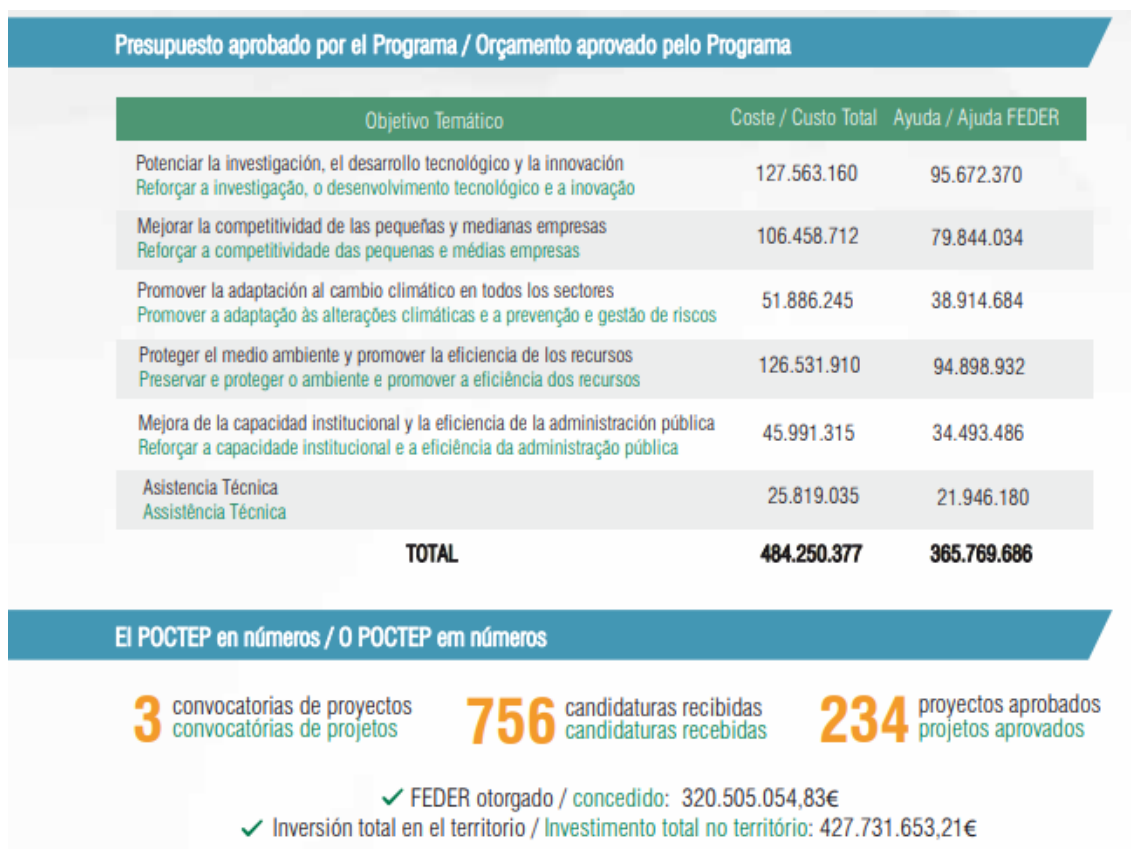


Figura 3 POCTEP 2014/20 © INTERREG

Sobre a política de coesão e abordando-a de uma forma generalista, é importante salientarmos o impacto positivo que tem tido na diminuição das assimetrias existentes na Europa. A título de exemplo, durante o período de 2014 a 2020, o nível de financiamento da UE foi em média de 12€ por pessoa e em regiões menos desenvolvidas o valor despendido foi de quase 400€ por pessoa.

Durante este mesmo período, mais de 1,4 milhões de empresas beneficiaram da política de coesão, com proveitos consideráveis para as mesmas.

Mas os benefícios também se fizeram sentir na instalação ou modernização de linhas ferroviárias, na construção de novas estradas e na melhoria da segurança das estradas, permitindo viagens mais rápidas e menos poluentes.

Entre 2014 e 2020, os programas existentes ao abrigo da política de coesão ajudaram cerca de 45,5 milhões de pessoas a integrarem o mercado de trabalho e a terem formação e ensino.

Até ao final de 2023, foi definido o objetivo de que o investimento financiado pela política de coesão fizesse aumentar o PIB de algumas regiões menos desenvolvidas em cerca de 5%. Numa previsão de um cenário macroeconómico mais alargado, pretendeu-se que cada euro gasto na política de coesão durante o período de 2014 a 2020 gerasse um retorno após 15 anos de 2,7 milhões de euros na forma de PIB adicional da UE.

Ao potenciar de forma positiva a cooperação transfronteiriça, a política de coesão da UE implica melhorias não só nos indicadores económicos, mas também nos indicadores sociais em termos de crescimento, desenvolvimento e conhecimento³⁴.

4 Origens, fases, a dimensão da Euroregião G/NP

A consolidação do projeto europeu materializa-se através de ações concretas. Realiza-se pela aproximação dos povos, pela união de vontades e, acima de tudo, pela prossecução do bem comum. A Euroregião G/NP, uma iniciativa que se tem consolidado nas últimas décadas, é, na realidade, o culminar de diversas ações dispersas no tempo e no espaço e com diversos interlocutores, quer sejam entidades institucionais já existentes ou novos organismos criados para produzirem o efeito pretendido.

A Europa não se fará de uma só vez, nem de acordo com um plano único. Far-se-á através de realizações concretas que criarão, antes de mais, uma solidariedade de facto.

Robert Schuman, a 9 de maio de 1950³⁵

³⁴ Política de Coesão 2014 – 2020. José Manuel Fernandes (2015) <https://josemanuelfernandes.eu/wp-content/uploads/2022/04/Europa-Pela-Nossa-Terra-04-PCoes%C3%A3o2014-2020.pdf> [Consult. 19 de fevereiro de 2022]

³⁵ Declaração de Robert Schuman 9 de maio de 1950 in https://europa.eu/european-union/about-eu/symbols/europe-day/schuman-declaration_pt [Consult. 18 de janeiro de 2023].

Em Souto Cabo³⁶ (2014), sabemos que o documento escrito mais antigo em galego-português data de 1175 e se intitula “Pacto de irmãos Pais³⁷”. A antiguidade deste documento e a sua pertinência histórica e linguística expressam a realidade deste território.

Quando falamos sobre a origem da Euroregião G/NP, estamos, de facto, a falar de uma realidade pré-existente às gerações atuais, a saber, uma realidade não formal de séculos, muitas vezes de costas voltadas na história, mas também de uma conexão evidente, íntima e intensa, de uma proximidade seguramente difícil de se ver noutros locais ou, até, por vezes, entre regiões de um mesmo país.

Como anteriormente se referiu, há uma continuidade de proximidade territorial desde as primeiras fases de ocupação humana. Há uma cultura e uma natureza que estiveram, desde sempre, presentes. Com a romanização do noroeste peninsular, quase que podemos afirmar que estamos perante a primeira fase da europeização da Euroregião aqui em análise.

Há, pois, uma Euroregião formal e uma outra muito mais antiga que só os princípios do Estado-Nação teimosamente tentaram separar. Há uma geografia da paisagem e humana que a história tentou contrariar, mas sem sucesso.

Nas palavras de Barros (2007, p.3), “Unha cousa é a fronteira política e outra ben distinta a fronteira mental.”³⁸

Sobre a herança secular e histórica aqui evidenciada diversas vezes, a mesma deve ser entendida como a expressão da realidade que agora se materializa e que, apesar de adiada pela história administrativa e política, se tenderá a concretizar plenamente no presente e no futuro da vida dos habitantes da Euroregião.

Segundo Outeda (2010), podemos distinguir duas fases em que ocorre a institucionalização da cooperação entre a Galiza e o Norte de Portugal. Uma primeira fase, situada entre 1981 e 1991, fez-se pela aproximação entre a Junta da Galiza e a CCDR-N, e uma segunda fase, a partir de 1991, resultou

³⁶ Souto Cabo, J. A. (2014), *Os primeiros escritos em galego-português*.

³⁷ Pacto de não agressão e defesa mútua entre dois irmãos nobres. Ver <https://pactodeirmaos.gal/o-pacto-dos-irmaos-pais> [Consult. 7 de março de 2020].

³⁸ Barros, Carlos. (2007), *A fronteira medieval entre a Galicia e Portugal*. [Consult. 21 de março de 2022].

na criação da Comunidade de Trabalho Galiza/Norte de Portugal³⁹, que visava potenciar os recursos comuns a ambas as regiões.

Podemos até considerar a Comunidade de Trabalho como o primeiro passo para a criação formal da Euroregião G/NP, dado que a cooperação informal sempre existiu.

De facto, a Comunidade de Trabalho é anterior à criação do Comité das Regiões (1994), estabelecido pelo Tratado de Maastricht, assim como é anterior à criação da GNP-AECT (constituída formalmente em 2008, mas que só em 2010 passou a ter funções operacionais e executivas) e ao Observatório Transfronteiriço (2010). É ainda anterior ao Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular, surgido na denominada Declaração do Porto de 1992.

O surgimento formal da Euroregião não se esgotará, certamente, nas entidades anteriormente citadas. No entanto, não há qualquer dúvida sobre o papel desempenhado por estas entidades, que tem sido determinante na consolidação e concretização das ambições da Euroregião.

Formuladas as condições determinadas pelo Conselho da Europa em 1980 sobre a cooperação transfronteiriça entre comunidades e entidades locais e regionais, foi criada a 31 de outubro 1991 a Comunidade de Trabalho, por decisão da CCDR-N, na pessoa de Luís Braga da Cruz, à época seu Presidente, e da Junta da Galiza, através do seu Presidente, Manuel Fraga Iribarne. A criação da Comunidade de Trabalho foi muito mais do que um ato simbólico e associativo. Foi acima de tudo uma declaração política e determinada de cada uma das regiões que afirmaram em simultâneo a sua vocação europeísta. Foi o unir de vontades coincidentes de um futuro melhor para duas regiões alheadas dos centros de decisão política e com atrasos estruturais significativos no contexto nacional e europeu. Nas palavras de Ferreira (2019, p.154), a Comunidade de Trabalho foi criada “com a tripla finalidade de contribuir para o desenvolvimento de ambas as regiões, para a construção europeia e para melhorar a situação das populações fronteiriças”. Não se trata propriamente de um movimento revolucionário, mas de um passo em frente na vontade de crescer de forma sustentada perante a oportunidade

³⁹ Ver <https://www.ccdr-n.pt/pagina/servicos/cooperacao/galiza-norte-de-portugal> [Consult. 11 de fevereiro de 2020].

que a UE aportou. Do texto constante do preâmbulo do Acordo 69/2006, publicado a 28 de junho no DR, II Série, destacamos este importante excerto, que expressa a vontade da criação da Comunidade de Trabalho, em obediência às políticas da UE: a criação dá-se “assumindo que o novo contexto europeu exige que a Comunidade de Trabalho Galiza-Norte de Portugal desenvolva as ações necessárias para se adaptar ao enquadramento jurídico, económico e institucional da União Europeia”.

Este foi o primeiro passo no processo de criação do Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial Galiza-Norte de Portugal (GNP-AECT), cujo documento constitutivo foi assinado em Santiago de Compostela a 22 de setembro de 2008, denominado de Convenção Europeia entre a Junta da Galiza e a CCDDR-N para o estabelecimento do GNP-AECT.

Trata-se de um agrupamento territorial que abarca mais de 6,3 milhões de habitantes, com cerca de 14000 trabalhadores que todos os dias cruzam a fronteira para trabalhar.

Trata-se, ainda, de uma entidade que estabelece diálogo entre todos os agentes do território, instituições, empresas e cidadãos, com objetivos e finalidades comuns aos dois lados da fronteira, que assim conseguem dar maior dimensão e escala às suas pretensões.

Reforçando aqui a importância dos Agrupamentos Europeus de Cooperação Territorial (AECT), convém começar por lhes dar o devido enquadramento e fundamentação jurídica, decorrentes do disposto no Regulamento (CE) n.º 1082/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho Europeu, de 5 de julho, posteriormente atualizado pelo Regulamento (UE) n.º 1302/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho Europeu, de 17 de dezembro.

O projeto das AECT tem como principal motivação facilitar e promover a cooperação fronteiriça, em diferentes modalidades que sejam transnacionais ou inter-regionais.

As AECT têm personalidade jurídica e são regidas por acordos celebrados por unanimidade pelos seus membros. No âmbito das suas atribuições, podem executar programas cofinanciados pela UE através dos fundos europeus do FEDER, do FSE e do Fundo de Coesão, sem prejuízo de poderem concretizar outros projetos que não dependam de financiamento europeu, nomeadamente

a partilha de conhecimentos especializados e de boas práticas, ou até na intervenção em transportes transfronteiriços ou unidades de saúde. Para existir, uma AECT tem de ter parceiros em pelo menos dois Estados-Membros distintos ou de um Estado-Membro e de um país terceiro distintos. Podem ser membros das AECT Estados-Membros ou autoridades nacionais, autoridades regionais, autoridades locais, empresas públicas ou de direito público, empresas de prestação de serviços de interesse económico geral, bem como outras associações de interesse para os territórios em que se inserem. No organigrama apresentado na figura 4, temos a leitura da organização interna da AECT da Galiza e Norte de Portugal. Esta tem obrigatoriamente de ter dois Órgãos: a Assembleia, constituída por representantes dos seus membros, e um(a) Diretor(a), que representa e age em nome da AECT. As AECT não são dotadas de poderes de autoridade pública, isto é, não têm competências legislativas nem regulamentares.

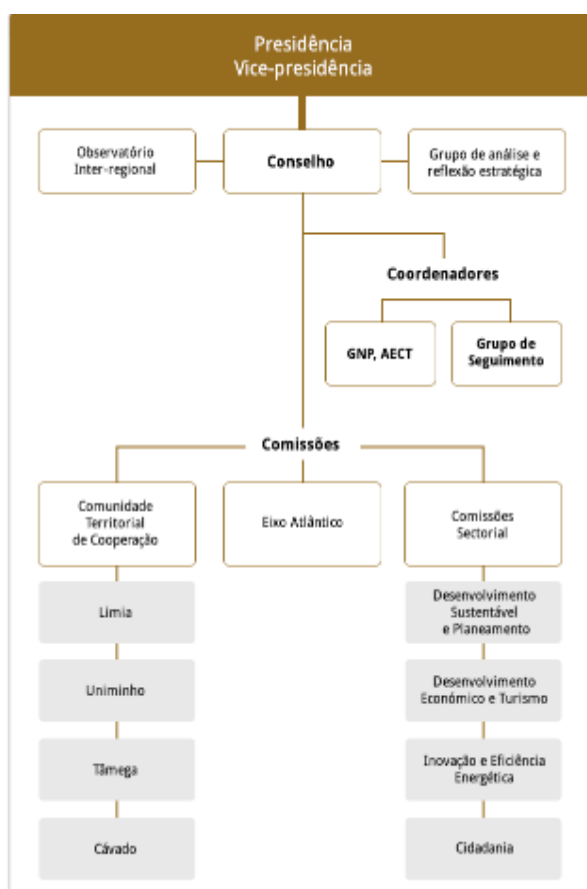


Figura 4 Organigrama Comunidade de Trabalho – disponível em <https://galicia-nortept.xunta.es/pt-pt/organograma>

A Assembleia deve realizar um relatório anual, auditado por uma entidade externa e que reflita a sua atividade, nomeadamente as previsões orçamentais adotadas. Importa ainda explicar que os membros são responsáveis pelas eventuais dívidas na exata proporção do seu contributo financeiro para a AECT.

É ao Comité das Regiões que cumpre o registo das AECT. De acordo com o relatório anual de 2018 do Comité das Regiões, as AECT, pela atividade que realizam, são um valor acrescentado para o desenvolvimento conjunto das regiões transfronteiriças.

De entre as entidades aqui referenciadas e apontadas como importantes para o processo de consolidação da Euroregião, queremos destacar, pela originalidade e características próprias, o Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular, que nasceu da oportunidade criada pelas políticas europeias existentes, atraído pelos fundos previstos no denominado Pacote Delors II⁴⁰, considerados estruturantes para a concretização das infraestruturas necessárias à região, que era deficitária à altura.

Este projeto é uma ideia original de um autarca – Fernando Gomes (C.M. do Porto) – que contou com o apoio do Alcaide de Vigo, Carlos González Príncipe, para a sua concretização.

Ao constituir-se como uma associação de municípios urbanos e entidades de administração local, submetida à legislação portuguesa e ao direito europeu, o Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular traz consigo uma ideia primitiva de lóbi, constituindo um foco de pressão política e forçando a uma participação mais ativa na busca de uma nova centralidade europeia. Pode ler-se no texto da Assembleia constituinte do Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular (2020) o seguinte: “Nós, em nome das cidades que subscrevemos este documento, consideramos fundamental que os ditos fundos sejam canalizados nas nossas regiões prioritariamente em torno dos meios urbanos.”⁴¹

⁴⁰ Com o Pacote Delors II dá-se uma profunda revolução no financiamento da coesão económica e social na União Europeia, com o aumento de 2/3 dos fundos estruturais e de 50% nos outros fundos comunitários. Disponível em URL:> <https://euroogle.com/dicionario.asp?definicion=686> [Consult. 8 de fevereiro de 2020].

⁴¹ Texto da Assembleia constituinte do Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular. Viana do Castelo. 1992 [Consult. 11 de abril de 2020].

Porém, a originalidade do Eixo Atlântico não se fica só pela frontalidade de assumir a sua intenção de forma tão clara. A forma como se organiza é também elucidativa desse desiderato. Disso é exemplo a existência de duas sedes. Inicialmente, uma estava no Porto e outra em Vigo, sendo que atualmente a Sede no Norte de Portugal está localizada na Maia⁴².

Se, em termos funcionais, a questão é relativamente simples, do ponto de vista da afirmação política e estratégica, o Eixo Atlântico apresenta-se com ideias bem delineadas. Primeiro, ao constituir-se por Núcleos urbanos – Cidades. Segundo, por idealizar essas cidades ao longo de um território polarizado, funcionando como eixos capazes de transmitir a todo o território a energia e soluções emanadas das cidades. Há um conceito subjacente de urbano e uma rede polarizada como motor da região visando constituir-se como “*Think Tank*”⁴³ da Eurorregião.

O Eixo Atlântico é uma entidade menos presa a formalismos institucionais de entidades governativas centrais e muito mais ligado a atividades funcionais junto de autoridades locais e regionais, assim como de universidades, visando levar a cabo debates, feiras de turismo e eventos desportivos, como os Jogos do Eixo, e culturais.

No fundo, é uma estrutura mais leve, como afirmou Xoán Mao em entrevista à Lusa⁴⁴: “a preocupação do Eixo Atlântico, desde a sua fundação, foi a de que não fosse uma superestrutura política, mas sim algo implicado na cidadania”. Ainda assim, o voluntarismo do Eixo Atlântico não se esgota só nas suas obrigações institucionais, como diz o próprio na mesma entrevista: “Nós temos um limite, que são as nossas competências. Há coisas que não são da nossa competência, mas são da nossa incumbência. Então, nós estamos a tentar trabalhar, também, naquilo que é da nossa incumbência”.

Talvez seja esta a máxima expressão do sentido que une a Eurorregião: ir além da simples obrigação institucional, promovendo um sentido de compromisso a

⁴² Desde 27 de maio de 2021. Ver <https://www.cm-maia.pt/institucional/relacoes-internacionais-e-cooperacao/noticias/noticia/sede-da-associacao-eixo-atlantico-do-noroeste-peninsular-e-agora-na-maia> [Consult.9 de fevereiro de 2022].

⁴³ Ver <https://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/ingles/think-tank> [Consult.9 de fevereiro de 2022].

⁴⁴ DN/Lusa - 13 novembro 2022.

nível institucional, profissional e pessoal das pessoas que se dedicam a pensar e a realizar ações de desenvolvimento e crescimento da Eurorregião.

No quadro seguinte (Fig. 5), expomos o organigrama da Comissão Executiva e destacamos a particularidade de ser maioritariamente constituída por dirigentes políticos (autarcas).

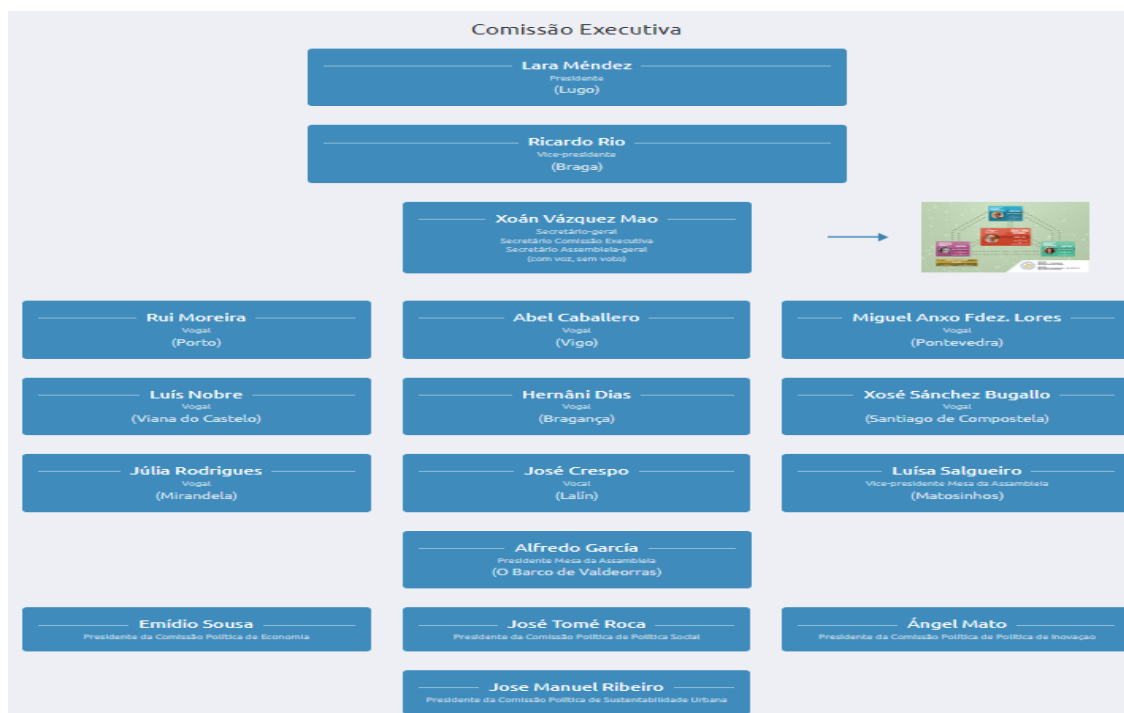


Figura 5 Comissão Executiva do Eixo Atlântico. Disponível em <https://www.eixoatlantico.com/pt/secretaria-geral/estrutura>

No quadro que se segue (Fig. 6), onde se apresenta o organigrama da Assembleia Geral, destacamos o facto de ser composta por autarcas portugueses e deputados provinciais galegos.

Assembleia-geral

José Luís Gaspar Jorge (Amarante)	Mário Constantino Lopes (Barcelos)	Evencio Ferrero Rodriguez (Carballo)
José Tomé (Deputación Provincial de Lugo)	José Manuel Baltar (Deputación Provincial de Ourense)	Ángel Mato (Ferrol)
Domingos Bragança (Guimarães)	José Crespo (Lalín)	António Silva Tiago (Maia)
Benjamim Rodrigues (Macedo de Cavaleiros)	Marián Ferreriro (Narón)	José Tomé (Monforte)
Eduardo Vítor Rodrigues (Vila Nova de Gaia)	José Manuel Gonçalves (Peso da Régua)	Aires Henrique do Couto Pereira (Póvoa do Varzim)
Francisco Fumega (O Carballiño)	Manuel Ruíz Rivas (Ribeira)	Emídio Sousa (Santa Maria da Feira)
Xosé Antonio Sánchez Bugallo (Santiago de Compostela)	Claudio Garrido (Sarria)	José Manuel Pereira Ribeiro (Valongo)
Ruí Santos (Vila Real)	Alberto Varela (Vilagarcía de Arousa)	Mário de Sousa Passos (Vila Nova de Famalicão)
Cristina Fernández Dávila (Pontecesces)	Marco Martins (Gondomar)	

Figura 6 Assembleia Geral do Eixo Atlântico. Disponível em <https://www.eixoatlantico.com/pt/secretaria-geral/estrutura>

4.1 O Norte de Portugal

Com quase 3,6 milhões de habitantes, a Região do Norte (Fig. 7) concentra quase 35% da população residente em Portugal e assegura perto de 39% das exportações nacionais, sendo que 44% das empresas são exportadoras nacionais e representam cerca de 29% do PIB da economia nacional.



Figura 7 Mapa da Região Norte de Portugal © INE

A Região está dotada de boas infraestruturas de comunicação e de internacionalização, contando com uma rede qualificada de equipamentos de ciência e tecnologia.

Em termos administrativos, o Norte de Portugal é composto por 86 municípios e 1.426 freguesias. Os municípios estão distribuídos pela AMP⁴⁵ e por oito CIM⁴⁶, as quais constituem o nível III das NUTS, aprovada pela Comissão Europeia.

Em termos de negócio, a Região Norte assegura, como se referiu, mais de um terço das exportações nacionais.

Os resultados do RIS⁴⁷ colocam o Norte de Portugal no mesmo patamar das regiões mais industrializadas de países como a Itália, a Espanha ou a Chéquia, e também de regiões nas quais se situam cidades que são capitais nacionais (Madrid, Roma, Atenas, Budapeste, Lisboa) ou importantes capitais regionais.

A economia da região é baseada principalmente no setor terciário, com destaque para o comércio, transportes e turismo, seguido pelo setor industrial, com destaque para as indústrias têxtil, de calçado e alimentar. A agricultura também é uma atividade económica importante.

De acordo com dados do INE (Instituto Nacional de Estatística) do ano 2020, o PIB *per capita* da região Norte é de cerca de 65% do PIB *per capita* nacional, sendo a região com menor PIB *per capita* do país, ou seja, são dados exatamente iguais aos apresentados pelo Eurostat em 2018, como se pode aferir pela leitura do quadro que se segue (Fig. 8).

A taxa de desemprego também é mais elevada na região Norte do que a média nacional, a saber, cerca de 12,8% em 2020, comparando com 9,7% a nível nacional.

Além disso, os indicadores sociais, como a educação e a saúde, são geralmente piores na região Norte do que a média nacional.

⁴⁵ Área Metropolitana do Porto.

⁴⁶ Comunidades Intermunicipais.

⁴⁷ *Regional Innovation Scoreboard*.

Norte (PT11) Portugal

Population, 2018	3 576 205 inhabitants
Life expectancy at birth, 2016	81.7 years
Employment rate (ages of 20-64), 2017	71.5 %
Unemployment rate (15 years or over), 2017	9.8 %
Tertiary educational attainment (ages of 30-34), 2017	31 %
➤ GDP per inhabitant in PPS (% of EU-28 avg.), 2017	65 %
Gross domestic expenditure on R&D, 2015	1.35 % of GDP
Nights spent in tourist accommodation, 2017	5 554 518 nights
Fatal road accidents, 2016	39 per million inhabitants

GDP per inhabitant in PPS (% of EU-28 avg.)

Figura 8 Rendimento per capita em PPS © Eurostat

O crescimento que se tem verificado ao longo dos últimos anos tem todo um apoio inestimável de fundos europeus, com o FEDER a responder com um grande contributo. Na imagem que se segue (fig. 9), podemos identificar o total de fundos aprovados até junho de 2018 e a respetiva aplicação desses fundos por áreas geográficas.

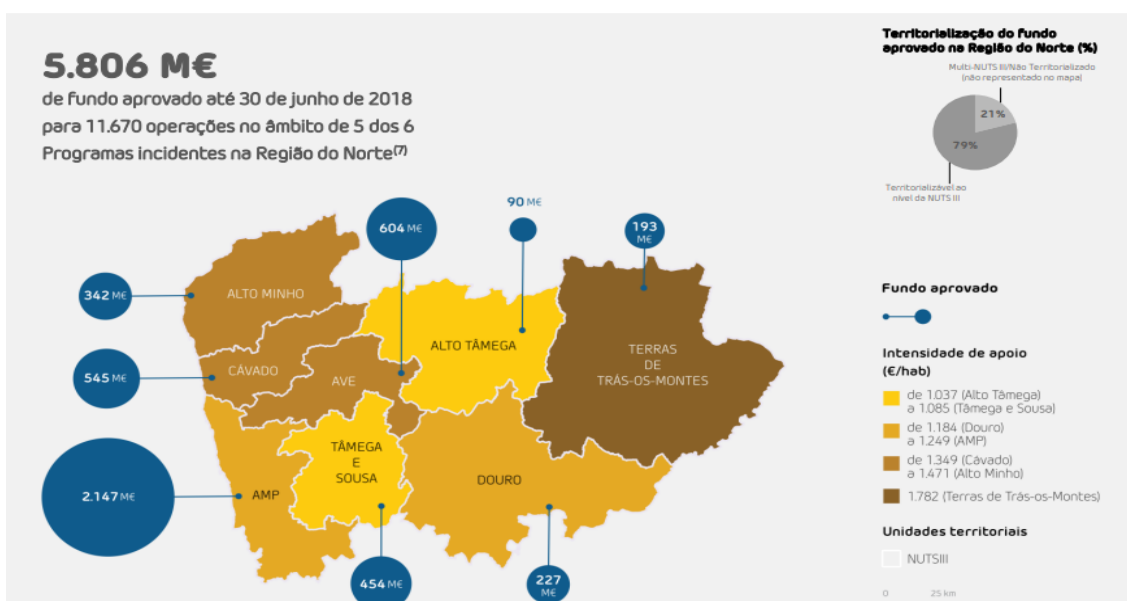


Figura 9 Distribuição investimento região norte © PORDATA

Não havendo uma governação regional, há, no entanto, uma entidade, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDRN)⁴⁸, que é um serviço de administração direta do Estado dotado de autonomia administrativa e financeira e que responde à tutela respetiva, de acordo com estatutos próprios. Para o período de 2021 a 2027, a CCDRN alinhada com as políticas da UE, definiu para a região cinco eixos prioritários de ação: intensificação tecnológica e consequente capacitação da base industrial regional; valorização dos recursos endógenos com o imperioso desenvolvimento da cadeia agroalimentar; competitividade internacional com subida nas cadeias de valor e aposta em novos modelos de negócio; sustentabilidade territorial, com a gestão ativa e integrada do rural e da baixa densidade, bem como a consolidação do policentrismo da malha urbana; empregabilidade, em especial para grupos e territórios-alvo. Estes eixos são interpenetrados por três vetores ou objetivos transversais: qualificação das pessoas, reforçando todos os graus de ensino e formação profissional e os diferentes grupos-alvo; equidade no acesso a bens e serviços públicos, que, hoje, não podem deixar de ser considerados fundamentais na saúde, na educação, na cultura ou nas ligações digitais; governação eficiente e eficaz das políticas públicas da e na Região (Cunha, 2020). O alinhamento entre as políticas regionais e europeias é fundamental para os interesses da Euroregião, assim como a diminuição das assimetrias entre as duas regiões que a integram. Ainda sobre a Região Norte e para que melhor se compreenda o intrincado processo de gestão do território do ponto de vista político e administrativo, deixamos aqui um quadro elucidativo (Fig.10) do grau de complexidade e das dificuldades que daí podem advir.

⁴⁸ Ver <https://www.ccdr-n.pt/pagina/institucional/quem-somos-e-o-que-fazemos/missao> [Consult. 21 de março de 2021].

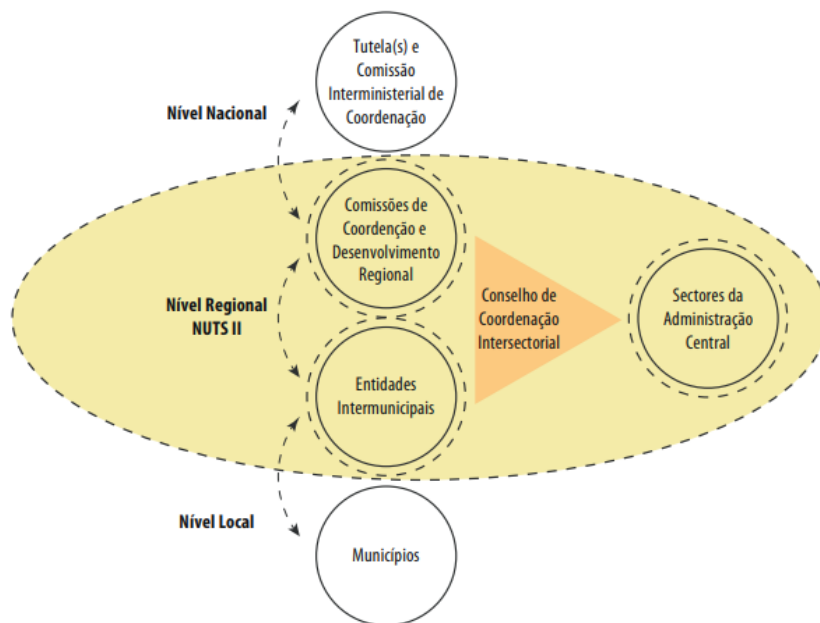


Figura 10 Modelo de governação regional e suas articulações com os níveis nacional e local CCDR-n

4.2 A Galiza

"Do teu verdor cinguido
 e de benignos astros,
 confín dos verdes castros
 e valeroso chan,
 non des a esquecemento
 da inxuria o rudo encono;
 desperta do teu sono
 fogar de Breogán.



Figura 11SEQ Figura * ARABIC Estrofe do Hino da Galiza O nome de Galiza não consta do poema, sendo substituído por fogar de Breogán. Disponível em <https://www.xunta.gal/o-himno-de-galicia>

A 21 de dezembro de 1980 foi aprovado, em referendo, o Estatuto de Autonomia da Galiza. E com ele nasceram o Governo Autonómico e o Parlamento da Galiza.

Estatuto de Autonomia da Galicia

ARTIGO 1

“Galicia, nacionalidade histórica, constitúese en Comunidade Autónoma para acceder ó seu autogoberno, de conformidade coa Constitución Española e co presente Estatuto, que é a súa norma institucional básica.

A Comunidade Autónoma, a través de institucións democráticas, asume como tarefa principal a defensa da identidade de Galicia e dos seus intereses, e a promoción da solidariedade entre todos cantos integran o pobo galego.

Os poderes da Comunidade Autónoma de Galicia emanan da Constitución, do presente Estatuto e do Pobo.”



Figura 12 Mapa das Províncias Galegas
© Eixo Atlântico

A Galiza é uma região autonómica da Espanha, dividida em 4 províncias – A Corunha, Ourense, Lugo e Pontevedra – e situa-se no noroeste do país. A sua população é de cerca de 2,7 milhões de habitantes. A economia da região é diversificada, tendo como base a indústria, o turismo e a agricultura. A Galiza tem uma forte presença na indústria da construção naval e da pesca, e é conhecida pela sua produção de vinho, frutas e agropecuária. O turismo representa uma importante fonte de receita, com a sua costa marítima muito procurada e cidades históricas, como Santiago de Compostela. No entanto, a região também enfrenta desafios económicos, como uma taxa de desemprego relativamente elevada e uma população envelhecida. Para melhor conhecermos a Galiza, deixamos, no quadro que se segue, uma breve síntese do Eurostat (Fig. 13).

Population, 2018	2 703 149 inhabitants
Life expectancy at birth, 2016	83 years
Employment rate (ages of 20-64), 2017	64.7 %
Unemployment rate (15 years or over), 2017	15.7 %
Tertiary educational attainment (ages of 30-34), 2017	45.6 %
> GDP per inhabitant in PPS (% of EU-28 avg.), 2017	82 % (p)
Gross domestic expenditure on R&D, 2015	0.88 % of GDP
Nights spent in tourist accommodation, 2017	2 467 266 nights
Passenger cars, 2016	548 per 1 000 inhabitants
Fatal road accidents, 2016	52 per million inhabitants

GDP per inhabitant in PPS (% of EU-28 avg.)

Figura 13 Galiza Rendimento per capita em PPS © Eurostat

Tal como aconteceu em Portugal e na Europa, a crise financeira de 2009 e a pandemia do Covid-19 trouxeram problemas a uma economia em desenvolvimento, como é o caso da galega. No entanto, destacamos uma vez mais a importância da UE e das suas políticas de coesão para o território. Com os benefícios do Plano de Recuperação gizado na UE, surgiu uma oportunidade única para atenuar eficazmente os efeitos da crise económica e principalmente os efeitos da pandemia, havendo também oportunidade para transformar a economia e criar novos empregos através do impulso de ações ligadas a uma transição climática, à transição energética para uma economia descarbonizada, à digitalização da economia e da sociedade, ao reforço da investigação e inovação e à promoção das políticas tradicionais de coesão e agrícolas.

A utilização destes recursos resultará, segundo previsões do Governo Autónomico da Galiza, numa Galiza mais competitiva e sustentável em 2030. No momento em que escrevemos, a Galiza exporta 35,5% do seu PIB e tem

uma taxa de desemprego de 9,2%⁴⁹, com uma taxa de crescimento do PIB prevista que levará a uma maior convergência europeia (cerca de 11 pontos), atingindo 91% da média da UE27⁵⁰ em 2030. Além disso, emite menos 55 mil toneladas equivalentes de CO2 do que na década de 1990, reciclará no futuro mais de 60% dos resíduos urbanos e utilizará fontes de energia renováveis com origem em 85% na sua produção elétrica, o que a tornará menos dependente do exterior⁵¹.

Além disso, havia já caminho traçado nas anteriores estratégias de consolidação de um modelo de crescimento orientado para produtos com maior valor acrescentado e carga tecnológica, que aposta na inovação, qualidade e design como alavancas de competitividade.

Assim, espera o Governo galego que, em 2030, 16% dos empregos sejam em atividades de investigação e conhecimento (15 em cada 1 000 empregados dedicados à I&D+i), que 50% das empresas com 10 ou mais empregados vendam o seu produto através da Internet e que as PME aumentem em número mais de 10%.

4.3 A dimensão da Eurorregião G/NP

“Temos um longo caminho pela frente.
É imperioso que o todo seja maior do
que a soma das partes.”

António Covas (2009)

A soma das partes não é claramente a melhor definição do que é ou da dimensão que tem ou pode ter a Eurorregião G/NP. O que aqui se pretende

⁴⁹ Inquérito ao Emprego - Desemprego Galiza 2023.IV <https://pt.countryeconomy.com/mercado-laboral/inquerito-emprego/espanha-comunidades-autonomas/galiza> [Consult. 30 de janeiro de 2024].

⁵⁰ PEG 2022- 2030- Plan Estratéxico de Galicia, p.11 <https://www.planestratexico2030.gal/documents/20509601/20509661/Resumo-executivo-PEG-22-30.pdf/31420ac4-e1f7-4db4-a46f-0b12234d5881> [Consult. 15 de julho de 2023]

⁵¹ PEG 2022- 2030- Plan Estratéxico de Galicia. <https://www.planestratexico2030.gal/documents/20509601/20509661/Resumo-executivo-PEG-22-30.pdf/31420ac4-e1f7-4db4-a46f-0b12234d5881> [Consult. 15 de julho de 2023].

evidenciar é que há uma soma, um acréscimo, uma dimensão conjunta que as duas partes por si só nunca conseguiriam ter. Há um valor acrescentado pela junção das duas regiões, que, ao se tornarem uma só, ganham escala e poder reivindicativo. Por outras palavras, ganham expressão e massa crítica.

Localizada no Noroeste da Península Ibérica, a Euroregião formada pela Galiza e o Norte de Portugal é um território de características e dinâmicas muito próprias, já o dissemos. Mas qual é a sua dimensão real?

“Dois países um destino⁵²”. Este título, usado como promoção turística, é, de facto, uma das melhores definições do que aqui se pretende retratar. Em causa está um destino que une duas regiões, dois países, com uma perspetiva própria de valor acrescentado.

O quadro que se segue (Tabela 1), apresenta-nos a Euroregião G/NP no contexto nacional e regional.

Euroregião	População Residente	Superfície / Área Total (km ²)	Densidade Populacional (hab/km ²)
Euroregião	6277948	50860,7	123,4
Norte de Portugal	3576205	21285,9	168
Galiza	2701743	29574,8	91,4
Portugal	10291027	92225,6	111,6
Espanha	46722980	505968,4	92,3

Tabela 1 Elaboração própria. Fonte INE e IGE 2019

Ao falarmos de pessoas, falamos de comunidades, de sentimentos, de ligação, de coesão. A "morriña" é um sentimento peculiar que muitas vezes é mencionado na literatura e na cultura galegas como um elemento importante da identidade e da experiência emocional da comunidade e das pessoas. Pode ser comparado ao conceito de "saudade" em português, que também descreve

⁵² "Dois Países, um Destino": presidentes do Turismo do Porto e Norte e da Galiza apostam em promoção conjunta das duas regiões. *Jornal Expresso*, 26 de maio 2022 <https://expresso.pt/sociedade/2022-05-26-Dois-Paises-um-Destino-presidentes-do-Turismo-do-Porto-e-Norte-e-da-Galiza-apostam-em-promocao-conjunta-das-duas-regioes-4cd9efe5> [Consult.5 de janeiro de 2023].

uma sensação de nostalgia e falta. Este sentimento de forte sentido identitário, presente em ambas as regiões, serve também para exemplificar esta forma de ser e estar que tão bem caracteriza a comunidade da Euroregião.

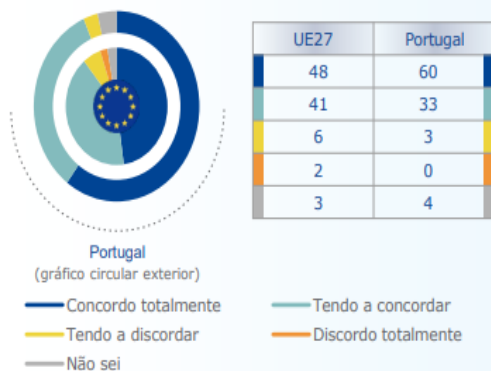
Por isso afirmamos que a dimensão da Euroregião não se esgota na sua dimensão geográfica ou económica. Há uma dimensão humana, histórica e cultural que se sobrepõe às demais dimensões e não pode de forma alguma haver conceitos herméticos ou estereotipados sobre a Euroregião englobando a Galiza e o Norte de Portugal. O que se pretende afirmar é que, mais do que a objetividade dos dados estatísticos que aqui são apresentados, mais do que a realidade, muitas vezes necessária, dos números, há uma natureza percecionada, sentida e desejada pelas pessoas que vivem na Euroregião de que o caminho trilhado até agora é o caminho que deve ser seguido no futuro. Esta dimensão não é mensurável pela estatística, economia ou geografia. Mas pode ser aferida pela percepção da grande maioria dos habitantes sobre as vantagens da cooperação transfronteiriça e a importância da política de coesão que a UE traz para a vida do cidadão comum. Essa percepção, no caso de Portugal e de Espanha, não se esgota na Euroregião, uma vez que os dois países ibéricos, com um passado em comum e uma história recente similar, marcada por ditaduras e por uma adesão realizada em simultâneo às Comunidades Europeias iniciais⁵³, partilham de forma acentuada a mesma convicção europeísta e a crença na necessidade de crescimento e desenvolvimento político, económico e social em conjunto.

O quadro que se segue (Fig. 14) dá conta da opinião de uma larga maioria de pessoas na Euroregião sobre a relevância desta para o projeto europeu. Com efeito, uma maioria significativa de cidadãos acredita no potencial das cidades e das regiões no futuro europeu, a qual é superior à média da UE.

⁵³ Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), criada em 1951, pelo Tratado de Paris, Comunidade Económica Europeia (CEE) e Comunidade Europeia de Energia Atómica (CEEA), criadas em 1957, pelo Tratado de Roma. O tratado de adesão de Portugal e Espanha às Comunidades Europeias foi assinado em 12 de junho de 1985.

Influência de regiões e cidades

q15 De um modo geral, concorda ou discorda que as regiões e as cidades deveriam ter mais influência no futuro da União Europeia? (%)



Influencia de las regiones y ciudades

q15 En general, ¿está de acuerdo o en desacuerdo con que las regiones y las ciudades deberían tener más influencia sobre el futuro de la Unión Europea? (%)



Figura 14 Barómetro regional e local. Comité das Regiões 2022

A Eurorregião Galiza-Norte de Portugal aqui em análise reflete, de forma aproximada, a realidade dos dois países que a integram: uma população que vive essencialmente em centros urbanos, grande parte nas faixas costeiras, e envelhecida, sendo isto mais notório nas zonas interiores do que no litoral. De registar uma espécie de duplo desequilíbrio – Litoral/interior, Urbano/rural, o que, de certa forma, tende a aumentar as assimetrias dentro da própria Eurorregião. Esta desigualdade produz uma ocupação do litoral e um esvaziamento populacional do interior, produzindo situações como a da diferença entre uma AMP⁵⁴ com 842,5 hab/km² e Trás-os-Montes com uma densidade populacional de 29,8 hab/km². Se analisarmos outras zonas, como por exemplo a região do Cávado, NUTS III, ainda assim a taxa de ocupação é 16 vezes superior à de Trás-os-Montes.

Na Galiza, a situação não difere muito. A título de exemplo, em Pontevedra a densidade populacional é de 204,4 hab/km² e no Lugo a mesma é de 33,6 hab/km², ou seja, há uma espécie de padrão comum.

⁵⁴ Área Metropolitana do Porto.

Reforçando esta ideia, na Galiza, 14,7% da população vive em 62,5% da sua área. Em Portugal, as zonas do interior de menor densidade populacional totalizam apenas 9,4% da sua população.

Há uma outra questão que importa também aqui indicar: o facto de no interior as faixas etárias predominantes se referirem a uma população mais envelhecida do que no litoral, com inevitáveis consequências no mercado de trabalho e nos cuidados de saúde necessários no apoio à população. A título de exemplo, na região Norte, as 3 NUTS III mais interiores, que representam 10% da população, contam com 9,8% dos hospitais e 11% de centros de ensino não universitário. Tudo isto num contexto em que, de casa das pessoas a estas unidades, há, por vezes, uma maior distância do que entre concelhos e cidades da AMP.

A demografia da Euroregião é, em parte, exemplo do que se passa a nível nacional e europeu, designadamente as baixas taxas de fecundidade. No caso da Galiza, o índice sintético de fecundidade⁵⁵ é de 6,8, abaixo da média de Espanha, que é de 8,4. No Norte de Portugal, o índice sintético de fecundidade é de 7,7, abaixo da média de Portugal, cuja taxa é de 8,4.

Regista-se uma taxa de envelhecimento crescente em ambas as regiões. Na Galiza, há um saldo migratório negativo, que não permite estancar a perda de população, e há uma clara evolução demográfica negativa. No Norte de Portugal, os números também não são animadores. Há, no entanto, no Norte de Portugal, um ligeiro crescimento demográfico que permite atenuar a tendência para a diminuição da população. Na consolidação dos números referentes à Euroregião, podemos até falar num saldo migratório que, embora ligeiro, é positivo. O quadro que se segue (Tabela 2) ajuda a ilustrar estas conclusões.

⁵⁵ Índice sintético de fecundidade. Ver <https://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/5310?modal=1> [Consult. 24 fevereiro de 2024].

País/region	0-14			15-64			65 ou mais		
	2019	2010	2000	2019	2010	2000	2019	2010	2000
UE27	15,17	15,42		64,57	66,95		20,25	17,62	
Espanha	14,76	14,91	14,80	65,83	68,28	68,62	19,39	16,80	16,53
Galicia	11,87	11,62	12,34	62,96	66,25	67,50	25,16	22,11	20,14
Portugal	13,69	15,30	16,50	64,46	66,44	67,46	21,83	18,25	11,41
Norte	12,82	15,51	18,04	66,70	68,31	68,35	20,46	16,16	13,59

Tabela 2 Percentagem de habitantes por idades. © GNP-AECT dados Eurostat

Um dos fatores que tem contribuído para o sucesso dos números relativos ao saldo migratório prende-se com a reunificação familiar dos migrantes, que, sendo importante do ponto de vista demográfico, também o é do ponto de vista social e um claro exemplo do benefício da política de coesão.

Uma questão que também merece a nossa atenção é a da menor taxa de empregabilidade das mulheres, especificamente no caso dos migrantes. Havendo na Galiza uma diferença de 7 pontos percentuais relativamente à já de si baixa média europeia, no Norte de Portugal essa percentagem está 4 pontos acima da média europeia. Estas percentagens podem ser afetadas pelas diferenças salariais existentes entre a Galiza e o Norte de Portugal. Os menores salários de Portugal são mais propensos a atrair as pessoas menos qualificadas e um incentivo para que as mais qualificadas saiam do país.

Às questões demográficas existentes, acresce ainda o baixo nível de qualificações das pessoas empregadas na Eurorregião, com claro impacto na massa salarial média auferida. Baixos recursos económicos não são amigos do crescimento económico nem de desenvolvimento social e cultural.

As pessoas empregadas no Norte de Portugal com baixas qualificações, e num cenário equivalente ao resto do país, representam cerca de dois terços das pessoas empregadas e estão 16 pontos percentuais acima da média europeia. Na Galiza e em Espanha, os números são um pouco melhores e a distância à média europeia situa-se nos 7 pontos percentuais, sendo que a incidência no mercado de trabalho é de pouco mais de metade das pessoas empregadas. Outra matéria que acompanha as baixas qualificações das pessoas é a da dificuldade de acesso ao mercado de trabalho e o grau de satisfação com o mesmo. Há uma relação direta entre as baixas qualificações, baixos salários e

baixa produtividade. Com todos estes *handicaps*, a política de coesão fica seriamente comprometida e obriga a um reforço significativo das políticas consagradas à formação e novas aprendizagens.

Baixas qualificações e baixos salários são também uma ameaça para o combate que a UE tem vindo a desenvolver de acordo com o objetivo que foi inscrito na Agenda 2020 de fazer com que 20 milhões de pessoas conseguissem sair da situação de risco de pobreza severa e exclusão social. No quadro seguinte (Tabela 3), conseguimos perceber o diferencial existente não só entre a Galiza e o Norte, mas também para com a UE.

País/región	2000	2010	2019
UE27		44,2	45,1
España	51,5	48,3	52,2
Galicia	55,6	52	52,7
Portugal	66,8	61,5	61,2
Norte	66,8	60	61

Tabela 3 Taxa de emprego com baixas qualificações. © GNP-AECT dados Eurostat

Verificamos a existência de uma população com poucos recursos económicos, envelhecida e disposta no território de forma desigual, o que é sinónimo de défice no sistema de saúde pública e uma dificuldade para o Estado social. Numa análise elaborada pela G/NP AECT⁵⁶, percebemos que as causas de mortalidade da Eurorregião não diferem muito das habituais na Europa. Na Galiza, as doenças mais comuns e a principal causa de mortalidade são as doenças do sistema circulatório, enquanto no Norte de Portugal predominam os AVC – Acidentes vasculares cerebrais.

Uma questão que também nos merece atenção é a da localização de unidades capazes de responder às necessidades da população em termos de saúde pública. Referimo-nos à (in)existência de uma rede eficaz de saúde pública, organizada em unidades de saúde e hospitais.

Num território tão disperso e diverso entre o urbano e o rural, a saúde pública acaba por ter uma resposta dentro dos parâmetros comuns às diversas

⁵⁶ Plano de Investimentos Conjuntos da Eurorregião Galiza-Norte de Portugal (2021-2017). Uma estratégia Eurorregional Galiza-Norte de Portugal. [Consult. 2 de maio de 2022].

circunstâncias, com mais e melhores unidades no litoral, assim como nos centros urbanos, e menos unidades e cuidados de saúde dispensados no interior e em zonas rurais.

A acessibilidade física aos cuidados de saúde, quer através da rede viária, quer através da rede de transportes públicos, é infelizmente em muitos casos um obstáculo igual ou maior do que o da localização das unidades de saúde.

E estamos só a falar do acesso a cuidados de saúde da rede pública. Em territórios de pouca oferta de saúde pública e em que as unidades de saúde disponíveis são privadas, há ainda uma maior dificuldade de acesso às mesmas, normalmente pela falta de recursos financeiros.

Uma tendência que se tem vindo a notar, quer em termos europeus, quer em termos nacionais ou locais, é a diminuição do número de camas disponíveis para tratamento médico por cada 100 000 habitantes. No quadro que se segue (Tabela 4), numa análise efetuada em diferentes anos, nota-se uma recuperação em 2017 relativamente a 2010, mas ainda sem se conseguir igualar os valores do ano de 2000.

País/region	2000	2010	2017
UE27		576	541
Espanha	365	312	297
Galicia	367	357	333
Portugal	370	337	339
Norte	313	292	312

Tabela 4 Camas de hospital disponíveis por cada 100000 habitantes © GNP-AECT dados Eurostat

Sobre saúde pública e os esforços de cooperação que têm acontecido na Euroregião em matéria sanitária, é de referir que a pandemia da COVID-19 veio trazer, para além das questões médicas graves, uma outra situação particularmente delicada. Ao se terem fechado as fronteiras entre Espanha e Portugal por razões médico-sanitárias, na verdade o que se fechou foi uma comunidade transfronteiriça e a sua vida do dia-a-dia. Foi quase como se se tivesse fechado uma cidade a meio, uma espécie de muro de Berlim, o que veio trazer à memória tempos antigos que se pensava erradicados e irrepetíveis.

Se a fronteira já não separa os dois países, a realidade dos ganhos com o trabalho, sim, separa, e muito, a Galiza e o Norte de Portugal. Há um desequilíbrio salarial tão grande que, no lado português, o valor hora é sensivelmente metade do valor do lado galego. Esta realidade faz com que a Região Norte de Portugal se encontre entre as que têm os piores salários do continente europeu.

Esta situação é um dos principais obstáculos à retenção de talento jovem na região. Este problema, infelizmente no caso português, não é exclusivo da região Norte, uma vez que nos últimos anos temos assistido a uma verdadeira “sangria⁵⁷” da saída de jovens qualificados.

É um caso de dupla perda. Perda pelo valor investido na formação e educação especializada e qualificada. E perda em volume de receitas contributivas e de riqueza gerada por trabalho qualificado.

Os baixos salários têm correlação direta com a baixa produtividade na Eurorregião, em especial na Região Norte de Portugal. Embora haja uma pequena aproximação da produtividade à média europeia, a verdade é que o atual índice se situa próximo ao dos países do antigo bloco soviético, do *mezzogiorno*⁵⁸ italiano ou da Grécia. Se é necessário aumentar a competitividade da Eurorregião, só com uma política salarial adequada será possível reter a mão-de-obra qualificada e assim aumentar a produtividade, tornando o país competitivo. Do quadro que segue (Tabela 5), destacamos a grande diferença no valor hora pago no Norte de Portugal e a mediana do valor hora pago na UE, 8,5€ e 18,5€ respetivamente (para além de outras diferenças negativas).

País/região	2017
UE 27	18.4
España	15.9
Galicia	13.9
Portugal	9.5
Norte	8.5

Tabela 5 Valor hora em 2017 © GNP-AECT dados Eurostat

⁵⁷ Emigração jovem qualificada portuguesa... Veio para ficar. Emanuel Sousa. <https://observador.pt/opiniao/emigracao-jovem-qualificada-portuguesa-veio-para-ficar/> [Consult. 23 janeiro de 2024]

⁵⁸ Sul da Itália.

A questão dos baixos salários e da baixa produtividade é um fenómeno com múltiplas causas e a sua resolução será também realizada através de diferentes opções. Não será certamente a curto prazo que se poderá resolver esta questão. Só através de uma ação concertada e estruturada se conseguirá atingir a médio prazo os objetivos desejados. A coesão só se concretizará com a redução das disparidades salariais e fiscais. Este é um dos campos onde ainda há muito a fazer. Como se disse, demorará o seu tempo, mas baixos salários produzem pobreza e uma dependência absoluta das pessoas em relação ao Estado Social, o que, conjugado com uma carga fiscal penalizadora e a baixa produtividade, não ajudam no desenvolvimento económico e social e no aumento de capacidade das famílias e empresas.

No quadro que se segue (Tabela 6), podemos observar que, apesar do aumento de produtividade do valor hora em Portugal e Espanha e na Galiza e Norte de Portugal, estamos ainda distantes dos valores da UE.

País/região	2000	2005	2010	2015
UE27	22	26	30	34
Espanha	20	25	30	31
Galicia	18	22	27	29
Portugal	12	14	17	18
Norte	10	12	14	16

Tabela 6 Produtividade. Valor da produção em horas trabalhadas. © GNP-AECT dados Eurostat

Quando falamos em baixos salários, baixa produtividade e baixas qualificações, há a tendência de se pensar única e exclusivamente nos colaboradores das empresas. Na verdade, no caso específico de Portugal, mais de um terço dos dirigentes e dos diretores e gestores de empresas concluíram apenas a escolaridade básica e, em média, o nível de escolaridade é inferior ao dos seus colaboradores. Em entrevista ao jornal Expresso⁵⁹, Frederico Cantante, investigador do Observatório das desigualdades, expressa esta realidade nos seguintes termos: “A falta de formação das chefias é a principal causa do atraso da economia portuguesa”.

⁵⁹ Ver <https://expresso.pt/sociedade/2018-03-07-A-falta-de-formacao-das-chefias-e-a-principal-cao-do-atraso-da-economia-portuguesa> [Consult.2 de junho de 2021].

Sem querermos com esta afirmação indicar a falta de qualificação como causa única do atraso estrutural no mercado de trabalho sentido a Norte de Portugal, a verdade é que é evidente, quando comparamos os dados existentes com a realidade do resto da Europa, que esta realidade tem em Portugal um peso maior do que nos restantes países europeus.

Para melhor compreensão do mercado de trabalho e da produtividade, importa fazer uma breve análise do tecido empresarial da Euroregião.

Há um predomínio de microempresas, que empregam menos de 10 pessoas e que representam 96% do tecido empresarial. As PME, com quase 4% de quota de mercado, absorvem a maioria das pessoas empregadas. As chamadas empresas grandes têm um valor quase residual no contexto empresarial da Euroregião. Do quadro que se segue (Tabela 7), elaborado pela GNP-AECT, e que congrega os indicadores de INE e IGE, temos essa expressão esmagadora da diferente dimensão das empresas que constituem o tecido empresarial.

País/região	Microempresas (0-9 empregados)	Empresas pequenas (10-49 empregados)	Empresas medianas (50-250 empregados)	Empresas grandes (+ 250)
España (2018)	1.339.433 (89.78%)	126.345 (8.46%)	20.149 (1.35%)	5.838 (0.39%)
Galicia (2018)	242.082 (96.06%)	8.199 (3.25%)	1.456 (0.57%)	253 (0.10%)
Portugal (2017)	1.196.753 (96,3%)	39.022 (3,1%)	5.974 (0,4%)	944 (0,07%)
Norte (2017)	400.034 (95,7%)	15.442 (3,6%)	2.349 (0,5%)	257 (0,06%)

Tabela 7 Empresas por dimensão e número de empregados © GNP-AECT dados INE e IGE

Importa ainda fazer uma breve reflexão sobre os últimos tempos da Euroregião nas questões relativas à sua economia, nomeadamente na riqueza gerada medida pelos bens produzidos e serviços prestados – PIB. Após a crise financeira de 2008⁶⁰, que teve consequências muito duras, e que, no caso português, foi ainda mais grave pela necessidade de intervenção externa do FMI⁶¹ e a consequente intervenção da Troika⁶², o território e as pessoas ressentiram-se. Quando tudo parecia seguir no caminho da recuperação, a

⁶⁰ Crise de *subprime* - Crise financeira internacional de 2007–2008, precipitada pela falência do banco de investimento norte-americano Lehman Brothers.

⁶¹ Fundo Monetário Internacional.

⁶² Designação atribuída à equipa composta pelo Fundo Monetário Internacional, Banco Central Europeu e Comissão Europeia.

pandemia da COVID-19 voltou a causar dificuldades numa economia e mercado frágeis. Ainda é cedo para se aquilatar a verdadeira dimensão do impacto da COVID-19 na economia portuguesa. No entanto, é fácil prever que, perante uma economia não consolidada, este seja mais um fator a obstar ao crescimento desejado no futuro.

Esta primeira fase de análise à dimensão da Euroregião não é feita com o intuito de tecer considerações pouco abonatórias. É precisamente o oposto do pretendido. O que queremos evidenciar é que, apesar das condicionantes ao longo do tempo, há todo um esforço feito pelas autoridades públicas e agentes económicos e sociais, incluindo as pessoas físicas no seu exercício de cidadania, com a esperança de que a política de coesão da UE encontre aqui um território fértil de consolidação do projeto europeu.

Perante as dificuldades até aqui evidenciadas, há duas características demonstradas na Euroregião que temos de referir pela sua importância – a resiliência e a confiança. A primeira, pela capacidade de resistir sem desistir, e a segunda por se acreditar na viabilidade e futuro deste território.

Sobre as questões até agora apresentadas, e para que se comece a impulsionar a Euroregião com vista ao seu crescimento e desenvolvimento político, económico e social, é necessário que haja uma alteração substancial na natureza da cooperação empresarial transfronteiriça. É necessário que se aposte fortemente numa marca turística eurorregional sustentável e competitiva internacionalmente, baseada no património natural, cultural, enogastronómico, promovendo os territórios de baixa densidade e valorizando ainda mais o Caminho de Santiago nas suas diversas possibilidades. É também imperioso que se diminuam os efeitos da fronteira no mercado de trabalho, fazendo com que este se torne mais homogéneo e coeso.

Entretanto, temos de valorizar os indicadores que vão surgindo (vide tabela infra), como o crescimento da taxa de população ativa no setor científico e tecnológico, com a Galiza a aproximar-se da média europeia e o Norte de Portugal a crescer rapidamente, embora ainda longe do desejado.

País/região	2008	2018
UE	37.4	45.6
España	37	44.1
Galicia	37.2	44.4
Portugal	21.4	35.8
Norte	17.6	32.4

Tabela 8 Percentagem de população ativa empregada no setor científico e tecnológico © GNP-AECT dados Eurostat

Com efeito, há ainda uma resistência de fronteira que é preciso paulatinamente eliminar. Para que se consolide a Euroregião é preciso, desde logo, que haja coesão em todo o território. Não pode haver um mercado de trabalho forte, existindo diferenças salariais e fiscais entre a Galiza e o Norte de Portugal. A Euroregião deve ser um bastião dos direitos sociais, com maior inclusão, com melhores serviços públicos de ensino e formação, com melhores e mais cuidados de saúde, com maior fruição de lazer e cultura por parte da sua população.

4.3.1 O que se está a fazer

Como previamente indicado, a Euroregião é resiliente e confiante. Perante as dificuldades existentes, existe a consciência da necessidade de uma mudança rápida de paradigma, para o que têm sido desenvolvidas pelos poderes públicos, em articulação com entidades privadas, iniciativas que permitem o combate à iliteracia digital e a passagem, a breve trecho, para uma economia e sociedade mais digital.

Esta transição é essencial para se garantir a igualdade e a inclusão social, assim como para se assegurar a competitividade económica e a boa governança da administração pública.

A transição para uma economia e sociedade digitais envolve a adoção e a integração de tecnologias digitais em diversos setores da economia, melhorando a sua eficiência, a inovação e a competitividade. Obriga ainda esta transição a um investimento em infraestruturas tecnológicas sólidas, o que

inclui a construção de redes de alta velocidade, computação em nuvem, segurança cibernética e outras tecnologias fundamentais.

As empresas devem repensar os seus modelos de negócios e processos para incorporar tecnologias digitais. Isso pode envolver a implementação de sistemas de gestão, automação de processos, análise de dados e soluções de inteligência artificial. A Inteligência Artificial (IA) desempenha um papel significativo nas novas tecnologias e tem impactos substanciais no emprego em diversos setores. A IA é frequentemente utilizada para automatizar tarefas repetitivas e rotineiras em vários setores. Isso pode aumentar a eficiência e reduzir custos, mas também pode levar à natural substituição de empregos. A literacia digital torna-se, assim, uma competência fundamental.

Promover a consciencialização e a educação sobre as oportunidades e desafios da economia digital é crucial, incluindo a compreensão dos benefícios, bem como as questões éticas e sociais relacionadas com o uso da tecnologia. O que se pretende é desenvolver uma Euroregião mais competitiva e conectada, que aposte na inovação, na digitalização e na internacionalização, como instrumentos de criação de emprego mais qualificado e que promova uma maior produtividade laboral.

A aposta em I&D⁶³, que tem sido desenvolvida apesar das sucessivas crises, faz com que haja índices superiores nessa matéria na Euroregião do que em Espanha e Portugal, embora ainda não atingindo os patamares europeus e com muito maior investimento por parte das universidades do que pelo setor público ou pelo setor privado.

Uma outra forte aposta é a da inovação. Com o objetivo de avaliar e comparar o desempenho dos Estados europeus em matéria de inovação, o Eurostat desenvolve anualmente o EIS⁶⁴, um instrumento para identificar os pontos fortes e fracos dos sistemas nacionais de inovação. O RIS⁶⁵ é uma extensão do EIS, que permite fazer o mesmo tipo de avaliação para as regiões da União Europeia.

Na publicação do EIS 2020, dos 37 países analisados, Portugal ocupa o 17.º lugar, passando na classificação de país de nível médio a forte, enquanto a

⁶³ Investigação e desenvolvimento.

⁶⁴ *European Innovation Scoreboard*.

⁶⁵ *Regional Innovation Scoreboard*.

Espanha, apesar de ter melhorado a sua posição e de estar só dois lugares atrás de Portugal, no 19.º lugar, mantém a classificação de nível médio. A Galiza, no contexto espanhol, é classificada pelo RIS como sendo de nível médio-baixo, estando colocada em 11.º lugar entre as 17 regiões autonómicas do país. Já no caso do Norte de Portugal, a situação é bem mais animadora, tendo passado a estar no nível forte-baixo, como consequência de um crescimento durante o período em análise de 16,5%, contrastando com os 4,4% da Galiza. Na tabela que se segue, estes indicadores expressam esta realidade.

País/rexión	2011	2018
Espanha	Medio	Medio
Galicia	Medio-Baixo	Medio -Baixo
Portugal	Medio	Forte
Norte	Medio-Alto	Forte-Baixo

Tabela 9 Posição no Regional Innovation Scoreboard 2012 2020 © GNP-AECT dados Regional Innovation Scoreboard 2020

Importa aqui conferir os pontos fortes do Norte de Portugal, que assentam no número do registo de marcas e projetos junto da EPO⁶⁶ e na quantidade de publicações científicas internacionais.

A Galiza tem como pontos fortes um número maior de pessoas com formação superior, assim como um número maior de publicações científicas internacionais.

Por seu lado, o Norte de Portugal é menos forte no registo de patentes internacionais, no emprego em empresas de alta tecnologia e em serviços que fazem uso intensivo de conhecimento e no investimento privado em inovação e desenvolvimento.

Quanto a debilidades apresentadas, a Galiza tem no registo de patentes, na apresentação de projetos e no baixo investimento privado em inovação as suas notas menos positivas⁶⁷.

Numa Europa que se pretende cada vez mais conectada, onde se espera que a transição digital ocorra a uma velocidade significativa, o acesso à internet em ambiente doméstico tem sido uma das apostas da Euroregião.

⁶⁶ *European Patent Office.*

⁶⁷ Relatório socioeconómico do Eixo Atlântico 2022 pp 221 a 225 <https://www.eixoatlantico.com/pt/biblioteca> [Consult. 11 de janeiro de 2029].

De facto, a facilidade e rapidez de acesso à internet são determinantes para que este processo seja coroado de sucesso. Para melhor percebermos esta evolução, ilustramos com a tabela que se segue (Tabela 10) a evolução registada durante o período de 2008 a 2018.

País/região	2008	2018
UE	48	86
Espanha	44	86
Galicia	31	82
Portugal	39	77
Norte	36	74

Tabela 10 Percentagem de casas com acesso à internet © GNP-AECT dados Eurostat

O acesso e uso diário da internet que observamos na tabela carece de uma breve explicação. Ao vermos um crescimento exponencial entre os anos apresentados, devemos perceber que o uso da internet em 2008 era quase residual.

O uso da internet na Eurorregião continua ainda a ter valores abaixo da média europeia no que toca a compras de bens e serviços. Recentemente, contudo, como consequência da pandemia, cresceu a perceção da necessidade de um uso cada vez mais intensivo dos meios digitais.

Se o uso da internet para compras online ainda está abaixo do uso médio da UE, no que diz respeito ao uso para participação nas redes sociais ou para participação cívico-política, as percentagens de utilizadores na Península Ibérica superam a média europeia.

À necessidade de conexões digitais de fácil acesso e desejável rapidez, devemos acrescentar igual necessidade nas ligações viárias, áreas, marítimas e por ferrovia.

No espaço da Eurorregião, há um Aeroporto de nível europeu – o Aeroporto Internacional do Porto, verdadeira porta de entrada na região; e dois portos de mar também de dimensão europeia, Leixões e Corunha, sem esquecer Vigo e Viana do Castelo, que são de extrema importância e dinâmica.

Há ainda uma rede viária extensa de ligação entre a Galiza e o Norte de Portugal, onde diariamente se realiza 49% da circulação viária entre Espanha e Portugal. Esta ligação viária carece ainda de uma ação de melhoramento

extensa, principalmente nos territórios do interior. Outra questão importante na rede viária é a da disparidade de custos entre a Galiza e o Norte de Portugal pelo uso das autoestradas e outras vias portajadas, com consequências determinantes para as empresas, famílias, comércio e turismo.

Curiosamente, o que deveria ser a grande prioridade da Euroregião na mobilidade, o comboio, por haver um conjunto de indicadores que nos dizem ser este o principal meio de transporte de pessoas e mercadorias na atualidade e no futuro próximo, é o meio de transporte menos cuidado ou em que menos se aposta, principalmente no Norte de Portugal.

Há um projeto (ou pelo menos uma intenção ciclicamente anunciada) de uma ligação de alta velocidade entre Porto e Vigo, que permitiria servir de plataforma para a ligação entre Lisboa e Madrid e com a restante rede europeia. Permanece apenas enquanto projeto.

A modernização da Linha do Minho foi anunciada em 2011, depois de afastada a possibilidade de encerramento da ligação ferroviária internacional entre a cidade do Porto e Vigo, na Galiza.⁶⁸

Ainda mais difícil se torna perceber o atraso quando sabemos que, estando a rede eletrificada na totalidade, a mesma tem diferentes tensões, o que obriga ao uso de composições híbridas que só a RENFE⁶⁹ tem.

Mais recentemente, uma notícia do jornal Observador⁷⁰, citando a Lusa, dava conta de que o vice-presidente da IP observou que a ligação Porto — Vigo de alta velocidade “difícilmente estará concluída em 2030”. Observou ainda que nada obriga a que só fique pronta em 2040, o prazo estipulado pela União Europeia para concluir a “rede alargada do corredor atlântico transfronteiriço”. Todas estas ligações são de extrema importância para os residentes, mas também para os turistas e o transporte de mercadorias.

Um outro campo interessante de cooperação transfronteiriça relaciona-se com os denominados *Clusters*, termo inglês que significa, numa tradução simples,

⁶⁸ Ver <https://expresso.pt/economia/2022-06-01-Ligacao-Porto-Vigo-sem-comboio-eletrico-por-diferenca-de-tensao-df626426> [Consult. 21 de dezembro de 2022].

⁶⁹ *Red Nacional de Ferrocarriles Españoles*.

⁷⁰ Eixo Atlântico acredita que alta velocidade entre Porto e Vigo fique pronta em 2030 <https://observador.pt/2023/11/07/eixo-atlantico-acredita-que-alta-velocidade-entre-porto-e-vigo-fique-pronta-em-2030/> [Consult. 15 de janeiro de 2024].

um conjunto de empresas que estão interligadas, através de relações empresariais ou comerciais dentro de uma determinada região.

Tem existido uma aposta na criação de *clusters* nos setores mais competitivos, o que dá escala à Euroregião e transmite também uma imagem de maior competitividade.

As sinergias derivadas da cooperação e da criação de *clusters* transfronteiriços são um dos bons exemplos do que anteriormente falámos sobre a Euroregião: esta é muito mais do que a soma das partes, é dimensão e escala.

Podemos ainda estabelecer dois períodos importantes para a criação dos *clusters*. Uma primeira fase de 2007 a 2013, em que destacamos, como principal aposta, o setor têxtil – roupa e moda. E um segundo período, de 2014 a 2020, onde destacamos as apostas na automação, nas TIC, no setor metalúrgico e na biotecnologia.

A excelência e o grau de maturidade alcançados fazem-nos crer que, num futuro próximo, outras áreas se juntarão às existentes.

Assim, temos como principais *clusters* na Galiza⁷¹:

- Aquicultura (Cluster de Acuicultura de Galicia);
- Alimentación (Cluster Alimentario de Galicia);
- Audiovisual (Audio-visual Cluster en Galicia);
- Automoción (Cluster de empresas de Automoción de Galicia-CEAGA);
- Biotecnoloxía (Clúster BIOGA);
- Gráfico (Cluster da Comunicación Gráfica);
- Granito (Cluster do Granito);
- Madeira (Cluster da Madeira de Galicia-CMD);
- Naval (Asociación Cluster do Naval Galego-ACLUNAGA);
- Produtos Mar (ANFACO-CECOPECA. Cluster Alimentación Mar);
- Saúde (Cluster Saúde Galicia);
- Têxtil (Confederación de Industrias Têxteis de Galicia-COINTEGA);
- TIC (Cluster da Tecnoloxía da Información e da Comunicación en Galicia);
- Turismo (Cluster Turismo de Galicia).

⁷¹ Fonte: *European Secretariat for Cluster Analysis (ESCA)*, IAPMEI e *Clustersgalicia*.

Principais Clusters no Norte de Portugal:⁷²

- Cluster da Plataforma Ferroviária Portuguesa;
- Cluster da Vinha e do Vinho;
- Cluster do Calçado e Moda;
- Cluster *Smart Cities* Portugal;
- Cluster Têxtil: Tecnologia e Moda;
- Fórum Oceano - Cluster do Mar Português;
- *Health* Cluster Portugal;
- Mobinov - Cluster Automóvel;
- *Portuguese AgroFood* Cluster;
- PRODUTECH - Pólo das Tecnologias de Produção;

Se a existência de *clusters* é necessária para a dimensão que se pretende para a Eurorregião, há uma outra área que já possui notoriedade e prestígio internacional – as universidades da Eurorregião.

De facto, temos quatro universidades que figuram no prestigiado *Academic Ranking of World Universities*⁷³: Universidade do Porto, Universidade do Minho, Universidade de Santiago de Compostela e Universidade de Vigo.

Não podemos descurar a importância das unidades de ensino superior, incluindo as instituições politécnicas. Há um papel fundamental no desenvolvimento de um país ou de uma região que as universidades desempenham. Formam a elite política, cultural e económica. Partilham o conhecimento e formam os cientistas que fazem investigação e promovem o desenvolvimento de novas soluções. São as universidades que criam e dinamizam todo o processo de desenvolvimento do sistema de ensino e capital humano.

A Eurorregião, para além da qualidade das suas instituições de ensino superior, promove ainda o programa *Iacobus*⁷⁴. Gerido pela GNP- AECT, este programa, criado em 2014, visa a cooperação entre universidades e instituições de ensino superior da Eurorregião. A sua principal finalidade é a de fomentar a cooperação e o intercâmbio de recursos humanos, incluindo

⁷² Fonte: *European Secretariat for Cluster Analysis* (ESCA), IAPMEI e *Clustersgalicia*.

⁷³ Ver <https://www.shanghairanking.com/rankings/arwu/2022> [Consult. 1 de fevereiro de 2023].

⁷⁴ Ver <https://iacobus.gnpaect.eu/pt/programa-iacobus> [Consult. 1 de março de 2021].

professores, investigadores, pessoal administrativo e serviços, facilitando a partilha de ações educativas e de investigação.

Com o apoio deste programa, tem havido um número crescente de publicações científicas e de contributos na área da investigação em geral cujos benefícios revertem na sua maioria para as empresas apostadas na inovação, assim como benefícios para a população e para o fortalecimento do desejado pilar de direitos sociais na Eurorregião.

Um outro projeto interessante neste domínio é o da FCEER⁷⁵, entidade sem fins lucrativos constituída pela Universidade de Santiago de Compostela, Universidade de Vigo, Universidade da Corunha, Universidade do Porto, Universidade do Minho, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Junta da Galiza e Comunidade de Trabalho GNP-AECT. Esta Fundação procura confluir sinergias e complementaridades nos centros académicos universitários da Eurorregião, com a finalidade de reforçar a capacidade entre as Universidades da Galiza e do Norte de Portugal.

Como anteriormente referimos, as universidades e as demais instituições de ensino superior, ao formarem o capital humano e de conhecimento necessários para o desenvolvimento da Eurorregião, potenciam também o aparecimento de parques tecnológicos geradores de soluções em diversos campos e capazes de uma dinâmica económica necessária ao desenvolvimento e crescimento económico e social.

Uma das dinâmicas mais apreciáveis na Eurorregião é expressa pela sua vocação exportadora. O saldo da balança comercial (a diferença entre os valores referentes às importações e às exportações) é francamente positivo, sendo os resultados da Eurorregião um paliativo para a economia dos respetivos países.

No Norte de Portugal, a vocação exportadora já é notada desde o início do século; na Galiza, essa vocação tem-se registado após a crise do *subprime* de 2008.

O volume de negócios gerados na Eurorregião tem tido um crescendo ao longo da última década, gerando valores relevantes. A título de exemplo, e para

⁷⁵ Fundação Centro de Estudos Eurorregionais Galiza-Norte de Portugal.

melhor percebermos esta situação, em 2014⁷⁶, o Norte de Portugal exportou um total de 18.235.781 milhões de euros e importou um total de 12.838.399 milhões de euros. Na Galiza, em 2015⁷⁷, o total de exportações ascendeu a 18.927.472 milhões de euros, ficando as importações pelos 15.151.843 milhões de euros.

Como principais parceiros de comércio externo da Euroregião, temos os próprios países e outros relativamente próximos, dentro do quadro europeu. Portugal é o segundo maior importador de produtos galegos, e a Espanha é o primeiro destino dos produtos do Norte de Portugal.

Estes dados demonstram claramente a importância de se reforçarem e intensificarem as relações de cooperação comercial de âmbito eurorregional. Os setores têxtil, da automação e naval na Galiza representam 49% do total de exportações. No Norte de Portugal, as máquinas e os instrumentos para a indústria têxtil representam cerca de 27,6% das exportações. Quando falamos no Norte de Portugal, convém destacar a importância da indústria do calçado, não só pelo valor das exportações, mas também pelo valor da imagem de qualidade associada.

A mesma ordem de ideias é válida para a indústria de mineração e de pecuária na Galiza.

No Norte de Portugal, o leque de oferta é mais variado do que na Galiza. Sobre os produtos mais importados, na Galiza, sente-se a forte necessidade de matérias-primas, sobretudo para as suas principais indústrias ligadas à construção naval, automação e agropecuárias.

No Norte de Portugal, importam-se essencialmente maquinaria e produtos agroalimentares.

No que toca a preocupações ambientais, a Euroregião tem como objetivos, através das diversas entidades administrativas públicas e das empresas privadas, a transição para a descarbonização e dar um maior contributo para uma melhor salvaguarda do meio ambiente e da biodiversidade, sendo as empresas em simultâneo mais competitivas e eficientes.

⁷⁶ Fonte: INE.

⁷⁷ Fonte: IGE.

A pandemia da COVID-19 serviu como alerta para a constante degradação da biodiversidade e o impacto causado pela ação do Homem através dos modelos usados na produção e nos hábitos de consumo prejudiciais ao meio ambiente. Estas atitudes podem pôr em causa a própria sobrevivência humana, e são também uma ameaça ao desenvolvimento económico e social.

Com a constatação desta realidade, a Euroregião sente a necessidade de desenvolver políticas e práticas que permitam o desenvolvimento de uma região mais verde e sustentável, beneficiando da sua extensa área florestal e da riqueza do mar. Para tal, tem promovido iniciativas que vão desde o apoio à investigação científica dentro das áreas determinantes para o meio ambiente, nomeadamente nas ciências do mar, na biotecnologia e na gestão agroflorestal, até apoios na transição para o digital, projetos de mobilidade suave e apoios para a mudança no uso de energias renováveis para edifícios públicos, empresas e famílias.

A própria Euroregião tem no seu território atributos únicos de valor acrescentado, como o são as seis áreas consideradas de reserva da biosfera pela UNESCO, de que destacamos, até pela sua importância identitária, o Parque Gerês/Xurés.

Uma das grandes preocupações existentes na Euroregião e que tem merecido especial atenção é a ameaça de risco de cheias e inundações, principalmente no litoral, como consequência das alterações climáticas a nível global. No caso da Euroregião, a ameaça situa-se entre o risco moderado e o risco muito elevado⁷⁸.

No Norte de Portugal, a AMP é a zona mais ameaçada, assim como a bacia do Cávado e, numa escala menos gravosa, as bacias do Lima e do Ave.

Na Galiza, existem 543 km de bacias fluviais costeiras que sofrem forte ameaça, em especial a Ria de Vigo, a bacia do Umia, a Ria de Arousa e as bacias do Ulla e do Ser, a Ria de Muros e a bacia do Tambre.

Outra ameaça que tem sido acompanhada de forma a ser minorada decorre do risco de seca severa. As alterações climáticas e a ação do Homem são uma

⁷⁸ Documento de Trabalho para a programação 2014-2020: análise da situação económica, social e ambiental da zona transfronteiriça de Espanha e Portugal. https://www.adcoesao.pt/wp-content/uploads/diagnostico_territorial_poctep.pdf [Consult. 15 de março de 2023].

vez mais as causas destas ameaças. Devemos reforçar a opinião de que os incêndios florestais, para além da destruição ambiental, também causam danos nas explorações agroflorestais e resultam em avultados danos económicos.

O Norte de Portugal, com 23% da superfície do país, sofreu, entre 2014 e 2016, metade dos incêndios florestais com área ardida superior a um hectare. Na Galiza, no mesmo período, o número de incêndios registados correspondeu a um quinto dos ocorridos em Espanha, quando a sua área corresponde apenas a 6% do território espanhol.

Perante este cenário, as autoridades da Euroregião têm de desenvolver medidas que combatam os riscos de cheias e secas, para contrariarem as alterações climáticas. Só cooperando é que se conseguirá combater este flagelo, uma vez que as cheias e as secas não têm fronteira.

Se se quer combater as alterações climáticas de forma positiva, tem obviamente também de se fazer uma boa gestão de resíduos assente em boas práticas, com a separação e uma reciclagem eficazes e com um especial cuidado dedicado às indústrias.

Na atualidade, as questões ambientais são muito mais do que programas de propaganda eleitoral. Separação, reciclagem, reutilização, redução da pegada ecológica e sustentabilidade são termos que fazem parte do léxico diário de um cada vez maior número de pessoas.

Para se combater eficazmente as alterações climáticas, é necessário que se reduza rapidamente o volume de resíduos produzidos, assim como é necessário que se reutilize o máximo possível e se reduza a pegada ecológica promovendo a economia circular e o uso de produtos endógenos.

Todo este conjunto de fatores depende de cada pessoa em particular e de uma ação governativa eficaz. A Galiza, em questões ambientais, está com um défice de desenvolvimento. Só 19% dos seus resíduos municipais são reciclados ou objeto de compostagem. Mais de metade dos resíduos são incinerados e cerca de um terço são depositados em aterros sanitários. Este comportamento põe em risco a biodiversidade e também os preciosos recursos aquíferos da Galiza. Ora estes recursos são, no caso da Galiza e do Norte de Portugal, de extrema importância, uma vez que a água captada para consumo vem essencialmente de águas superficiais procedentes de bacias hidrográficas fluviais. Se a água é considerada de ótima qualidade, estes comportamentos

podem pôr em causa no futuro essa mesma qualidade. É necessário evitar qualquer contaminação dos solos para se preservar a água.

Em questões ambientais, o Norte em particular e Portugal em geral têm práticas mais satisfatórias. Embora o nível atingido não seja ainda o ideal, o grau de reciclagem é atualmente de 40% em Portugal.

Esta breve análise à dimensão da Euroregião serve para ilustrar a realidade, com as dificuldades e as virtudes que este território partilhado tem ao longo dos últimos anos vindo a desenvolver para ganhar dimensão e escala.

Como principais méritos, destacamos a boa posição do Norte de Portugal no RIS, o universo crescente de empresas com combinação de processos de inovação e internacionalização no território comum, a maturidade tecnológica, a existência de *clusters* com reconhecimento internacional em setores chave, os níveis elevados de qualidade da água e do ar, a resiliência das taxas de risco de pobreza, o património natural e cultural da Euroregião rico e diversificado, a balança comercial positiva, a relevância dos setores mais criativos e inovadores e o seu potencial de ligação com a indústria e o turismo associado a uma forte identidade cultural comum.

Um bom sinal daquilo que temos vindo a defender sobre a necessidade de se intensificar a cooperação transfronteiriça foi a recente medida de cooperação na área da assistência médica urgente entre Portugal e Espanha, onde a Euroregião vai uma vez mais desempenhar um papel pioneiro, a chamada “112 Transfronteiriço”, que está prevista para toda a fronteira entre Portugal e Espanha. No momento em que escrevemos a presente dissertação, o mecanismo de cooperação só está a funcionar entre o Norte de Portugal e a Galiza. De acordo com a ministra portuguesa da Coesão Territorial de Portugal, Ana Abrunhosa, o mecanismo de cooperação visa garantir "assistência médica rápida e adequada em situações de urgência" (Lusa/DN, 2022).

Outra consequência da atividade da Euroregião decorre da programação conjunta de investimentos. Xosé Lago⁷⁹, na apresentação do PIC⁸⁰ 2021/2027, defendeu a aposta na inovação, na digitalização e na internacionalização como instrumentos de criação de emprego de melhor qualidade, pretendendo-se o

⁷⁹ Xosé Lago García. Subdiretor-Geral de Ação Exterior e Cooperação Transfronteiriça União Europeia – Xunta de Galicia.

⁸⁰ Plano de Investimentos Comuns da Euroregião.

reforço das estruturas de investigação e transferência de conhecimento com foco nos resultados e no desenvolvimento. Pretende-se ainda atingir maior capacidade em torno de novas tendências tecnológicas nas PME, assim como a melhoria e o reforço da conectividade das pessoas, nos processos de circulação de mercadorias e nos serviços avançados. É neste contexto que se fala de uma estratégia eurorregional de internacionalização, para melhorar a competitividade das empresas⁸¹.

Xosé Lago fala da importância de se defender o meio ambiente e a produção de energias renováveis, assim como de se promover o fomento da resiliência às alterações climáticas, a economia circular e o uso sustentável dos recursos naturais. Para tal, advoga um incremento de formas de capacitação mais sociais, integradoras, resilientes e seguras. Para encarar o desafio demográfico, defende a inclusão da perspetiva demográfica nas políticas públicas, a afirmação dos direitos sociais para limitar a vulnerabilidade e a desigualdade e o incremento da resiliência face às ameaças da saúde pública. Defende, por fim, a necessidade de se dar atenção às questões da cidadania e de se apostar num equilíbrio territorial em dupla dimensão litoral/interior e rural/urbano e ainda sobre a necessidade de se dar um novo impulso à cooperação transfronteiriça como instrumento para melhorar a qualidade de vida dos cidadãos.

No contexto de uma Eurorregião com experiência e tradição em projetos de cooperação transfronteiriça, este documento prevê a aposta contínua no Norte de Portugal e na Galiza enquanto território capaz de se afirmar no contexto de uma Europa cada vez mais competitiva⁸².

⁸¹ Plano de investimentos conjuntos da Euro-Região Galiza Norte de Portugal (2021-2027). Uma estratégia Eurorregional Galiza-Norte de Portugal. p117 https://www.ccdr-n.pt/storage/app/media/Plano_Oficial_21-27.pdf [Consult. 15 abril 2022].

⁸² Plano de investimentos conjuntos da Euro-Região Galiza Norte de Portugal (2021-2027). Uma estratégia Eurorregional Galiza-Norte de Portugal. https://www.ccdr-n.pt/storage/app/media/Plano_Oficial_21-27.pdf [Consult. 15 abril 2022].

5 O Futuro

*“Cooperar significa renunciar para sumar”,
Luís Dominguez Castro (2009)*

O Futuro da Euroregião está dependente da capacidade da UE de responder aos desafios que a afetam. Já o dissemos, há uma ligação entre a Galiza e o Norte de Portugal que é umbilical, intrínseca e única. Talvez não haja em nenhuma outra região da fronteira entre Portugal e Espanha uma ligação tão forte, efetiva e afetiva. Porém, atendendo às contingências próprias em que ambas as regiões se encontram e ao grau de maturidade das mesmas relativamente ao processo de crescimento e desenvolvimento económico e social, sem o apoio das políticas de coesão da UE, sem os pacotes financeiros e sem as grandes opções estratégicas como a da construção da ligação ferroviária de grande velocidade, esse crescimento e desenvolvimento ficam ameaçados de insucesso, ou, no mínimo, fragilizados.

Sem estes apoios não acontecerá a coesão territorial, económica, social, política e cultural à velocidade desejada.

Vivemos tempos complexos, no momento em que ultimamos a presente investigação, marcados, designadamente, pela guerra entre a Federação Russa e a Ucrânia (que já fez o pedido de adesão à UE⁸³), pela Guerra entre Israel e a Palestina⁸⁴, que afeta a Europa e traz à memória velhos traumas, com o antissemitismo a regressar em diversas manifestações a nível global, e por uma nova retórica em torno de “nós e os outros”, no apoio aos dois lados do conflito. Continuamos com uma crise de migrações sem precedentes e o Mediterrâneo continua a ser palco de uma tragédia diária, sem resolução à vista e sem que ninguém assuma a responsabilidade devida. Mas não é só do norte de África que chegam todos os dias migrantes. Do leste da Europa, ocorrem muitos, por causa da guerra, e da Ásia e América latina, muitos

⁸³ Ver <https://www.consilium.europa.eu/pt/policies/enlargement/ukraine/> [Consult. 21 de janeiro de 2024].

⁸⁴ O conflito entre Israel e Palestina (na Faixa de Gaza), não sendo no Continente europeu, tem implicações diretas nas políticas da UE.

chegam também, por necessidade. Por toda a Europa ressurgem movimentos nacionalistas que trazem consigo perigos antigos e conhecidos, acrescidos de chantagens políticas e acusações de falta de responsabilidade da UE no apoio aos países mais afetados pelas migrações ou pelo seu tratamento mais ou menos aceitável do ponto de vista humanitário.

Temos também uma crise demográfica que está a transformar a “velha Europa” num continente envelhecido⁸⁵, além de uma crise económica com taxas de juro a atingirem valores que preocupam e abalam o sistema económico e os rendimentos de famílias e empresas. A própria moeda comum europeia, o Euro, enfrenta desafios que exigem respostas políticas firmes. Com efeito, enfrenta vários desafios e perigos que podem afetar a sua estabilidade e integridade. Dentre as diversas ameaças, destacamos a possibilidade de existência de divergências profundas entre os Estados-membros da UE, em especial entre países com diferentes níveis de desenvolvimento económico. Ora, uma divergência significativa entre as economias nacionais pode criar desequilíbrios e pressões sobre a moeda única.

Outro fator que também pode ser nefasto é o endividamento excessivo de alguns Estados-membros: se a dívida de um país atingir níveis insustentáveis, tal pode criar instabilidade sobre a solidez do Euro. A união monetária é mais eficaz quando acompanhada por uma maior integração política e económica. Não deve haver falta de cooperação em questões fiscais, orçamentais e políticas. Uma crise financeira ou bancária num Estado-membro, o desenvolvimento de movimentos desintegracionistas, como o Brexit, ou a possibilidade de outros países seguirem o mesmo caminho do Reino Unido podem criar incertezas e desafios para o Euro e a União Europeia. A zona euro possui uma política monetária única, mas as políticas fiscais são decididas pelos governos nacionais, o que pode resultar em dificuldades acrescidas quanto às políticas monetárias e fiscais. Para além disso, eventos globais, como crises económicas internacionais, conflitos geopolíticos ou pandemias,

⁸⁵ Demografia da Europa – edição interativa 2023, do Eurostat, In <https://pessoas2030.gov.pt/2023/09/08/demografia-da-europa-2023/> [Consult. 10 de janeiro de 2024].

podem ter efeitos negativos sobre a estabilidade do Euro, uma vez que a zona euro está integrada na economia global.

Outra questão importante tem a ver com a necessária transição para uma economia mais verde e digital. Apesar do sucesso de algumas medidas tomadas, estamos ainda longe do desejado em termos de digitalização e de uma economia suficientemente eficaz, assim como estamos ainda longe da tão desejada independência energética. As alterações climáticas e as inerentes questões ambientais têm encontrado uma resposta inadequada que se pode traduzir numa escalada de eventos catastróficos e que podem afetar tremendamente a economia, a saúde das pessoas e a regeneração dos ecossistemas naturais.

Se a todas estas circunstâncias somarmos o populismo político e a iliteracia política dos europeus, percebemos que estamos, de facto, numa época que exigirá um esforço de todos para que a Europa das regiões e das pessoas resulte e seja um garante de bem-estar dos cidadãos.

Ainda assim, como forma de ser otimista e acreditar na ideia de uma Europa livre, democrática e solidária, é preciso ter razões para confiar que o futuro da Eurorregião e da consolidação da política de Coesão da União Europeia, naquilo que à própria Eurorregião diz respeito, passará por uma maior cooperação e pela aposta numa rede de cidades que funcionem como polos dinamizadores de um território policêntrico.

A cooperação é, e será, uma vantagem competitiva da Eurorregião, estabelecendo relações de continuidade territorial e de carácter económico e social.

O sucesso futuro dependerá da eficácia da cooperação entre as autoridades nacionais, regionais, assim como entre as instituições e comunidades dos dois lados da fronteira. A implementação de projetos conjuntos e a troca de conhecimentos podem fortalecer os laços e contribuir para o desenvolvimento conjunto.

Estratégias de desenvolvimento económico colaborativas podem impulsionar a competitividade e a inovação na Eurorregião. Investimentos em setores-chave, como as indústrias tecnológicas, o turismo, a agricultura e as indústrias culturais, podem contribuir para o crescimento económico sustentável.

Investimentos em infraestruturas, como transportes e telecomunicações, são

fundamentais para a Euroregião. Iniciativas culturais conjuntas e a partilha de eventos e festivais podem promover uma sensação de pertença e servirão para reforçar a identidade comum.

Outro ponto primordial é o de se incentivar a inovação, a pesquisa científica e a educação colaborativa com o recurso a programas como o *Iacobus*, que se tem revelado crucial para o desenvolvimento de uma economia baseada no conhecimento na Euroregião. Os desafios ambientais e a promoção da sustentabilidade são cada vez mais áreas importantes e de obrigatória ação conjunta. Iniciativas para enfrentar as mudanças climáticas, a gestão de recursos naturais e o turismo sustentável podem moldar em muito o futuro da Euroregião.

É de esperar, num futuro próximo, um maior contributo das universidades como centros de saber, de investigação e de partilha de conhecimento. Só com melhores qualificações e mais competências das pessoas se poderá melhorar o mercado de trabalho em termos de produtividade e de melhores salários, havendo uma clara causa-efeito daí derivada. A própria competitividade das economias está dependente da capacidade de inovação e de compreensão da velocidade a que as alterações acontecem no mercado. O futuro passa por uma materialização efetiva da política de coesão da UE, contribuindo para que, neste espaço geográfico comum, a vida de mais de 6,3 milhões de pessoas seja positivamente melhorada, de acordo com critérios sociais, económicos, culturais e políticos.

Para que haja esta materialização da coesão, é também necessário que se acabe com as assimetrias que existem dentro das duas regiões, com especial incidência nos salários e políticas fiscais. Salientamos, no entanto, que as assimetrias não existem só entre as duas regiões, pois dentro de cada uma há também assimetrias assinaláveis, principalmente entre o litoral e o interior e entre as grandes urbes ou áreas metropolitanas e as restantes áreas.

Politicamente, é necessário que a cooperação seja alargada a outras áreas, nomeadamente ao nível da governação. A inexistência de um Órgão ou Assembleia com capacidade legislativa ou deliberativa, é desde logo limitativa da capacidade de execução dos fundos europeus, assim como da capacidade para a construção de projetos estruturantes e necessários à Euroregião.

Um exemplo disso é a necessidade urgente da aposta na ferrovia de alta velocidade como meio de transporte de pessoas e mercadorias. Um comboio de alta velocidade que ligue as cidades do Porto, Braga, Vigo, Santiago de Compostela e Corunha, que permita a rápida chegada de mercadorias e pessoas aos portos de mar, ao aeroporto Internacional do Porto, que permita que os centros de investigação se aproximem e que os respetivos *clusters* beneficiem de mais sinergias, é indispensável. Uma ligação que facilite a mobilidade de trabalhadores e estudantes transfronteiriços, alargando até o conceito de transfronteira, é imprescindível como sinal de futuro.

O futuro passa necessariamente pela criação de uma estrutura política com capacidade e competências próprias para garantir uma melhor governança e uma melhor aplicação dos fundos europeus, para que a Euroregião atinja a tão desejada autonomia e o nível europeu de rendimento *per capita* e não necessite de tão expressivos fundos europeus. Quando aí se chegar, poderemos concluir que se cumpriu o objetivo da política de coesão.

Não é nossa intenção apelar a movimentos de independência total perante a governação central, mas sim sugerir uma maior proximidade às anteriormente citadas políticas de *soft spaces*. É hora de trazer a governação para uma escala mais próxima dos cidadãos.

Se houver, de facto, uma cooperação territorial transfronteiriça mais intensa, mais próxima dos cidadãos, será necessário que haja a tal estrutura governativa mais flexível em termos de procedimentos e processos. Essa estrutura pode ser percebida como fruto da necessidade desta desterritorialização do poder e até como uma evolução da ação governativa, já não focada nas Cidades-Estado ou País-Nação. A Europa das Regiões pode muito bem vir a ser um acordo entre a história atual e a geografia de sempre. Em Covas (2009), temos o apelo à passagem dos governos de autoridade para os governos de contexto. O contexto é a atualidade e a necessidade. O futuro da Europa é o futuro das pessoas, é o futuro dos cidadãos, é o futuro do pilar dos direitos sociais europeus.

A Euroregião G/NP, pelas suas características próprias, pela resiliência e pela capacidade que tem demonstrado perante os desafios, pode ser um caso de sucesso e um exemplo a ser seguido pelos outros Estados-membros da UE.

“Neste contexto, de quase círculo vicioso, a cooperação territorial descentralizada pode ser não apenas um instrumento de mitigação/adaptação/compensação de subterritórios em perda como, sobretudo, um veículo fundamental de criação de novos lugares-globais que contrariem estruturalmente essa mesma metropolização e conduzam a uma cidade-região mais policêntrica.”

António Covas (2009)

É claro que, para haver Órgãos próprios governativos, será necessário que haja, também, Órgãos judiciais com capacidade para administrar a justiça. Reforçamos que o futuro nos pede, como o presente, que, sem abdicarmos totalmente da soberania nacional, a mesma se estabeleça de forma mais cooperante, e que percebamos que, mais importante do que saber onde estão os cidadãos, é preciso perceber como é que eles estão. Nas palavras de Capello, citado por Ribeiro e Marques (2016p.146), “O desenvolvimento regional exige uma territorialização das políticas, uma vez que este não depende apenas da eficiência económica, mas também da variabilidade espacial”.

A governação não deve pôr em causa a soberania nacional, mas deve ser de outro grau. Como nos diz Covas (2009), temos de passar pelo processo de “des-limitação” dos espaços transfronteiriços, uma vez que, quanto mais o conhecimento avança, mais percebemos que a realidade nos traz possibilidades alternativas, até ao nível da governação.

O futuro da cooperação transfronteiriça precisa inevitavelmente de um grau de governação intermédio, entre a governação central e europeia e a atual na Eurorregião. Se é verdade que a Galiza tem um Governo Autónomico, no caso já citado do comboio de alta velocidade, as autoridades galegas continuam a depender da boa vontade do governo central espanhol para poderem dar corpo às suas intenções. No caso do Norte de Portugal, só mesmo através do governo central é que pode haver uma decisão que concretize o desejo expresso do comboio de alta velocidade.

Mas a Eurorregião não esgota o seu futuro unicamente na questão governativa. O futuro passa também pela sua capacidade de inovar em tecnologia e de

apostar na consolidação ou criação de políticas e novas iniciativas. Passa pela transição para uma sociedade hipocarbónica que reduza significativamente o consumo de recursos naturais e que adote em permanências as melhores práticas internacionais ambientais e sociais, com as cidades a serem o motor da transformação positiva, constituindo-se como grupos de pressão, estabelecendo plataformas de entendimento, gerando intercâmbios de experiências e conhecimentos. Através de um sistema organizado, as cidades criarão uma dinâmica própria que vai determinar as condições de vida, suas e do resto do território, construindo-se comunidades urbanas inclusivas, tolerantes e democráticas.

O que se pretende com este caminho da Euroregião e da Europa das Regiões é que haja de facto um crescimento e desenvolvimento para que todos, sem exceção, vivam de acordo com os padrões e pilares europeus, menos dependentes de fundos europeus, mais preparados para a era digital e para uma economia circular e ao serviço das pessoas.

O futuro, como diz Covas (2009) é de “Coopetição” – um tempo competitivo e cooperativo na Euroregião. Só com o contributo de todos, com a perceção de que só cooperando é que nos tornamos verdadeiramente competitivos e atingimos a escala que nos dá dimensão, se dará o salto necessário em termos de desenvolvimento. E isso vai conseguir-se com mais cidadania ativa, consciente e capaz.

O futuro próximo tem ainda obstáculos que têm de ser removidos. Há uma excessiva institucionalização da municipalização, que, perdoando-se a linguagem religiosa, confere à Euroregião uma perspetiva paroquiana, quando, na verdade, o que se pretende é uma visão diocesana ou arquidiocesana. Há, também, por não ser ainda uma realidade consolidada, o perigo de alterações políticas e de mudança de direção nos objetivos até agora traçados. A Europa das regiões não é regionalizada e isso pode ter custos no contexto multigovernamental, assim como o custo dos recursos gastos pelo funcionamento de entidades como a GNP-AECT. Ora, os fundos não deviam ser usados para a sustentação das estruturas, porque não é esse o pressuposto.

Há uma multiplicidade de opções que permitem à Euroregião escolher o caminho a seguir. A desejada coesão territorial, económica, social, política e

cultural tem de ser concretizada com a ajuda da política de coesão da UE e dos fundos que a acompanham, mas, acima de tudo, com a vontade conjunta e a cooperação das instituições, pessoas, empresas e universidades.

O futuro da Euroregião depende, em primeiro lugar, dela própria, mas também do que sejam as prioridades da UE. O futuro da política de coesão europeia depende de vários fatores, incluindo as prioridades políticas da UE. Se se mantiver o rumo até aqui traçado, continuará a haver uma aposta na necessidade de se responder a desafios como a digitalização, a mudança climática e as catástrofes (como, por exemplo, a pandemia da COVID-19). No entanto, perante o recente cenário da guerra na Ucrânia, a política de coesão pode ter novas prioridades, nomeadamente em questões como a segurança e a defesa ou o combate à dependência energética e alimentar, donde pode decorrer uma alteração política no investimento nas políticas de coesão.

É certo que, seja qual for o rumo, a política de coesão continuará a desempenhar um papel importante no desenvolvimento económico e social da UE, especialmente das regiões menos desenvolvidas.

Mas o futuro esperado e desejado é que um dia a Euroregião G/NP consiga a sua autonomia e o desejado sucesso, alcançando os níveis europeus de desenvolvimento, sem necessitar de tanto apoio dos fundos europeus.

6 Conclusão

“Só se trabalharmos unidos, seremos capazes de fazer uma Europa mais forte”.

Fernando Freire de Sousa, presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N) - Discurso de encerramento do I Encontro de AECT Espanha-Portugal, 2019

A política de coesão é uma prioridade para a UE. Dela dependem as regiões, os países e as pessoas. Uma Europa que alicerça os seus valores fundamentais na democracia, na paz e no bem-estar dos seus cidadãos precisa de estar unida e de ser solidária.

A coesão económica, social, territorial, política e cultural representa os valores europeus na sua excelência. As diferenças que existem numa demografia complexa, numa multiculturalidade e multilinguística sociedade, como é a europeia, têm, no fundo, uma mesma matriz que se reinventa perante as adversidades.

Perante as disparidades e desigualdades que ainda existem entre as regiões e países motivados pelas circunstâncias próprias de cada época, a Europa entra agora numa nova fase, com as regiões a assumirem um novo protagonismo. Politicamente assistimos à desterritorialização dos governos. Existe agora uma nova governação, apoiada nos textos constitucionais nacionais e nos tratados europeus. Uma governação que é feita em diferentes níveis e com diferentes hierarquias. Está também em curso uma reformulação da ideia de fronteira. A mobilidade social, o relevante êxodo do mundo rural para as cidades, as redes de cidades policêntricas, a cultura multicultural emergente, produto de uma globalização cada vez mais evidente, expressam uma realidade diferente da do passado, particularmente na União Europeia. O que importa agora é que as pessoas melhorem a sua qualidade de vida. Onde estão, do ponto de vista jurídico-administrativo, já não é o mais importante.

A identidade individual é feita pela aglutinação de múltiplas realidades. Somos europeus, ibéricos, espanhóis e portugueses da Euroregião Galiza-Norte de Portugal.

A Euroregião analisada neste estudo resulta de uma relação informal que sempre existiu. Resulta da realidade formal que a constitui, mas resulta também da necessidade e da oportunidade. É um território heterogéneo que vive com duplas circunstâncias – rural/urbano, costa/ interior. Com uma população envelhecida, com questões demográficas complexas, com riquezas naturais – mar e florestas. Tem um património natural, gastronómico, histórico e cultural de relevo.

A Euroregião G/NP é, em pleno século XXI, quando o projeto de construção europeia já leva quase 75 anos, um território em transição para uma economia mais digital e inovadora que é, em simultâneo, mais verde, de maior escala, mas também de maior proximidade, com universidades de méritos reconhecidos capazes de alavancar a necessária qualificação de recursos humanos e de ser condutoras da mudança necessária na sociedade.

A Euroregião G/NP tem no turismo um dos principais motores da sua economia, assim como na tradicional indústria têxtil, na indústria do calçado, nas pescas, na construção naval e na agropecuária, conjugadas com um crescente tecido empresarial que se afirma com uma base tecnológica e suportado por *clusters*. É um território em transição para uma sociedade mais digital e hipocarbónica, consciente da necessidade de uma melhor atitude perante a potencial degradação dos ecossistemas naturais, apostada em combater as alterações climáticas e as consequências gravosas de secas devastadoras e de cheias destruidoras.

O futuro da Euroregião G/NP (ou de qualquer outra) e da própria Europa é a cooperação, visando a aproximação de pessoas e instituições, numa base de confiança e de crença nos valores europeus.

A realidade europeia é complexa, dominada por catástrofes, ameaças e guerras, como as que em 2024 acontecem na Ucrânia e em Israel/Palestina, assim como pela crise migratória, pela crise económica, pelos populismos e nacionalismos políticos. A concretização plena dos desideratos da Euroregião G/NP é um contributo concreto para a realização do ideal de uma União Europeia livre, democrática, plural e social.

Conclui-se nesta investigação que a política de coesão da UE é, sem dúvida, uma mais-valia que deve ser reforçada e alargada a cada vez mais políticas públicas como a saúde, a segurança e a justiça. É de prever que não haja no futuro próximo uma alteração significativa das vontades políticas e se mantenha a estratégia prevista pela Comissão Europeia⁸⁶ assente em seis áreas de governação prioritárias:

- O Pacto Ecológico Europeu;
- Uma Europa preparada para a era digital;
- Uma economia ao serviço das pessoas;
- Uma Europa mais forte no mundo;
- Promoção do modo de vida europeu;
- Um novo impulso para a democracia europeia.

A prioridade da UE quanto à política de coesão deverá continuar de forma irredutível, porque as necessidades são muitas. Os fundos financeiros, os meios utilizados, a vontade e o empenho dedicados à sua concretização expressam muito bem essa intenção.

Vimos que a Euroregião G/NP, sendo um território de pessoas feito de memórias, de geografia e de história, é também um exemplo do que é a UE, do que tem sido o esforço contínuo para que a Europa se construa todos os dias como um espaço de liberdade, de paz, de conhecimento, de bem-estar social. Falamos de uma Europa de pessoas e para as pessoas, para além ou como fundamento da ação dos Estados.

Nunca foi fácil esta construção, mas a resiliência e a persistência são características intrínsecas de um continente que se reinventou vezes sem conta. A forma mais profícua de se concretizar a coesão sempre desejada (e muitas vezes ameaçada) é através da cooperação entre todos os intervenientes no processo de construção europeia. O sucesso depende da vontade de todos. A cooperação territorial entre a Galiza e o Norte de Portugal sempre existiu. Com maior ou menor formalismo, mas sempre existiu. Se as sociedades evoluídas sempre existiram através de relações informais, a

⁸⁶ As prioridades da Comissão Europeia - 2019-24 são consultáveis aqui: https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/priorities-2019-2024_pt [Consult. 14 de setembro de 2021].

verdade é que, no caso em análise, continuam a ser precisas relações formais que corporizem a coesão.

Destacamos a existência de um tempo de oportunidade motivado pela necessidade de crescimento e desenvolvimento. Reforçamos a importância da necessidade de uma governação intermédia muito próxima ao conceito de *soft spaces*. A Europa e a construção da cooperação territorial foram sempre feitas com estruturas jurídicas e não jurídicas, com movimentos disruptivos, de que são exemplos as Cidades-Estado, a liga Hanseática⁸⁷, o Estado-Nação, a Tríplice Aliança, enfim, um sem número de diferentes realidades. Como aqui tentámos demonstrar, a Euroregião G/NP tem características próprias e únicas que fazem dela um exemplo. É uma realidade formal que sempre existiu informalmente, um território de geografia contínua que, de tempos a tempos, a história tentou ignorar, mas que persiste.

Este é um território diverso, com uma população distribuída de forma heterogénea, maioritariamente junto à linha de costa, maioritariamente a viver em centros urbanos, com um interior com menos habitantes e muito mais rural. Um território de mar e montanhas, de pesca e agropecuária, de iliteracia digital e de ainda alguma resistência à transição para o digital, mas que é, em simultâneo, um território de inovação tecnológica, com *clusters* muito fortes em diferentes áreas.

Não falamos de ambiguidades nem de paradoxos. Falamos de uma realidade concreta, palpável, vivida. A Galiza e o Norte de Portugal são irmãos gémeos, mas não são siameses. Têm as suas diferenças, as suas semelhanças, mas são, acima de tudo, complementares.

Quando iniciámos a reflexão para este trabalho, a intenção principal era a de percebermos o impacto da política de coesão na Europa das Regiões, em especial na Euroregião Galiza – Norte de Portugal. Ao longo do presente trabalho, ao refletirmos sobre a dimensão da Euroregião, percebemos que ela é muito mais do que a soma das partes. Não se trata de juntar dois territórios contíguos. Com efeito, não falamos só de uma união pela necessidade de

⁸⁷ Cidades europeias que estabeleceram relações comerciais, políticas e culturais entre si, de meados do século XII a meados do século XVII <https://www.trenfo.com/pt/historia-pt/liga-hanseatica#Resumo> [Consult.3 de fevereiro de 2021].

soluções comuns. Há uma ligação afetiva, emocional entre a Galiza e o Norte de Portugal que justifica a coesão territorial, económica, social, cultural e política. Há uma memória coletiva que se recupera diariamente. Esta é uma conclusão central deste estudo. Os benefícios trazidos pela política de coesão da União Europeia são inquestionáveis, e o crescimento e os desenvolvimentos sentidos e percecionados pelas pessoas são relevantes.

Percebemos também que há falhas que devem ser corrigidas. A ligação entre empresas, instituições públicas e universidades ainda não está completamente estabelecida.

Falta ainda uma visão alargada do interesse comum em detrimento da ainda reinante visão municipalista. A aposta na ferrovia tem de ser mais intensa. As universidades devem ter um papel mais ativo na transferência e partilha do conhecimento. A economia circular deve estar sujeita a regras de igualdade em termos fiscais, ou seja, em termos de impostos e taxas, que devem ser equivalentes.

A produtividade só aumenta se houver retenção de talento e de mão-de-obra qualificada, mas, para isso, são necessárias melhorias na massa salarial. É preciso fazer uma aposta clara na especialização, no uso de energias renováveis, na boa gestão dos recursos endógenos.

Abordámos a questão da governação em moldes diferentes do que normalmente é feito, e podemos aplicar o mesmo princípio à necessidade de as estruturas do processo de cooperação terem uma gestão profissional, mais tecnocrática e menos politizada, onde se possam exigir responsabilidades da prometida ação. Com efeito, a Eurorregião G/NP precisa de uma gestão profissional separada do poder político, que garanta a democracia das estruturas que fazem a gestão da cooperação institucional, principalmente para libertar os técnicos das obrigações políticas dos eleitos e para que possam aplicar os programas de fundos europeus de forma justa e adequada. Em vez de se optar por dividir os fundos por todos, sem continuidade nos projetos, deve existir um trabalho em rede, capaz de criar sinergias que beneficiem o todo em detrimentos de algumas partes.

A cooperação permite a escala e significa renunciar a pouco para acrescentar muito. A competitividade e a cooperação exigem resultados e merecem incentivos.

As fronteiras já não são linhas que separam, são antes espaços comuns de vida, em que é necessário intensificar as relações institucionais formais. A Europa das regiões é uma Europa sem fronteiras. Salgado (2009) define as fronteiras como cicatrizes da história, e, de facto, as fronteiras são cicatrizes antigas que é preciso sarar.

Concluimos também que a UE, através da sua política de coesão, representa uma oportunidade única para a cooperação transfronteiriça. As Euroregiões são realidades tangíveis que aproximam os cidadãos das decisões que os afetam no dia-a-dia. São, na sua essência, uma alteração política e administrativa que traz uma nova abordagem e perceção do que é uma fronteira. Redesenham novas áreas que já não se fecham dentro do território de um país, mas que permitem uma maior integração, fruto de relações extensas e profundas detetadas.

No caso da Euroregião Galiza – Norte de Portugal, ainda existem assimetrias que já não deveriam existir. Existe um fosso enorme entre salários, nas qualificações académicas e nas competências das pessoas. Houve dois factos cruciais, a crise do *subprime* e a pandemia Covid-19, que afetaram o normal desenvolvimento desejado de crescimento e desenvolvimento da Euroregião, como vimos pelos dados apresentados. As guerras entre a Rússia e a Ucrânia e entre Israel e a Palestina são prejudiciais. Houve o *Brexit*, há a crise de refugiados, temos o perigo emergente dos extremismos políticos.

O projeto europeu da consolidação e da coesão demora a afirmar-se. São vários os acontecimentos perturbadores. Mas o caminho a ser seguido é o da continuidade da política de coesão europeia. Um caminho, que, tal como o Caminho de Santiago, nos possa conduzir ao longo do percurso até atingirmos o objetivo final, a meta.

Na verdade, até há vários caminhos, várias opções, adequados a diferentes condições climáticas. O caminho é coletivo, é feito de entreajuda e de cooperação, e todos, sem exceção, podem chegar ao final da jornada.

Há um potencial na Euroregião que pode ser concretizado. Há conhecimento, há capital humano, há recursos. Há vontade.

A Euroregião G/NP, ao assumir as suas responsabilidades, ao concretizar os objetivos de coesão, ao promover de forma mais ativa a cooperação entre diversas entidades públicas interessadas, empresas e cidadãos, usando todos

os recursos de que dispõe e apostando no território de inovação que é, pode definitivamente tornar-se o centro de uma (até ao presente) periferia política, económica e social da Europa. A Euroregião G/NP pode perfeitamente deixar de ser um território periférico da Europa, algures no noroeste peninsular, para ganhar centralidade.

A apreciação crítica aqui realizada sobre a Euroregião, sobre a política de coesão da União Europeia e sobre o impacto e os benefícios colhidos, não pode ser apenas apreciada pela estatística ou pelos milhões dos fundos europeus. Há uma carga emocional que liga o território estudado, que transcende a história e a geografia, que ultrapassa populismos e nacionalismos. Este é um território de cooperação de uma comunidade que, durante demasiado tempo, por causa de formalismos institucionais, deixou para segundo plano a sua verdadeira natureza.

Este reencontro que a necessidade e a oportunidade determinaram é expressão da sonhada e projetada Europa das pessoas, da Europa das regiões, da Europa da coesão. É este o caminho. É este o destino comum que vem sendo trilhado.

Este é também um tempo de coragem, principalmente política. Há, de facto, adversidades económicas que são preocupantes, mas há uma emergência social e humana que urge responder no imediato. A Europa das regiões e das pessoas, a Europa social, livre e democrática, precisa mais do que nunca de lideranças políticas fortes, capazes de responder às exigências de comunidades que se sentem ameaçadas pelos populismos políticos, pelos velhos fantasmas das guerras, pelas migrações e (in)tolerâncias religiosas. Este trabalho incide sobre a Euroregião G/NP, um território e uma comunidade que fazem parte de outras realidades paralelas, como sejam Portugal e a Espanha, a Europa e o mundo.

Ninguém vive isolado do mundo. É neste sentido que o tempo exige lideranças políticas de excecional capacidade. Ao estudarmos a história da Euroregião G/NP e do projeto de construção europeia, temos referências importantes que, independentemente dos quadrantes políticos dos protagonistas, conseguiram,

ao longo do tempo, definir agendas de execução dos objetivos comuns. Não é demais lembrar as palavras de Jacques Delors (1985)⁸⁸:

A Europa chegou a uma encruzilhada. Ou avança com firmeza e determinação ou retorna à mediocridade. Ou nos resolvemos a levar até ao fim a integração económica da Europa ou então abdicamos, por falta de vontade política, para fazer face à imensidade da tarefa, e consentimos que a Europa se torne uma simples zona de comércio livre.

Delors falava do processo de integração económica como um todo, mas podemos utilizar o mesmo sentido e expressão para a política de coesão. A UE é a mais notável realização política ocorrida no continente europeu. É muito mais do que economia. É, acima de tudo, uma realização dos perenes valores europeus e da identidade europeia. A coragem que se exige é também neste sentido. Trata-se de combinar a matriz social, humanista, cristã, democrática e tolerante com uma atuação forte e determinada em prol dos cidadãos europeus, sem receio de julgamentos da história e sem abdicar dos princípios.

A Eurorregião G/NP é um marco concreto da história recente de Portugal e Espanha e também da UE, porque comunga dos mesmos princípios. É o território de uma comunidade que viveu sempre lado-a-lado, irmanada, dadas as suas afinidades e os seus problemas comuns. É uma comunidade de coragem. Uma comunidade que tem sabido lutar contra adversidades estruturais e conjunturais. Uma comunidade de tradição, de laços entre pessoas unidas pela geografia ainda que, por vezes, afastadas pela história. A Eurorregião G/NP é uma comunidade de dois países, de duas regiões, com um sentido político preciso.

Com os benefícios que a UE trouxe ao desenvolvimento e coesão do todo europeu, a Eurorregião G/NP é, no século XXI, uma comunidade em crescimento, com potencial para atingir a unidade necessária do ponto de vista territorial, económico, social, político e cultural. Há ainda um caminho longo a

⁸⁸ Comissão Europeia. A realização do mercado interno. Livro Branco ao Conselho Europeu. Milão, 28 e 29 junho de 1985 [Consult. 21 de março de 2021].

ser percorrido, como houve sempre. Nunca se tinha verificado como agora o contributo da União Europeia, que se concretiza através da sua política de coesão e de uma perceção clara da sua importância por quem vive nesta comunidade. Já o dissemos: Portugal e Espanha são dois países fortemente europeístas por necessidade, mas sobretudo por convicção.

A Euroregião G/NP é, à sua dimensão, um exemplo de sucesso ainda não completo, mas que está no bom caminho. A divisa da União Europeia⁸⁹ – “Unida na diversidade” – remete-nos para um sentido de unidade, apesar das diferenças. Quando falamos da Euroregião G/NP, esta divisa assume uma outra dimensão. Há, de facto, diversidade paisagística, ligeiras diferenças linguísticas, alguma gastronomia diversa, mas há uma matriz una, intrínseca, que a geografia sempre respeitou e que importa que a história una. Falamos da comunidade de galegos e de portugueses nortenhos que, de livre e espontânea vontade, se querem voltar a encontrar num caminho comum e que a UE, em boa hora, ajuda a concretizar através da sua política de coesão. Ainda não está plenamente concretizada a tão desejada coesão territorial, política e cultural, mas é possível, é cada vez mais possível. Haja coragem!

⁸⁹ Sobre a divisa da eu, ver https://european-union.europa.eu/principles-countries-history/symbols/eu-motto_pt {Consult. 15 de janeiro de 2024}.

Referências bibliográficas

A coesão na Europa no horizonte de 2050. Oitavo relatório sobre a coesão económica, social e territorial. Luxemburgo 2022. ISBN 978-92-76-46636-9 ISSN doi: 10.2776/545682 KN-01-22-027-PT-N© 2004 Luis Domínguez Castro, Nuno Venade, Rui Azevedo, J. Andrés Faina, Jesús López-Rodríguez, Margarida Proença, Manuel Carlos Silva, António Cardoso.

A Minha Região, A Minha Europa, O Nosso Futuro: Sétimo relatório sobre a coesão económica, social e territorial. Comissão europeia. [Em linha] [Consult. 22 mar. 2018]. Disponível em WWW:<URL: <https://op.europa.eu/pt/publication-detail/-/publication/014d75b6-aefa-11e7-837e-01aa75ed71a1/language-pt>

ARAGÃO, Alexandra (2014) - Inspirational Europe: sustainability and territorial justice via the geographic information systems. Boletim de Ciências Económicas. 57:1, pp. 493-525. doi: 10.14195/0870-4260_57-1_12.

Baltazar, I. (2 de 01 de 2022). www.publico.pt. Obtido de www.publico.pt: <https://www.publico.pt/2022/01/02/mundo/ensaio/valores-unem-participacao-cidadaos-projecto-europeu-1990358>

Baltazar, I. (2 de 01 de 2022). www.publico.pt. Obtido de www.publico.pt: <https://www.publico.pt/2022/01/02/mundo/ensaio/valores-unem-participacao-cidadaos-projecto-europeu-1990358>

Banjac, M. (1 de 2012). Building Cross-Border Communities Through Cooperation: EU Regional Policy and Cross-Border as Spaces of Government. Journal of Comparative Politics, pp. 42-60. Obtido de Journal of Comparative Politics. <https://www.cpubi.si/assets/jcp/JCP-Issue-8-July-2012.pdf>

Bracara, capital da Gallaecia, vista por autores da moderna Galiza, em:
Domingos GUIMARÃES MARQUES / José-Martinho MONTERO
SANTALHA / Viriato CAPELA / Fernando COSME, Em Braga foi
Portugal gerado, Braga: Empresa do Diário do Minho, 2009, 120 pp., pp.
15-36.

Caetano, E. (9 de 1 de 2024). Observador.pt. Obtido de Observador:
[https://observador.pt/2024/01/09/futuro-da-zona-euro-e-incerto-diz-
banco-central-checo-que-nao-quer-que-o-pais-adira-a-moeda-
unica/?cache_bust=1705243824992](https://observador.pt/2024/01/09/futuro-da-zona-euro-e-incerto-diz-banco-central-checo-que-nao-quer-que-o-pais-adira-a-moeda-unica/?cache_bust=1705243824992)

Caetano, E. (9 de 1 de 2024). Observador.pt. Obtido de Observador:
[https://observador.pt/2024/01/09/futuro-da-zona-euro-e-incerto-diz-
banco-central-checo-que-nao-quer-que-o-pais-adira-a-moeda-
unica/?cache_bust=1705243824992](https://observador.pt/2024/01/09/futuro-da-zona-euro-e-incerto-diz-banco-central-checo-que-nao-quer-que-o-pais-adira-a-moeda-unica/?cache_bust=1705243824992)

Capello, R. e Nijkamp, P. (2009): Handbook of Regional Growth and
Development Theories. Cheltenham, Reino Unido e Northampton MA,
EUA, Edward Elgar

Coelho, Carlos (2017) - Identidade europeia: quem são os europeus de hoje?
In Revista da Associação Portuguesa de Estudos Europeus 2 (3),
Lisboa, pp. 209-216.

Comité das Regiões. Eurogoogle - Dicionário de termos europeus. [Em linha]
[Consult. 26 mar. 2018]. Disponível em URL:>
<http://euroogle.com/dicionario.asp?definition=381>

Cordeiro, V. (2020). As prioridades políticas do Comité das Regiões Europeu
para o quinquénio de 2020 a 2025. Bruxelas: Comité das Regiões
Europeu.

Costa, A. (28 de 04 de 2021). portugal.gov.pt. Obtido de portugal.gov.pt:
[https://www.portugal.gov.pt/pt/gc22/comunicacao/noticia?i=nao-ha-
democracia-sem-os-cidadaos-terem-controlo-efetivo-sobre-o-
funcionamento-das-instituicoes](https://www.portugal.gov.pt/pt/gc22/comunicacao/noticia?i=nao-ha-democracia-sem-os-cidadaos-terem-controlo-efetivo-sobre-o-funcionamento-das-instituicoes)

- Covas, A. (Julho de 2009). O Eixo Atlântico e a “coopetição” transfronteiriça. Decálogo para uma nova sabedoria dos limites. pp. 49-60.
- Covas, António (2016) - A Europa das Regiões, In jornal Observador. [Consult. 22 de março de 2018] Disponível em [URL:>https://observador.pt/opiniao/a-europa-das-regioes/](https://observador.pt/opiniao/a-europa-das-regioes/)
- Cunha, A. (30 de 12 de 2020). Nota de abertura. Estratégia de Desenvolvimento do Norte para o período de programação 2021/2027 das políticas da União Europeia, p. 3.
- Dicionário Priberam da Língua Portuguesa. (08 de 09 de 2022). Euroregião. Obtido de Dicionário Priberam da Língua Portuguesa: Em linha] [Consult. 24 mar. 2018]. Disponível em WWW:<URL: <https://www.priberam.pt/dlpo/euroregi%C3%A3o>
- Dicionário Priberam da Língua Portuguesa. (2008-2021) coesão - Dicionário Online Priberam de Português: Em linha [consultado em 15-12-2022] <https://dicionario.priberam.org/coes%C3%A3o>
- Dijkstra, Lewis, Directorate-General for Regional and Urban Policy Edit. 2017. My Region, My Europe, Our Future. Seventh report on economic, social and territorial cohesion. European Commission. [Em linha] [Consult. 24 mar. 2018]. Disponível em WWW:<URL: http://ec.europa.eu/regional_policy/en/information/cohesion-report/
- Dominguez Castro, Luis; Venade, Nuno - As eurorexións e o futuro de Europa: o modelo da eurorexión Galicia-Norte de Portugal. Porto: Eixo Atlântico, 2004
- Durà A., Camonita F., Berzi M. and Noferini A. (2018). Euroregions, Excellence and Innovation across EU borders. A Catalogue of Good Practices. Barcelona, Department of Geography, UAB, 254 p. ISBN ebook (pdf): 978-84-947903-9-3 Year of Publication: 2018
- Eixo Atlântico. Revista da Eurorexión Galicia-Norte de Portugal / Eixo Atlântico. Revista da Euroregião GaliciaNorte de Portugal, nº 16, Xullo-

Decembro, 2009 Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular. 2017. ISBN 978-989-99729-7-1

Espaces-transfrontaliers.org: Euroregions - [Em linha] [Consult. 22 mar. 2018].

Disponível em WWW:<URL: <http://www.espaces-transfrontaliers.org/en/resources/territories/euroregions/>.

Estado-nação in Infopédia [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2020. [consult.

2020-11-03]. Disponível na Internet: [https://www.infopedia.pt/\\$estado-nacao](https://www.infopedia.pt/$estado-nacao)

Estatuto de Autonomia de Galicia Disponível em URL:

<https://www.xunta.gal/estatuto/titulo-preliminar> [Consult. 4 de abril de 2020]

Eurocid. (s.d.). Obtido de <https://eurocid.mne.gov.pt/paises-da-ue> [Consult. 4 de abril de 2020]

Euroregion dictionary definition | euroregion defined - [Em linha] [Consult. 22

mar. 2018]. Disponível em WWW:<URL: <http://www.yourdictionary.com/euroregion>>.

Euroregions - Repositório de GRIAL: Home - [Em linha] [Consult. 22 mar.

2018]. Disponível em WWW:<URL: <http://grial4.usal.es/MIH/euroregions/en/resource1.html>>.

Euroregions - USAL - [Em linha] [Consult. 22 mar. 2018]. Disponível em

WWW:<URL: <http://grial4.usal.es/MIH/euroregions/en/resource5.html>>.

Euroregions | Economic Growth | Resource Depletion - [Em linha] [Consult. 22

mar. 2018]. Disponível em WWW:<URL: <https://www.scribd.com/document/294270449/Euroregions>>.

Euroregions Research Papers - Academia.edu - [Em linha] [Consult. 22 mar.

2018]. Disponível em WWW:<URL: <http://www.academia.edu/Documents/in/Euroregions>>.

- Euroregions: Institutional Entrepreneurship in the ... - [Em linha] [Consult. 22 mar. 2018]. Disponível em WWW:<URL:
https://link.springer.com/chapter/10.1057/9780230596092_5>.
- Fernandes, J. M. (2015). Política de Coesão 2014–2020. Vila Verde: Grupo do Partido Popular Europeu no Parlamento Europeu.
- Ferreira, V. (Maio de 2019). A COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA NA EURORREGIÃO GALIZA NORTE DE PORTUGAL. Obtido de Notes, JANUS.NET e-journal of International Relations, Vol. 10, N.º 1:
https://repositorio.ual.pt/bitstream/11144/4195/7/pt_vol10_n1_not01.pdf
- Ferreira, V. (Maio de 2019). A COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA NA EURORREGIÃO GALIZA NORTE DE PORTUGAL. Obtido de Notes, JANUS.NET e-journal of International Relations, Vol. 10, N.º 1), pp. 150-158
https://repositorio.ual.pt/bitstream/11144/4195/7/pt_vol10_n1_not01.pdf
- Flor, A. (2 de dezembro de 2022). “O que ouvimos foram sininhos”: cidadãos insatisfeitos com resposta vaga das instituições europeias. Obtido de Público.pt: <https://www.publico.pt/2022/12/02/mundo/noticia/ouvimos-sininhos-cidadaos-insatisfeitos-resposta-vagas-instituicoes-europeias-2030065>
- Fonseca, Madalena Pires da, (2004) – “A política regional da União Europeia: uma utopia viável?”, E-topia: Revista Electrónica de Estudos sobre a Utopia, n.º 2 (2004). ISSN 1645-958X [Em linha] [Consult. 27 de março de 2018] Disponível em
URL:<<http://www.letras.up.pt/upi/utopiasportuguesas/e-topia/revista.htm>>
- Fontaine, Pascal. A Europa em 12 lições.2017. Disponível em URL:>
<https://op.europa.eu/webpub/com/eu-in-12-lessons/pt/> [Consult. 30 de novembro de 2020]
- Galiza e Norte de Portugal. IN CCDRN [Em linha] [Consult. 22 mar. 2018]. Disponível em WWW:<URL:><http://www.ccdrn.pt/servicos/cooperacao/galiza>

Galiza-Norte de Portugal: a euroregião necessária. Nuno Venade pp.53

Hermenegildo, R. S. (11 de junho de 2012). INTERESSE NACIONAL E SOBERANIA NO PLANO EUROPEU: AINDA SÃO COMPATÍVEIS? Revista militar, pp. 401-420.

Informe estadístico Año 2015 Oficina del Peregrino. [em linha] [Consult. 27 de março de 2018]. Disponível em [URL:>https://oficinadelperegrino.com/estadisticas/](https://oficinadelperegrino.com/estadisticas/)

Instituto Nacional de Estatística - Anuário Estatístico da Região Norte: 2018. Lisboa: INE, 2019. Disponível na url: [.https://www.ine.pt/xurl/pub/410498016](https://www.ine.pt/xurl/pub/410498016) . ISSN 0871-911-x. ISBN 978-989-25-0506-0

Instituto Nacional de Estatística - Região Norte em número: 2020. Lisboa: INE, 2022. Disponível na www: [url:https://www.ine.pt/xurl/pub/6172806](https://www.ine.pt/xurl/pub/6172806) . ISSN 1645-7897. ISBN 978-989-25-0584-8

João Paulo II, P. (2 de 10 de 2022). Discurso do Papa João Paulo II por ocasião do acto europeísta. Obtido de The Holy See: https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/speeches/1982/november/documents/hf_jp-ii_spe_19821109_atto-europeistico.pdf

La euroregión Galicia-Norte Portugal: Estrategias y posibilidades de desarrollo desde la política regional de la Unión Europea. J. Andrés Faiña Y Jesús López-Rodríguez pp.115

Lago, Juan Lirón (Dir) (2012) - A Cooperação Territorial e o Crescimento Inteligente e Sustentável das Economias Locais (2014-2020) Mosteiro de Tibães, Braga.

Lusa, A. (7 de 11 de 2023). Eixo Atlântico acredita que alta velocidade entre Porto e Vigo fique pronta em 2030. Obtido de Observador.pt: <https://observador.pt/2023/11/07/eixo-atlantico-acredita-que-alta-velocidade-entre-porto-e-vigo-fique-pronta-em-2030/>

Lusa/DN. (4 de novembro de 2022). 112 transfronteiriço previsto em toda a fronteira Portugal Espanha em 2023. Obtido de Lusa/DN: <https://www.dn.pt/sociedade/112-transfronteirico-previsto-em-toda-a-fronteira-portugal-espanha-em-2023-15318007.html>

Malginova, Ekaterina (2014) - A (con)sciência regional europeia. Debater a Europa. 11. Pp. 411-423. doi: 10.14195/1647-6336_11_21.

Maps of Euroregions - Wikimedia Commons - [Em linha] [Consult. 22 mar. 2018]. Disponível em WWW:<URL: https://commons.wikimedia.org/wiki/Category:Maps_of_Euroregions> .

Marques, Lénia. Ferreira, Raquel Vasconcelos, (2012) - O Caminho Português de Santiago: Desafios de um itinerário cultural. Revista Turismo e Desenvolvimento. N.º 17/18 | 2012 169 [Consult. a 26 de março de 2018] Disponível em URL:> <https://www.ua.pt/ReadObject.aspx?obj=35075>

Monteiro, Alexandrina Fernanda Silva (2012) - As Dinâmicas de Cooperação Transfronteiriça no Vale do Minho - Integração Económica Regional e Políticas Comunitárias [Consult. 26 de março de 2018] Disponível e, URL:> <https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/13730/1/TFM%20AFSGM.pdf>

Moreira, A. (23 de 10 de 2022). setemargens.com. Obtido de Sete Margens: <https://setemargens.com/adriano-moreira-19222022-a-teologa-mais-importante-da-minha-vida-foi-a-minha-mae/>

Outeda, C. C. (11 de 2010). La Eororregión Galicia-Norte de Portugal: Un Escenario de Cooperación Territorial. Obtido de [www.razonypalabra.org.mx](http://razonypalabra.org.mx): <http://razonypalabra.org.mx/N/N74/index74a.html>

Pardellas, Xulio X.; Padín, Carmen (2017) - La Euroregión Galicia-Norte de Portugal y los modelos de cooperación transfronteriza = The Euroregion Galicia-Norte de Portugal and the models of cross-border cooperation.

Polígonos. Revista de Geografia. 29 (2017) 11. doi:
10.18002/pol.v0i29.5199.

Peninsular, E. A. (2023). Relatório Sócioeconómico do Eixo Atlântico.

Porto, Manuel Carlos Lopes (1991) - Lições de teoria da integração e políticas comunitárias. Coimbra: Livraria Almedina,

Porto, Manuel Carlos Lopes (2004) - Theory of integration and EU policies. Macau: Institute of European Studies of Macau.

Porto, Manuel Carlos Lopes (2009) - Teoria da integração e políticas comunitárias. Coimbra: Almedina.

Ramos, A. E. (6 de 2014). Repositório da Universidade Nova. Obtido de RUN: Redes urbanas policêntricas: <http://hdl.handle.net/10362/13923>

Regiões, C. d. (2022). Relatório anual da UE sobre o estado das regiões e municípios. Bruxelas: Direção da Comunicação do Comité das Regiões Europeu.

Regions List - Association of European Border Regions (AEBR) - [Em linha] [Consult. 22 mar. 2018]. Disponível em WWW:[URL:http://www.aebr.eu/en/members/list_of_regions.php](http://www.aebr.eu/en/members/list_of_regions.php) .

Report The role of "Euroregions" in the development of Europe- [Em linha] [Consult. 22 mar. 2018]. Disponível em WWW:<URL:
<http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-%2F%2FEP%2F%2FTEXT+REPORT+A6-2005-0311+0+DOC+XML+V0%2F%2FEN> > .

Ribeiro, Paula. Marques, Teresa Sá. (2016) A Euroregião Galiza-Norte de Portugal: uma plataforma territorial para a inovação. VII Jornadas de Geografia Económica.
https://sigarra.up.pt/fcup/en/pub_geral.pub_view?pi_pub_base_id=16091

4

- Rocha, Acílio da Silva Estanqueiro. Actas do IV Simpósio Internacional Luso-Galaico de Filosofia. Santiago de Compostela 2003, pp. 187-230
- Salgado, A. R. (julho de 2009). Una aproximación politológica al fenómeno eurorregional. Revista da Eurorrexión Galicia-Norte de Portugal / Eixo Atlântico. n.º 16, pp. 87-122.
- Santinha, G., Marques, T. A integração do princípio de Coesão Territorial na agenda política: o caso português. Geografia e Ordenamento do Território, Revista Eletrónica do Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território [Em linha] [Consult. 22 mar. 2018]. Disponível em WWW:<URL: <http://cegot.org>. ISSN: 2182-1267
- Souto Cabo, J. A. (2003): “Nas origens da expressão escrita galego-portuguesa. Documentos do séc. XII”, Diacrítica. Ciências da Linguagem 17, 329-385.
- Souto Cabo, J. A. (2006): “Inventário dos máis antigos documentos galego-portugueses”, Agália 85/86, 9-88.
- Souto Cabo, J. A. (2008): Documentos galego-portugueses dos séculos XII e XIII. Monografía 5 da Revista Galega de Filoloxía (Crunha: Departamento de GalegoPortugués, Francés e Lingüística da Universidade da Coruña) [= DGP].
- Souto Cabo, J. A. (2014): Os primeiros escritos em galego-português: revisão e balanço. Monografía 9 da Revista Galega de Filoloxía (Crunha: Departamento de Galego Português, Francés e Lingüística da Universidade da Coruña) [= DGP].
- Telle, S. (2017) An Institutional View on Experimentalist Governance: Local-level obstacles to policy-learning in European Union Cohesion Policy, European Journal of Spatial Development, 66. Available from: <http://urn.kb.se/resolve?urn=urn:nbn:se:norden:org:diva-5045>
- The Role of Euroregions within the Framework essay - [Em linha] [Consult. 22 mar. 2018]. Disponível em WWW:<URL:

<https://supremeessays.com/samples/research/the-role-of-euroregions-within-the-framework.html>>.

Triantaphyllides, Kyriacos, Relatório sobre o papel das "Euro-regiões" no desenvolvimento da política regional (2004/2257(INI)) Comissão do Desenvolvimento Regional. RR\585158PT.doc PE 360.073v02-00